

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

ROSANA DA SILVA CHAGAS

**ENTRE PRECONCEITOS E VISIBILIDADES:
A inserção das Mulheres Trans na política formal**

**PELOTAS
2020**

ROSANA DA SILVA CHAGAS

**ENTRE PRECONCEITOS E VISIBILIDADES:
A inserção das Mulheres Trans na política formal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva

**PELOTAS
2020**

Catálogo da Publicação
Ficha elaborada a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da UCPEL: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

Chagas, Rosana da Silva

Entre preconceitos e visibilidades: a inserção das mulheres trans na política formal./Rosana da Silva Chagas. – Pelotas: UCPEL, 2020.

132 f.

Orientador: Dr. Tiago Lemões da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2020.

1.democracia. 2.gênero. 3.mulheres trans na política.4.sistema político. I. Silva, Tiago Lemões, orient. II. Título.

**ENTRE PRECONCEITOS E VISIBILIDADES:
A inserção das Mulheres Trans na política formal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva (Orientador)
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos (Presidente)
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia (1º Examinador)
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Profa. Dra. Janaina Lobo (2º Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

A minha mãe Geneci por todo apoio e incentivo.

Eu te amo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Osmar (*in memoriam*) e Geneci, por todo amor e dedicação. Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas que me apoiaram durante esta caminhada. Ao Seu Adair, meu padrasto que com seu jeitinho carinhoso e risonho sempre esteve distribuindo alegria e cuidados.

Ao meu orientador professor Tiago Lemões da Silva, que com muita dedicação e paciência me incentivou a construir este trabalho. Um amigo que nas horas mais difíceis teve a sensibilidade de me ouvir, até quando eu falava com os olhos. Um grande conhecedor de almas. Não tenho palavras para expressar a minha eterna gratidão.

À professora Aline Mendonça dos Santos, que neste momento difícil se disponibilizou com muito carinho e paciência a me acompanhar na conclusão deste trabalho.

Às colegas e amigas Karen Lessa, Jordana Jorge, Edinéia Schmidt, Tânia Ongaratto, pela parceria, debates e risadas durante esta caminhada.

Aos professores e demais colegas do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e aos queridos companheiros do GANDH – Grupo de Antropologia e Direitos Humanos.

Agradeço também a Universidade Católica de Pelotas – UCPel.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para esse momento. Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as mulheres trans e como objeto o processo de inserção das mulheres trans na política formal. Pretende-se com esta dissertação, analisar as barreiras formais e informais enfrentadas pelas três mulheres **trans** eleitas em 2018 no **Brasil**, bem como as estratégias desenvolvidas por elas para suas inserções no universo da política. Com os resultados obtidos na pesquisa busca-se contribuir com a formação, aplicação e monitoramento de políticas públicas que visam atender a grupos sociais historicamente excluídos e evidenciar a importância da representação política das mulheres, especialmente das mulheres trans, para o enfrentamento público do preconceito, da discriminação e todas as formas de opressão. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa na qual, inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória com finalidade de maior aproximação com tema e objeto, e por fim, entrevistas semiestruturadas. Os resultados do presente estudo demonstram que embora estas mulheres trans e negras eleitas em 2018, pelo seu histórico de luta e resistência, tenham encontrado algumas estratégias que possibilitaram sua imersão nos espaços políticos institucionais, ainda existem barreiras culturais e historicamente impostas que precisam serem superadas.

Palavras-chaves: Democracia, Gênero, Mulheres trans na política, Sistema político.

ABSTRACT

This research has as its theme trans women and its object is the process of inserting trans women in formal politics. This dissertation intends to analyze the formal and informal barriers faced by the three trans women elected in 2018 in Brazil, as well as the strategies developed by them for their insertions in the universe of politics. With the results obtained in the research, we seek to contribute to the formation, application and monitoring of public policies that aim to serve historically excluded social groups and to highlight the importance of the political representation of women, especially trans women, for the public confrontation of prejudice, discrimination and all forms of oppression. It is a qualitative research in which, initially, an exploratory research was carried out with the purpose of getting closer to the theme and object, and finally, semi-structured interviews. The results of the present study demonstrate that although these trans and black women elected in 2018, due to their history of struggle and resistance, they found some strategies that allowed their immersion in institutional political spaces, there are still cultural and historically imposed barriers that need to be overcome.

Key-words: Democracy, Gender, Trans women in politics, Political system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Lampião da Esquina, Edição 0, abril/1978.	41
Figura 2: Posse da prefeita Alzira Soriano, Lajes, Rio Grande do Norte, 1º de janeiro de 1929.	51
Figura 3: Imagem de campanha de Érica Malunguinho ao cargo de Deputada Estadual de São Paulo no pleito de 2018	78
Figura 4: Deputado Douglas Garcia (PSL-SP) sobre advertência recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.	85
Figura 5: Erica Hilton codeputada da Bancada Ativista em São Paulo (PSOL-SP).	86
Figura 6: Bancada Ativista.	87
Figura 7: Robeyoncé Lima codeputada Estadual de Pernambuco pelo Coletivo Juntas (PSOL).	101
Figura 8: Coletivo Juntas.	102

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ALESPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CID	Código Internacional de Doenças
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
MTST	Movimento dos Trabalhados Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 GÊNERO, MOVIMENTO FEMINISTA, MOVIMENTO LGBT E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DEBATES NECESSÁRIOS	22
1.1 GÊNERO E SUAS COMPLEXIDADES	22
1.2 FEMINISMO: UM MOVIMENTO EM CONSTANTE MUDANÇA	25
1.3 O FEMINISMO DAS DIFERENÇAS	28
1.3.1 Feminismo negro	29
1.3.2 Feminismo interseccional	31
1.3.3 Transfeminismo	33
1.4 RESISTÊNCIA AO TERMO “FEMINISMO” NO BRASIL	35
1.5 AS MULHERES NAS MOBILIZAÇÕES POPULARES NO BRASIL	36
1.5.1 O movimento sufragista brasileiro	37
1.6 O MOVIMENTO LGBT	38
1.6.1 Breve histórico do Movimento LGBT no Brasil	39
1.6.2 Siglas do movimento LGBT: Uma “sopa de letrinhas”	42
1.6.3 Algumas conquistas do Movimento LGBTI+	44
1.6.4 Desafios do Movimento	47
1.7 MULHERES NA POLÍTICA	48
1.7.1 Participação política	48
1.7.2 Participação da mulher na política	49
1.7.3 As pioneiras: primeira alistada e a primeira eleita	50
1.7.4 Representatividade feminina na política	51
1.7.5 A importância das Cotas de gênero e demais incentivos para a participação da mulher na política	55
2 PERCEPÇÕES DA ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E DO PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO DAS MULHERES TRANS NA POLÍTICA FORMAL	59
2.1 PERCEPÇÕES DA ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	59
2.1.1 O interesse da comunidade LGBTI+ pela política	59

2.1.2	As mulheres trans no mundo da política e a importância da representatividade.....	60
2.1.3	Participação da ANTRA nas candidaturas trans nas eleições de 2018.....	61
2.1.4	Participação nas campanhas de Érica Malunguinho, Érika Hilton e Robeyoncé Lima.....	62
2.1.5	Candidaturas Individuais x Candidaturas Coletivas na visão da ANTRA	62
2.1.6	Acompanhamento das propostas e pautas defendidas pelas três mulheres trans eleitas no pleito de 2018	63
2.1.7	A eleição de Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima para a ANTRA.....	64
2.1.8	Os desafios enfrentados pelas mulheres trans para a inserção na política e as estratégias para se manterem no mundo da política.....	64
2.2	PERCEPÇÕES DO PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – DIRETÓRIOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO (PSOL/SP) E PERNAMBUCO (PSOL/PE).....	66
2.2.1	Candidaturas Individuais x Candidaturas Coletivas nas eleições de 2018	66
2.2.2	Aposta nas candidaturas trans	68
2.2.3	O papel do partido na campanha eleitoral das deputadas trans eleitas em 2018	70
2.2.4	O partido na execução dos mandatos	71
2.2.5	Desafios enfrentados pelas mulheres trans para inserção no mundo da política	74
2.2.6	Estratégias para as mulheres trans se manterem no mundo da política	75
3	TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS TRANS NA POLÍTICA	77
3.1	ÉRICA MALUNGUINHO.....	77
3.1.1	Trajetória de vida e interesse pela política.....	78
3.1.2	A inserção das mulheres na política formal e representatividade.....	80
3.1.3	Principais propostas e pautas e a recepção do material de campanha pelo público	81
3.1.4	Candidatura individual x Candidatura Coletiva.....	82
3.1.5	Principais desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018.....	83
3.1.6	Tratamento diferenciado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por ser uma mulher trans.....	83
3.2	ÉRICA HILTON.....	85
3.2.1	Trajetória de vida.....	87
3.2.2	O Ativismo e a trajetória política	88
3.2.3	A baixa participação das mulheres na política na opinião de Erika Hilton	90
3.2.4	Principais propostas e pautas.....	93

3.2.5	O preconceito durante a campanha eleitoral em 2018.....	94
3.2.6	Candidatura Individual x Candidatura Coletiva.....	97
3.2.6	Principais desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018.....	98
3.2.7	Funcionamento do mandato compartilhado na prática.....	99
3.3	ROBEYONCE LIMA.....	100
3.3.1	Trajetória de vida e o início da militância	102
3.3.2	O interesse pela política institucional/partidária	103
3.3.3	Trajetória política	104
3.3.4	A participação das mulheres na política.....	104
3.3.5	Preconceito durante a campanha eleitoral de 2018	105
3.3.6	Recepção do material de campanha pelo eleitorado	106
3.3.7	Principais propostas e pautas defendidas nas eleições de 2018	107
3.3.8	Candidatura Coletiva x Candidatura Individual	108
3.3.9	Desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018	109
3.3.10	Tratamento dispensado às mulheres trans na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	110
3.3.11	O mandato compartilhado na prática	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	126

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, vinculado à Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, pretende analisar o processo de inserção na política formal¹ das três mulheres trans² eleitas pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade no pleito de 2018, quais sejam: Érica Malunguinho, primeira deputada trans em São Paulo; Erika Hilton, também de São Paulo, codeputada da Bancada Ativista³ e Robeyoncé Lima, eleita codeputada em Pernambuco com o coletivo Juntas⁴.

O interesse pelo tema mulheres trans surge da minha inconformidade com o fato destas mulheres serem vistas como corpos fora de lugar, destinados, pelo imaginário social hegemônico, apenas ao universo da prostituição, pois devido a discriminação são excluídas do mercado de trabalho. Corpos e vidas destinados a viver nos interstícios da vida social e como outros grupos enquadrados na categoria de “vulneráveis”, experimentando muitas vezes a “morte em vida”, vítimas das mais variadas formas de violência física e simbólica.

Nesse sentido, faz-se necessário contextualizar o tema e o objeto da presente pesquisa. Segundo Neto (2014), a divisão sexual acentuada no século XIX estabeleceu que cada sexo tinha sua função e espaços e a economia política acentuou essa interpretação de papéis masculinos e femininos. No entanto, a força social da divisão sexual não impediu que as mulheres aderissem ao movimento feminista e passassem a questionar as culturas da desigualdade que considera a mulher naturalmente inferior ao homem e passando a reivindicar a igualdade em todos os níveis, seja espaço privado quanto no espaço público (ALVES; PITANGUY, 2017).

¹ Política formal é aquela que se faz dentro do Estado ou partidos políticos (MACHADO et. Al. 2019).

² Mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino, embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo masculino ao nascer (REIS, 2018).

³ A Bancada Ativista é uma iniciativa pluripartidária, independente e voluntária que tem como objetivo eleger ativistas para o poder legislativo em São Paulo, através de campanhas inovadoras e pedagógicas, com foco em diversidade e coletividade. Em 2018, a Bancada Ativista lançou uma candidatura coletiva para a Assembleia Legislativa de São Paulo, juntando 9 ativistas de pautas, territórios e partidos diferentes em um só número na urna. Disponível em: <https://bancadaativista.org/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁴ As Juntas é uma inédita candidatura coletiva de cinco mulheres ao cargo de deputada estadual em Pernambuco, pelo Psol. O coletivo Juntas formam a primeira mandata coletiva e feminista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <https://www.juntacodeputadas.com.br/campanha>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Um marco na luta das mulheres pelos seus direitos foi o sufrágio – poder votar e ser votada – que reuniu mulheres de diferentes opiniões políticas e classes sociais em torno não somente do direito ao voto, mas também à igualdade de todos os direitos civis, políticos e sociais (ALVES; PITANGUY, 2017).

Taboas (2011) corrobora com tal questão quando afirma que

[...] a luta pelo sufrágio feminino foi o modo encontrado para reunir mulheres com opiniões políticas muito distintas, de classes sociais diferentes, em torno de um objetivo comum: o voto. Porém, de forma alguma essa era a única reivindicação feminina; elas lutavam por igualdade em todos os terrenos; optaram pela estratégia de usar o voto para unificar o movimento das mulheres e para terem acesso ao parlamento e, assim, transformar as leis discriminatórias e as instituições. (TABOAS, 2011, p. 270).

Neste sentido, a luta pelo sufrágio feminino, além de provocar o primeiro processo de tensionamento pela participação política das mulheres, denunciou sua exclusão dos espaços de poder. Segundo Miguel (2014), acreditava-se que conquistando o direito ao voto as mulheres teriam acesso a política institucional, pois sua “capacidade” seria equiparada a do homem. Entretanto não foi o que aconteceu: as mulheres continuam sub-representadas na política formal brasileira.

Mas ao falarmos de uma “história das mulheres” todo cuidado é pouco frente aos riscos de generalizações. Para Bento (2011), por exemplo, é necessário entender que o movimento feminista não é composto somente por mulheres e que o feminismo não é uma luta política somente de mulheres cisgênero⁵, considerando que as lutas feministas combatem o engessamento das identidades de gênero pelo discurso das determinações biológicas. No entanto, segundo Bento (2011), existe uma fragmentação no movimento feminista ocasionada pela falta de identificação de determinados grupos com o movimento, a exemplo do feminismo negro, que evidencia que muitas vezes existe uma incomunicabilidade entre as pautas de mulheres negras e as reivindicações das vertentes feministas brancas e europeias.

O mesmo acontece com a comunidade LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais), que compreendem que as suas pautas e reivindicações não são suficientemente representadas no universo da política formal, embora a população LGBTI+ tenha avançado, nos últimos anos, na

⁵ Cisgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012a).

conquista de políticas públicas específicas, frente à constituição de um campo de direitos LGBTI+ no Brasil, delineado por um Decreto da Presidência da República, que conclamou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2007), com a intenção de elaborar diretrizes para políticas públicas rumo à promoção de direitos e cidadania LGBTI+, além de fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), voltado principalmente ao enfrentamento da violência e discriminação homofóbicas.

Em parte, como efeito destas políticas específicas, o contexto das eleições de 2018, a despeito da proliferação visível dos discursos de ódio fomentados pela candidatura de Jair Bolsonaro e disseminados por seus apoiadores. Contrapondo a esse movimento, mulheres trans lançaram suas candidaturas aos cargos de senadora, deputada federal, deputada estadual e deputada distrital. Segundo dados divulgados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, foram 53 candidaturas⁶ de pessoas trans: 01 candidatura ao Senado Federal; 02 candidaturas ao cargo de deputado distrital pelo Distrito Federal; 17 ao cargo de deputado federal e 33 candidaturas ao cargo de deputado estadual.

Ainda, segundo a ANTRA (2018), para as eleições de 2018 foi possível constatar importante conquista do movimento de travestis e transexuais. Pela primeira vez, foi permitido realizar os registros das candidaturas de pessoas trans com o nome social, também foi permitida a inclusão do nome social nos títulos eleitorais.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018) decidiu que os eleitores e eleitoras transexuais e travestis poderiam solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor e no caderno de votação das eleições 2018, atualizando, assim, sua identidade de gênero no Cadastro Eleitoral a partir da autoidentificação. Para os registros das candidaturas de transexuais e travestis pelo nome social, assim como no caso dos eleitores, a autoidentificação foi suficiente.

Outra conquista importante destacada pela ANTRA (2018) foi que, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres transexuais passaram a concorrer na cota destinada ao gênero feminino nas legendas e ter o direito previsto ao fundo partidário da mesma forma que mulheres cisgênero.

⁶ O levantamento realizado pela ANTRA inclui candidatos que já retificaram o nome em cartório e aqueles que registraram o nome social. Os dados foram levantados pela Associação através de campanha própria, com o objetivo de incentivar e dar visibilidade aos candidatos/as travestis e transexuais. As 53 candidaturas divulgadas pela ANTRA foram identificadas com base em formulários enviados por seus parceiros e afiliados e disponibilizados pela Associação.

Cabe salientar que as ações afirmativas buscam dar maior representatividade a grupos minoritários e as cotas de gênero, assim como outras políticas públicas visam atenuar as desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à atuação nos espaços públicos, sobretudo nos espaços de debate político-partidário. Para Machado (2019), por meio das cotas de gênero é possível incluir as mulheres nestes espaços basicamente ocupados por homens. Mesmo com as mulheres tendo conquistado timidamente o espaço político que ainda hoje impera o hábito de atribuir à mulher a vocação por pautas sociais nos seus mandados.

Como já sinalizado, no pleito de 2018 três mulheres trans foram eleitas. Elas tiveram suas candidaturas lançadas pelo PSOL - Partido Socialismo e Liberdade: duas para legislativo estadual em São Paulo, sendo uma por meio de candidatura individual e outra através de candidatura coletiva; e uma para o legislativo estadual em Pernambuco através de candidatura coletiva.

Érica Malunguinho, foi a primeira deputada estadual transexual eleita para a Assembleia Legislativa de São Paulo. A outra eleita para a Assembleia Legislativa de São Paulo foi Erika Hilton, que participou do pleito por meio de candidatura coletiva como co-candidata da Bancada Ativista. Em Pernambuco, a mulher transexual eleita foi Robeyoncé Lima, que participou do pleito como co-candidata do coletivo Juntas. Além de ser a primeira vez na história da política brasileira que mulheres transexuais foram eleitas para o cargo de deputadas estaduais, é a primeira vez que os estados de São Paulo e Pernambuco elegeram candidaturas coletivas (BOCCHINI, 2018; CAMPOS, 2018).

A Bancada ativista, formada por nove integrantes, homens e mulheres, de diversas áreas, foi representada nas urnas pela jornalista Mônica Seixas (PSOL). Os integrantes do coletivo são de diferentes correntes políticas, alguns são filiados aos partidos Rede e PSOL, havendo também pessoas que não são filiadas. Já o coletivo Juntas é composto por cinco mulheres e foi representado nas urnas pela vendedora ambulante Jô Cavalcanti.

Segundo Lima (2018), a proposta de mandato coletivo apareceu pela primeira vez nas eleições municipais realizadas em 2016 e ganhou força no pleito de 2018. Embora a Justiça Eleitoral não reconheça as candidaturas coletivas, levantamento realizado pelo Jornal Correio Braziliense, apontou que pelo menos nove candidaturas coletivas foram registradas para o pleito de 2018. O Jornal chegou a esse número

pesquisando os termos “coletivo” e “coletiva” no site do Superior Tribunal Eleitoral, portanto, esse número pode ser maior.

Na prática, durante a votação a urna exibe a foto de apenas um candidato(a), que representa todos os integrantes do grupo, com o nome do coletivo ou outra nomenclatura que indique tratar-se de “mandato coletivo/candidatura coletiva”. Para o Tribunal Superior Eleitoral, não há previsão para candidaturas coletivas. Contudo, desde que respeitem as regras da propaganda eleitoral e que o eleitor seja orientado sobre em qual integrante do grupo deverá votar, ou seja, qual será o candidato “oficial”, o processo ocorre normalmente. Se eleito, apenas o candidato que tem seu CPF registrado receberá o diploma de deputado e ocupará uma cadeira na Assembleia Legislativa. É importante destacar que não há previsão legal para os mandatos coletivos (AZEVEDO, 2018).

Para Dearo (2018), embora as candidaturas coletivas assegurem que as decisões serão tomadas em conjunto e os salários serão divididos, trata-se de um acordo informal entre os integrantes do coletivo. Atualmente há uma Proposta de Emenda à Constituição para oficializar os mandatos coletivos no legislativo, a PEC nº 379/2017 de autoria da deputada Renata Abreu (Pode-SP), que havia sido arquivada em janeiro de 2019, mas em fevereiro no mesmo ano foi solicitado o desarquivamento da mesma.

Retomando a questão dos espaços destinados às mulheres, é importante destacar que, se considerarmos que elas representam a metade da população brasileira, 51,09% conforme projeção realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁷, é de se esperar que elas ocupem os espaços políticos (MELO e THOMÉ, 2018).

Embora as mulheres convivam com a vulnerabilidade e a subalternidade desde os “tempos imemoriais” pelo simples “fato de ser[em] mulher[es]” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 31), e que a situação se agrave quando adicionada às questões relacionadas a raça, classe social ou orientação sexual é importante reconhecer que a ausência das mulheres nos espaços políticos contribui para a perpetuação dessa situação.

Destarte, a comunidade LGBTI+ tem um histórico de luta por reconhecimento, representatividade e igualdade de direitos, mas ainda convivem com os reflexos da

⁷ A projeção encontra-se disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 01 de jun. de 2019

invisibilidade política e social, da homofobia e da transfobia, cujos índices de morte atingem números alarmantes. De acordo com os dados divulgados no Relatório parcial alusivo ao Dia Internacional contra a Homofobia pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil registrou 126 homicídios e 15 suicídios de pessoas LGBT, totalizando 141 mortes entre janeiro e 15 de maio de 2019. Esse número representa a média de uma morte a cada 23 horas. A expectativa do GGB é que tais dados “confirmam ser o Brasil o campeão mundial de mortes de LGBT” (GGB, 2019).

Trazendo os dados especificamente para a população Trans, temos outro dado preocupante divulgado no Dossiê: Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019: no ano de 2019, 124 pessoas Trans foram assassinadas, sendo 121 Travestis e Mulheres Trans e 3 Homens Trans. Entretanto, apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados e apenas 7% estão presos. Nesse sentido, o Boletim nº 05/2020⁸ – Assassinatos contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020 divulgou que no período de janeiro a outubro deste ano, o Brasil chegou a 151 assassinatos de pessoas trans, já superando o ano de 2019 em 22%.

Nesse sentido, a realização de uma pesquisa sobre as estratégias desenvolvidas e os desafios enfrentados pelas mulheres trans eleitas no pleito de 2018, ou seja, por Erica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima na política formal justificam-se pela necessidade de identificar e compreender a continuidade de mecanismos transfóbicos no contexto institucional – que se agravam quando consideramos o atual contexto de desmonte das políticas sociais e de uma difusa condenação pública dos direitos humanos⁹. Com isso, pretende-se com os resultados desta pesquisa auxiliar na formulação, aplicação e monitoramento de políticas públicas que visem a superação de estruturas opressivas, especialmente dirigidas a grupos sociais historicamente excluídos, de modo a garantir-lhes o direito humano à dignidade e à igualdade em todos os campos da vida social, incluindo a representação política.

Além disso, a sub-representação política das mulheres, identificada por Lima (2015) através de dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

⁸ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

⁹ Em 12 de julho de 2019, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais publicou Nota Pública contra a omissão do Estado Brasileiro em relação a defesa da população LGBTI na ONU. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/07/nota-publica-antra-omissao-brasil-onu-1.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2019.

Estatística) e pelo TSE, é tema importante a ser pesquisado, pois reflete a estrutura patriarcal enraizada em nossa sociedade. Conhecer todos os motivos que culminam nessa sub-representação, potencializada pelos dispositivos de poder que alocam a cisnormatividade e a heteronormatividade como a única possível/aceitável, contribuirá no enfrentamento público do preconceito, da discriminação e outras formas de violência.

Por tal razão, o processo de inserção das mulheres trans na política formal apresenta um desafio duplo, na medida em que o patriarcado conforma a negação da esfera pública à mulher e, ao mesmo tempo, reforça discriminações relativas ao campo das identidades sexuais LGBTIs, ainda as compreendendo como anomalias que devem ser “curadas”, ocultadas ou aniquiladas.

Deste modo, a presente pesquisa tinha como objetivo geral *analisar os desafios e as estratégias de inserção na política formal das três mulheres trans eleitas no pleito de 2018* e como objetivos específicos: a) Conhecer a trajetória de vida e política das mulheres trans eleitas no pleito de 2018; b) Verificar as propostas eleitorais e as pautas defendidas pelas mulheres trans eleitas no pleito de 2018; e c) Compreender o processo de inserção destas mulheres na política atentando para a discriminação e preconceitos enfrentados.

Por não se preocupar com a representação numérica e sim com a compreensão aprofundada de um fenômeno, a proposta metodológica adotada foi fundamentada em uma pesquisa qualitativa, que:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não devia ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2019, p. 21).

Com a finalidade de promover maior aproximação com o tema, conceitos e ideias, inicialmente foi realizado um estudo exploratório permitindo melhor compreensão do objeto. Sendo assim, existem três motivos pelos quais a pesquisa exploratória foi realizada. Em primeiro lugar, refere-se a primeira vez que mulheres trans foram eleitas para os legislativos estaduais; já o segundo motivo está no pleito de 2018 ter sido o primeiro que possibilitou o uso do nome social, a partir da autodeclaração. E por fim, o pleito de 2018, foi o primeiro no qual as pessoas trans participaram do Fundo partidário das cotas de gênero com base no “gênero” e não no

“sexo biológico”, entendemos ter sido de extrema importância a realização da pesquisa exploratória que, segundo Gil (2010), são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas devido a sua estrutura flexível tornando possível a realização de perguntas abertas e rápida adaptação às diversas circunstâncias que envolvem a realização da entrevista ou possíveis obstáculos.

[...] Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semiaberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa [...]. MINAYO, 2019, p. 267).

Foram entrevistados: a) Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima, as três mulheres trans eleitas no pleito de 2018; b) Bruna G. Benevides, Secretária de Articulação Política da ANTRA; c) Joselicio Júnior, Dirigente Estadual do PSOL de São Paulo; e d) Lucas Van der Ploeg, Dirigente Estadual do PSOL de Pernambuco. Para a realização das entrevistas foram utilizados roteiros¹⁰ com questões orientadoras que auxiliaram na obtenção de dados compatíveis com o objeto deste estudo.

Quanto aos aspectos éticos a pesquisa observou o disposto na Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2013b) do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes e normas regulamentaras de pesquisa envolvendo seres humanos.

¹⁰ Apêndices A, B, C e D.

1 GÊNERO, MOVIMENTO FEMINISTA, MOVIMENTO LGBT E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DEBATES NECESSÁRIOS

1.1 GÊNERO E SUAS COMPLEXIDADES

Discutir sobre gênero não é tarefa fácil, tanto pela complexidade do conceito quanto pelas controversas em torno de seus usos e definições. A compreensão da temática gênero e das questões a ela relacionadas deve levar em consideração os processos e relações sociais, políticas, econômicas e culturais em determinado espaço e tempo.

Para Martins e Angelin (2017) a identidade de gênero se caracteriza por uma autoidentificação com ser homem, ser mulher ou ser um gênero a parte destas opções. Nesta primeira concepção, gênero é encarado como uma categoria de leitura da sociedade e o binarismo expressa uma construção sociocultural muitas vezes calcada em pretensos determinismos biológicos.

No modelo binário de gênero as pessoas são classificadas entre duas categorias possíveis: masculino e feminino. Essas duas categorias de gênero possuem papéis e características preestabelecidas e impostas pela sociedade ocidental, restando aos indivíduos adequar-se a um ou outro gênero. Esses papéis e ideias de feminino e masculino que estão atrelados ao modelo binário de gênero, criam expectativas sociais distintas que, quando não são atendidas, ou seja, quando um indivíduo não apresenta o comportamento esperado socialmente pelos pertencentes a um gênero ou outro, quando não corrobora com essa dicotomia, são vistos como “erros”, como “desvios” por não se encaixarem ao modelo tido como “correto” (SILVA, 2018).

Judith Butler questiona o processo de associação da identidade de gênero ao sexo biológico. Para a autora, gênero não tem um conceito simples e imutável e não deve ser ligado ao binarismo biológico.

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor. (BUTLER, 2003, p. 37, grifo da autora).

Uma segunda concepção acerca da identidade de gênero, elaborada no marco dos estudos feministas, emerge como expressão de estruturas patriarcais de dominação.

Nesse sentido, o gênero emerge como produto social que imputa formas de comportamento com base em determinantes biológico que, na verdade, são elaborações discursivas e performáticas decorrentes de arraigadas estruturas de poder nas sociedades (MELO e THOMÉ, 2018).

Tais elaborações conceituais preliminares já nos levam a corroborar com as ideias de Connell e Pearse (2015), para os quais o gênero é uma dimensão das relações sociais e da cultura, sendo que o seu manejo político envolve condutas a serem enfrentadas no que diz respeito à justiça, à identidade e a garantia da vida, mas também no que se refere a vidas e condutas a serem aniquiladas.

Justamente por considerar a complexidade e os paradoxos das identidades e atribuições de gênero, diversos movimentos e questionamentos da sociedade civil e de reflexões teóricas têm denunciado desigualdades e opressões propiciadas por relações de gênero. Nas palavras de Connell e Pearse, ser homem ou mulher...

[...] não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção. A filósofa feminista Simone de Beauvoir colocou isso em sua famosa frase: “Não se nasce mulher; torna-se”. Embora as posições de homens e mulheres não sejam simplesmente paralelas, o princípio também é verdadeiro para os homens: ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem. (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 38).

Essa sensação de pertencimento a uma categoria de gênero, também discutida como identidade de gênero, segundo Connell e Pearse (2015), significa o tipo de pessoa que somos e não as ideias que nos são apresentadas como um pacote fechado quando nascemos. Desta forma, ser homem e ser mulher não são apenas resultados de imposições e normas sociais ou pressões de autoridades, mas também construções que as pessoas fazem de si mesmas, pois “parte do mistério de gênero está em como um padrão que parece tão rígido e nítido na superfície pode ser tão complexo e incerto quando olhamos mais de perto” (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 39). Para exemplificar a complexidade das identidades de gênero, cabe demonstrar que o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), baseando-se nos

Princípios de Yogyakarta, através da Resolução nº 11/2014¹¹ publicada no Diário Oficial da União, conceitua identidade de gênero como:

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (BRASIL, 2014).

Do mesmo modo, Jesus (2012a) compreende gênero como uma classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres onde são atribuídos papéis e expressões de gênero, que independe do sexo biológico. Assim, a expressão de gênero consiste na aparência e comportamento apresentado de acordo com expectativas sociais e culturais. Já a identidade de gênero é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, podendo ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

É possível perceber que a complexidade sobre conceitos de gênero, sexo biológico, identidade sexual e identidade de gênero perpassam as sociedades. Segundo Guaranha e Lomando (2013), o médico norte-americano Robert Stoller introduziu, em 1960, no campo científico a ideia de que

[...] o sexo biológico (ou genitália) não seria o que determinaria necessariamente a identidade de gênero de uma pessoa. Assim, para Soller, o fato de uma criança nascer com um pênis não significava que ela se identificaria obrigatoriamente com traços masculinos, abrindo espaço para que existia algo além, da biologia na construção da identidade sexual dos indivíduos. (GUARANHA e LOMANDO, 2013, p. 50-51).

Retornando a questão da complexidade da temática gênero e, conseqüentemente, da falta de consenso que ainda existe sobre alguns termos relacionados a essa temática, podemos citar como exemplo que no Brasil, ainda não há consenso sobre o termo transgênero. Jesus (2012a), adotou o ponto de vista partilhado com especialistas e militantes e conceituou o termo transgênero como

[...] guarda-chuva que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou

¹¹ A Resolução nº 11/2014 estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.

papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012a, p. 14).

Trazemos esse exemplo para mostrar que analisar o gênero depende do que a sociedade cultural e historicamente determina como padrão esperado e pelo fato dos nossos sujeitos de pesquisa serem mulheres transgêneras.

1.2 FEMINISMO: UM MOVIMENTO EM CONSTANTE MUDANÇA

“O feminismo compreende movimentos políticos e sociais que pretendem construir direitos iguais para os seres humanos na sociedade” (MELO; THOMÉ, 2018, p.19). Tais movimentos políticos e sociais buscam construir direitos iguais através do fortalecimento das mulheres libertando-as das opressões impostas pelas relações de gênero. Contudo, para algumas correntes do feminismo, como por exemplo, o feminismo negro e o feminismo interseccional, as desigualdades e opressões não ficam limitadas as questões de gêneros, há relações de poder que envolvem classe, raça, sexualidade e que não podem ser negligenciadas (CARNEIRO, 2018; HOLLANDA, 2018; MIGUEL e BIROLI, 2014).

Segundo Silva (2018), aquilo que ficou conhecido como a primeira onda do feminismo, ocorreu na primeira metade do século XX. Nesta época a maior demanda do movimento era por garantias legais do pleno exercício dos direitos civis como, por exemplo, o direito ao voto. Posteriormente, por volta da década de 60, na segunda metade do século XX, se destacaram as reivindicações relacionadas à liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, momento que ficou conhecido como a segunda onda do feminismo. Com a invenção da pílula anticoncepcional, a gravidez que era até então praticamente inevitável passou a ser controlada, esse controle sobre a fertilidade da mulher foi fundamental para a chamada “revolução sexual feminina” que ocorreu na década de 1970. A terceira onda do feminismo surgiu em meados da década de 80 e início da década de 90 quando foram acrescentadas às pautas do movimento feminista com críticas às brechas que a “revolução sexual feminina” deixou, por exemplo, questões relacionadas a exploração comercial do corpo e da sexualidade da mulher. É importante lembrar que as demandas de uma “onda” foram se somando as demandas da anterior.

Embora as diferentes frentes de luta do movimento feminista variem de acordo com o momento histórico, político e socioeconômico de cada lugar, alguns temas constituem reivindicações básicas e podem ser agrupadas em algumas categorias como, por exemplo, sexualidade, violência, saúde e mercado de trabalho. O feminismo reivindica a igualdade em todos os níveis, refutando a ideia de que os homens e mulheres teriam papéis predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir na sociedade, papéis esses que acabam na realidade por encobrir uma relação de poder entre os sexos (ALVES; PITANGUY, 2017).

Para Silva (2018), não basta ter um papel chamado lei dizendo que mulheres e homens possuem os mesmos direitos para que magicamente as práticas sociais passem a agir assim, há estigmas e preconceitos enraizados na sociedade na hora de estabelecer o que é “ser” mulher. Por tal razão, a autora questiona a naturalização dos comportamentos esperados das mulheres e dos homens: para sociedade as mulheres são naturalmente sensíveis e os homens naturalmente racionais. Essas naturalizações reforçam formas de opressão decorrentes de ideias difíceis de serem modificadas e/ou superadas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a partir da década de 1960, o movimento feminista passa a abranger outras reivindicações além das voltadas para a desigualdade de direitos, passando a questionar também a origem cultural destas desigualdades, que tem como crença a inferioridade natural da mulher, calcada em fatores biológicos (ALVES; PITANGUY, 2017). A ideia de que homens e mulheres devem cumprir papéis diferenciados na sociedade e que estes estariam predeterminados por sua própria natureza, na verdade mascara uma hierarquia que garante ao homem uma posição privilegiada de mando e superioridade.

Esta “naturalização” que inferioriza um dos sexos é um argumento também utilizado pelas teorias racistas. Os negros, os índios, seriam “por natureza” inferiores e, como tal, deveriam ser mantidos sob comando, alijados da participação política, econômica e social. Da mesma forma, os teóricos da discriminação de sexo apelam para a “natureza” da mulher para justificar sua posição social subalterna. Sendo ela, “por natureza”, um ser frágil e dependente, legitima-se a assimetria sexual. Este reducionismo biológico camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações *sociais*, e não de uma natureza imutável. O novo debate feminista demonstra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim o fruto de um processo histórico e, como tal, pode ser combatida e superada. Sendo

História, e não natureza, é passível de transformação. (ALVES; PITANGUY, 2017, n.p., grifos das autoras).

Na chamada quarta onda do feminismo, que estamos vivenciando há algum tempo, mas que ganhou visibilidade nos últimos anos, o feminismo se aprofundou como teoria e passou a questionar: o que é ser mulher? O que é ser homem? Questionou também, se a categorização binária é suficiente à identidade de gênero, problematizando desta forma a própria identidade de gênero. Nos dias atuais, da comunicação global e rápida comunicação, no caso da *internet* “dividindo o mesmo mundo”, segundo Silva (2018), surge um grande problema:

[...] a identidade, por definição, é um conceito que busca reconhecer a si mesmo, o igual a si, através da eliminação daquilo que não lhe é igual. Assim, a identidade tende a trancar-se em si mesma e tende à busca pela exclusão de tudo aquilo que não é o mesmo que ela, ou seja, a eliminação da alteridade. Num mundo de diversidade e alteridades como é possível pensar um conceito de identidade? (SILVA, 2018, s/p).

Entendendo o feminismo como um movimento que luta pelos direitos das mulheres e que as identidades são socialmente construídas, Silva (2018) diz ser importante reconhecer que existem correntes feministas chamadas radicais que se utilizam de práticas transfóbicas, desconsiderando as identidades com as quais as pessoas se identificam e tomam como parâmetro a genitália. Assim, faz-se necessário compreender o reflexo da incorporação do gênero ao feminismo.

Segundo Farah (2018) o termo gênero foi incorporado pelo movimento feminista nos anos 1960, inicialmente pelo movimento norte-americano, tendo como ideia central a relação entre mulheres e homens nas diversas esferas da vida social, questionando-se pela primeira vez a desigualdade no espaço doméstico – esfera privada.

Para o feminismo da igualdade, as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológico-sexuais, sendo todas as demais derivadas de relações de opressão, devendo, portanto, ser eliminadas para dar lugar a relações entre seres “iguais”. Com base no conceito de gênero, procurou-se desconstruir a “desigualdade”, derivada de relações de dominação. As mulheres passaram então a lutar para serem “iguais” aos homens”. (FARAH, 2018, p. 385).

Ainda segundo Farah (2018), a afirmação de igualdade levou a crise de identidade que culminou na reelaboração do feminismo - na forma de um feminismo

da diferença - e do conceito de gênero, nos Estados Unidos, a partir dos anos 1970. No feminismo da diferença, o conceito de gênero remete a traços femininos (ou masculinos) construídos socialmente sobre a base biológica.

Elabora-se assim uma polarização entre os gêneros – masculino e feminino – em que a diferença é concebida como categoria central de análise, fundamental na definição de estratégias de ação. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino em diversos planos: produção e reprodução, classe e gênero, público e privado, racionalidade e afetividade, competição e cooperação, esfera pública e espaço doméstico (FARAH, 2018, p. 385).

Destarte, a revisão de conceito de gênero vem acompanhada de uma redefinição da principal reivindicação do movimento que passa a ser o direito à diferença, o respeito às diferenças, à identidade de gênero e no que se refere as políticas públicas, medidas baseadas no reconhecimento da diferença e da identidade.

Ao enfatizar a identidade, o feminismo da diferença acabou conduzindo a uma tendência de valorização do feminismo, resgatando o dualismo feminino/masculino, e atribuindo *valores e características universais* distintos a cada sexo. Valorizou-se a cultura e a experiência femininas, propondo-se o reconhecimento da diversidade cultural de gênero. O feminismo da diferença acabou, no entanto, negligenciando as diferenças existentes entre as mulheres e os homens. (FARAH, 2018, p. 386, grifos da autora).

No final dos anos 1980 e nos anos 1990, uma nova perspectiva passou a questionar a oposição binária entre igualdade e diferença. A igualdade social passou a ser reivindicada e articulada com a defesa do multiculturalismo e da luta pelo reconhecimento da diferença (FARAH, 2018).

1.3 O FEMINISMO DAS DIFERENÇAS

Na perspectiva do feminismo das diferenças, o conceito de gênero serve de base para formação de identidades distintas, apoiado na diferenciação sexual e no confronto entre a esfera pública e doméstica, mas estando o poder que dá origem a subordinação das mulheres concentrado na polaridade da esfera pública (FARAH, 2018).

Deste modo, com a reelaboração do conceito de gênero, o movimento feminista redefiniu sua principal reivindicação que passou a ser o direito à diferença e conseqüentemente à identidade de gênero. No que se refere às políticas públicas, defende-se “medidas baseadas no *reconhecimento da diferença e da identidade*” (FARAH, 2018, p.385-386, grifos da autora).

Segundo Farah (2018) o feminismo da diferença tem afinidades com outros movimentos como os movimentos sociais de grupos definidos por categorias étnicas, raciais ou sexuais, que também lutam pelo reconhecimento da diferença.

Para Hollanda (2018), embora o feminismo negro e o transfeminismo não tenham surgido agora, foram os movimentos que ganharam mais visibilidade na chamada quarta onda do feminismo, pois foram “os mais contundentes na articulação de suas demandas por reconhecimento legal e social, bem como na proposição de novos imaginários políticos.” (HOLLANDA, 2018, p. 242).

O feminismo negro enfrenta a desigualdade, o silenciamento, a discriminação, o genocídio e a violência sofridos por mulheres e homens negros, se opõe contra a apropriação do capital cultural afro-brasileiro, valoriza ideias como a interseccionalidade, o “lugar de fala” e a afirmação estética da “geração tombamento” e, o que é bastante interessante, não dissocia as demandas de seus filhos homens e negros da pauta de sua luta. Já o feminismo indígena nos surpreende com outras prioridades: o protagonismo em lutas tradicionalmente masculinas, como a demarcação de terras, a denúncia do genocídio dos povos indígenas, a luta pela conquista de lugares de lideranças nas aldeias e nos movimentos, a conquista da visibilidade, especialmente em contextos urbanos. O feminismo asiático, por sua vez, confronta, além das questões já propostas pelos feminismos, novos formatos de exclusão, como a fetichização e a sexualização do corpo asiático e a discriminação xenofóbica. (HOLLANDA, 2018, p. 242-243).

A seguir serão apresentadas algumas características do feminismo negro, do feminismo interseccional e do feminismo de gênero ou transfeminismo por entendermos que melhor representam as demandas dos sujeitos deste estudo.

1.3.1 Feminismo negro

Uma das grandes diferenças entre as feministas negras e brancas dos Estados Unidos apareceu durante as campanhas sufragistas das norte-americanas. Na ocasião somente os homens brancos podiam votar e esse direito foi estendido aos

homens negros antes de ser alcançado às mulheres. Isso fez com que algumas sufragistas brancas se posicionassem contra o voto do homem negro alegando que com isso os homens negros se juntariam aos homens brancos na opressão contra as mulheres e

ainda que as lutas das mulheres negras do Ocidente remontem aos séculos de opressão durante os anos de escravidão, um dos marcos da sua visibilização foi o célebre discurso de Sojourner Truth (1797-1883), intitulado “E eu não sou uma mulher?”, pronunciado em 1851 na Conferência dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, nos Estados Unidos. A partir daquele momento, as mulheres negras norte-americanas reforçaram suas ideias e abraçaram novas propostas para a luta das mulheres (DAVIS, 2016 apud MELO; THOMÉ, 2018, p.27).

A partir de 1960 com a intensificação do movimento feminista pelos direitos civis norte-americanos, as vozes feministas começaram a se divergir. Tinha-se a percepção de que o movimento feminista nacional, composto predominantemente por mulheres brancas de classe média, menosprezava as discussões relacionadas a questões raciais frente as bandeiras levantadas. Aos poucos, novas vozes foram surgindo, sendo ampliadas e ganhando popularidade como as das feministas negras Angela Davis e da romancista Alice Walker e o feminismo tradicional etnocêntrico sendo criticado (MELO; THOMÉ, 2018).

No Brasil, durante os anos de 1970 ressurgiram associações e movimentos negro e feministas alertando para a discriminação de gênero e raça. Como salientam Melo e Thomé (2018), uma pioneira do feminismo negro brasileiro foi Lélia Gonzalez, antropóloga, professora e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Lélia questionava o lugar do negro na sociedade brasileira:

“No registro que o Brasil tem de si mesmo, o negro tende à condição de invisibilidade” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982). Na sua crítica ao feminismo branco, afirmava que “as intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar ou, mesmo, ao deixar de reconhecer a especificidade da natureza do patriarcalismo que atua sobre as mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados”. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 29).

Carneiro (2019), afirma que as denúncias sobre outras formas de opressão sofrida pela mulher na sociedade brasileira que não somente o sexismo, está forçando que o feminismo reelabore seu discurso e suas práticas políticas e o movimento de mulheres negras foi determinante para essa alteração de perspectiva.

Nesse sentido, nos anos de 1970 e 1980 as feministas negras denunciavam a violência sofrida pelas mulheres negras, alertando para o fato da cor ser um agravante, uma vez que 60% das vítimas de feminicídio eram negras. Segundo Melo e Thomé (2018) também podemos somar a situação a falta de assistência adequada dos entes estatais responsáveis e o estigma atribuído a mulher negra de estarem mais disponíveis a exploração sexual. O feminismo negro denuncia ainda que “as mulheres brancas são violentadas e espancadas pela condição de sexo, enquanto as negras são por esta razão, mas também devido ao preconceito racial” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 30).

Daflon, Borba e Thomé (2017 *apud* MELO; THOMÉ, 2018) destacam uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 2017, durante a manifestação do 8 de março, onde 92,8% dos entrevistados concordaram totalmente ou em parte com a frase “a causa das mulheres negras deve ser prioridade na luta feminista”, demonstrando que as reivindicações do movimento feminista negro têm ganho apoio no Brasil.

Apesar do apoio que o movimento feminista negro brasileiro tem ganho, segundo Carneiro (2019) ainda existe no movimento feminista, a incapacidade de admitir as desigualdades e diversidades existentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Isso é resultado do aprisionamento por muito tempo do feminismo - como outros movimentos sociais progressistas – na visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, que silencia vozes e invisibiliza corpos estigmatizados de mulheres que sofrem outras formas de opressões além do sexismo.

1.3.2 Feminismo interseccional

Para Miguel e Biroli (2014) o feminismo não trata de uma questão localizada apenas ao que diz respeito à igualdade de gênero e de direitos. Ele abarca relações de gênero que envolvem a sociedade e seus sentidos e efeitos não refletem apenas nas mulheres. Sem dúvida o gênero é um dos eixos centrais, mas as desigualdades não ficam isoladas nessa questão, pois existem importantes cruzamentos como as questões de classe, raça e sexualidade que não podem ser negligenciados sem que se incorra em defasagens analíticas consideráveis. Deste modo, o conceito de interseccionalidade

[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Para Melo e Thomé (2018) do feminismo negro surgiu a corrente que se denominou feminismo interseccional, a partir de textos de Kimberlé Williams Crenshaw, professora de direito, que ao analisar as leis contra a discriminação, constatou que as questões de gênero e raça eram tratadas de maneira diferentes, ignorando que raça e gênero estavam inter-relacionados e isso deveria ser considerado nas decisões judiciais.

Nas últimas décadas foram publicadas inúmeras obras feministas que analisaram a opressão vivida pelas mulheres e onde foram analisadas e denunciadas as especificidades da opressão em virtude da assimetria sexual e das desigualdades decorrentes da raça, classe social, cultura. Para Alves e Pitanguy (2017, s/p) a “discriminação de sexo, mesmo que verificando-se diretamente segundo a classe social, a raça, a cultura, ou a geração, é uma constante que se sobrepõe e perpassa estas determinantes”.

Corroborando com tais análises, Kimberlé Williams Crenshaw teve suas ideias espalhadas pelos Estados Unidos e outros países fazendo com que outras feministas negras se destacassem no cenário acadêmico e político. Uma das mais importantes é Bell Hooks, pseudônimo de Gloria Jean Watkis, feminista negra, norte-americana, pensadora e ativista da corrente feminista interseccional. Hooks analisa gênero, raça e classe social, seus estudos sobre feminismo e a prática educacional têm ampliado a fala feminista ao redor do mundo (SANTOS, 2016 *apud* MELO; THOMÉ, 2018).

Além das desigualdades em face ao racismo, desde 1980 as feministas analisaram também o preconceito lesbofóbico e a desigualdade entre as classes sociais e,

ainda que esses sejam os grupos mais visíveis, há uma série de subdivisões no movimento feminista que carregam, cada uma, suas especificidades. Existem movimentos de feministas lésbicas, de feministas mães, de feministas islâmicas, entre dezenas de outros. [...] Ainda que muitos tenham visões distintas de vários dos aspectos que envolvem as questões relativas às mulheres, de uma forma geral, todos entendem que existe uma situação de vulnerabilidade e de subalternidade pela qual o fato de ser mulher implica desde tempos imemoriais. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 31).

Segundo Bilge (2019, *apud* Hirata, 2014), a interseccionalidade como teoria transdisciplinar busca compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais através de um enfoque integrado. Ela rejeita o isolamento e a hierarquização dos grandes núcleos da diferenciação social. A interseccionalidade se sobrepõe ao simples reconhecimento dos múltiplos sistemas de opressão que operam a partir das categorias gênero, classe, raça, etnicidade e orientação sexual, sendo assim, um importante conceito para pensar a respeito dos desafios enfrentados por mulheres trans no universo da política formal.

1.3.3 Transfeminismo

O movimento feminista ampliou sua percepção sobre quem são as mulheres, entendendo que também as mulheres negras, indígenas, lésbicas, idosas, transexuais, bissexuais, pobres e tantas outras invisíveis precisam ter suas pautas reivindicadas pelo movimento, não apenas das mulheres brancas, heterossexuais e cisgêneras. Quando o conceito de gênero foi aplicado ao feminismo, essa desconstrução de um modelo universal de mulher foi possível e abriu espaço para a construção das identidades de gênero (BENTO, 2016 *apud* JESUS; ALVES, 2012).

Destarte, surge o Transfeminismo, uma vertente do movimento feminista voltada às questões das mulheres transexuais e das travestis, com a proposta de desfazer os papéis de gênero, por acreditarem ser consequência da cultura e da educação cisnormativa pré-existentes na sociedade (MORAES, 2020).

Do ponto de vista dos feminismos de gênero, que não se enquadram no modelo tradicional branco e heteronormativo, temos o posicionamento diferencial do transfeminismo, que ganhou evidência e se tornou centro de polêmicas nos últimos quatro anos. O transfeminismo, ainda que não seja novo, chegou nesta quarta onda com uma luta valente por reconhecimentos, pela aceitação no mercado de trabalho, pelo direito de se desidentificar com ambos os gêneros, se assim o desejarem, e com forte presença nas artes, na filosofia e na mídia. (HOLLANDA, 2018, p. 243).

Na nossa sociedade não é dado às mulheres trans¹² o mesmo tratamento e oportunidades que são dados às mulheres cisgênero¹³, as ditas mulheres “de

¹² Mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo masculino ao nascer (REIS, 2018).

¹³ O termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero (JESUS, 2012b).

verdade”, mas elas também são vítimas do machismo, de uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que segundo Jesus e Alves (2012), lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade”.

Embora a visibilização da população trans esteja cada vez maior, ainda existem barreiras a serem superadas. Opressões e diversas formas de violências – silenciadas ou não - são vivenciadas.

Para Koyama (2011), apesar da dificuldade da aplicação em sociedades patriarcais e binárias, os princípios básicos do transfeminismo são simples:

Em primeiro lugar, acreditamos que cada indivíduo tem o direito de definir suas próprias identidades e esperar que a sociedade as respeite. Isso também inclui o direito de expressar nosso gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, consideramos que temos o direito exclusivo para tomar decisões sobre nossos próprios corpos, e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa deve violar a integridade de nossos corpos contra nossa vontade ou impedir nossas decisões sobre o que fazemos com eles. (KOYAMA, 2011, p. 02, tradução nossa)¹⁴.

Na realidade, o transfeminismo reconhece as mais variadas intersecções, sejam entre identidades e identificações e quaisquer opressões sobre corpos que não estejam de acordo com os ideais da sociedade, incluindo os racistas e sexistas, os ditos “deficientes” ou não. Busca empoderar todos os corpos e todas as expressões sexuais sejam assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou qualquer outra possível. Ele nasce a partir do feminismo interseccional aplicando conceitos e apoiando pautas relacionadas às transexualidades e a tranvestilidades. Estando atento os fatores de desigualdade e luta pelos direitos de todas as mulheres. Todas. (JESUS; ALVES; 2012; MORAES, 2020).

É importante destacar que existem ramificações para além do transfeminismo, conforme salienta Moraes (2020), e uma delas é transfeminismo negro. Destacamos a existência desta ramificação, principalmente por este trabalho tratar da inserção de três mulheres trans na política formal. Três mulheres trans, negras, eleitas no pleito

¹⁴ No original "First, it is our belief that each individual has the right to define her or his own identities and to expect society to respect them. This also includes the right to express our gender without fear of discrimination or violence. Second, we hold that we have the sole right to make decisions regarding our own bodies, and that no political, medical or religious authority shall violate the integrity of our bodies against our will or impede our decisions regarding what we do with them" (KOYAMA, 2011, p. 02).

de 2018, ocupando o espaço político brasileiro, que como sabemos é majoritariamente ocupado por homens brancos e cisgeneros.

Segundo Moraes (2020) o transfeminismo negro surgiu do FONATRANS¹⁵ com o objetivo de atender demandas específicas de mulheres transexuais e travestis negras, que continuam a ser oprimidas pela corrente mais extrema do feminismo, a RADFEM¹⁶.

Para Moraes (2020) o termo “dororidade” foi criado para definir a cumplicidade entre a população das mulheres transexuais e as travestis negras, por haver uma dor que só elas sentem. Para a autora, o termo “sororidade” não alcança toda a experiência vivida pelas mulheres transexuais e as travestis negras em seu existir histórico. A palavra sororidade é derivada do termo em latim “sóror”, que significa irmã. A sororidade que constitui uma relação de solidariedade, ou seja, cumplicidade e cuidado entre todas as mulheres, sejam elas cisgêneras, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, travestis e transexuais. Entretanto, como alerta a autora, a palavra sororidade, não dá conta das adversidades e infortúnios suportados pelos corpos das mulheres transexuais e das travestis negras.

1.4 RESISTÊNCIA AO TERMO “FEMINISMO” NO BRASIL

Para Duarte (2019), diferentemente do que acontece em outros países, no Brasil há uma forte resistência em torno da palavra “feminismo” (p. 25). Embora as vitórias do movimento feminista sejam inquestionáveis, desde o direito ao voto, como candidatar-se, frequentar a universidade e outros. Há uma grande derrota do movimento ao permitir o forte preconceito sobre o termo feminismo que não conseguiu se impor com orgulho para a maioria das mulheres. Ainda, segundo a autora

[...] a reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da

¹⁵ O Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS, é um dispositivo legítimo e reconhecido nacionalmente como Movimento Social Político Organizado LGBT, e prima, prioritariamente, pela cidadania plena e a luta contra o racismo, preconceito e discriminação sofridos por esta população, motivados exclusivamente por sua identidade de gênero, raça e cor. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 27 Nov 2020

¹⁶ Segundo Moraes (2020) RADFEM é uma corrente mais extrema do feminismo, o chamado feminismo radical, na qual não se encontra no princípio de igualdade e harmonia entre todas as mulheres. Essa corrente opõe-se a qualquer relação entre mulheres cisgêneras e mulheres transexuais ou com as travestis e consideram apenas o sexo biológico como única alternativa para o correto desenvolvimento da sexualidade das mulheres.

palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do “feminino”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem “malvistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar esse título. Talvez seja uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres do passado que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos. (DUARTE, 2019, p. 25-26).

Outro ponto levantado por Duarte (2019) sobre o feminismo é que se a história do movimento é pouco conhecida, se deve ao fato de ser pouco contada. Para a autora,

a bibliografia referente ao tema é, além de limitada, fragmentada, se dividindo entre análises sobre os anos 1930 e a luta pelo voto, ou sobre os anos 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé. (DUARTE, 2019, p. 26).

Na concepção de Duarte (2019), o feminismo, deve ser compreendido numa percepção mais ampla, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (DUARTE, 2019, p. 26).

Portanto, o feminismo é um movimento vivo, construído a partir de derrotas, vitórias e resistências com lutas articuladas, muitas vezes, em conjunto com demais movimentos que resistem contra relações de poder assimétricas entre homens e mulheres e contra diferentes formas de discriminação (ALVES; PITANGUY, 2017).

1.5 AS MULHERES NAS MOBILIZAÇÕES POPULARES NO BRASIL

No Brasil, depois da conquista do direito ao voto, em 1931, o movimento feminista passou por um período de refluxo (ALVES; PITANGUY, 2017). Isso aconteceu a partir de 1937, no início do Estado Novo, quando qualquer mobilização popular reivindicatória era impedida.

Para Alves e Pitanguy (2017), outro período de mobilização com número significativo de adesão de mulheres em campanhas nacionais como, por exemplo, a da anistia e pela paz mundial, ocorreu a partir de 1945. Embora tais mobilizações não

tivessem atividades propriamente de caráter “feminista”, marcaram a presença das mulheres na esfera pública - espaço público. Também neste período houve a mobilização das mulheres nas Associações de Bairro.

Já a partir de 1964, como não havia espaço para mobilizações populares, algumas mulheres começaram a participar de movimentos de oposição ao regime militar como manifestações e atos públicos. Entretanto, segundo Alves e Pitanguy (2017) a participação das mulheres no movimento da luta pela anistia foi o mais significativo para sua presença na esfera pública.

Em 1975 foi fundado em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, que liga sua origem ao movimento semelhante de 1945, e que primeiro levantou esta bandeira após 1964. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, é promovida no Rio de Janeiro, por um grupo de mulheres, com apoio da ONU e da ABI, uma semana de debates sobre a condição feminina. Deste encontro foi fundado, neste mesmo ano, o *Centro da Mulher Brasileira*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que constitui um marco no sentido de se propor a atuar enquanto organização especificamente feminista. [...] (ALVES; PITANGUY, 2017, s/p., grifos das autoras).

No Brasil, assim como aconteceu nos Estados Unidos e em países da Europa, os grupos feministas não se vincularam formalmente com partidos políticos (ALVES; PITANGUY, 2017). Também é importante destacar que durante muitas décadas, o direito ao voto foi o ponto principal no movimento feminista. Havia a ideia de que o voto permitiria o acesso das mulheres aos espaços de tomadas de decisão e que suas demandas seriam consideradas (MIGUEL: BIROLI, 2014). Vejamos mais de perto o movimento sufragista brasileiro.

1.5.1 O movimento sufragista brasileiro

O sufrágio universal que representou uma ampliação dos direitos da democracia não incluía o sufrágio feminino. Esse primeiro processo de tensionamento pela participação política das mulheres, denunciou a exclusão das mulheres da esfera pública em um momento de expansão do conceito liberal da cidadania que abrangia os homens negros e os destituídos de renda.

Segundo Alves e Pitanguy (2017), no Brasil, a luta pelo voto feminino não teve as mesmas características das lutas que ocorreram nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sem as características de um movimento de massas, tal luta iniciou-se em

1910, quando Deolinda Daltro, uma professora, fundou no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de reascender no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que desde a Assembleia Constituinte de 1891 não havia retomado o assunto.

Em 1919, o movimento teve outro momento importante que foi a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Para Alves e Pitanguy (2017) as principais táticas utilizadas pela Federação são a do *lobbying* e a divulgação de suas atividades pela imprensa resultando na mobilização da opinião pública.

Aos poucos o direito ao voto foi sendo alcançado. Em 1927, o Estado do Rio Grande do Norte incluiu em sua Constituição um artigo permitindo o voto às mulheres. Paulatinamente outros estados foram incluindo esse direito às suas Constituições e, em 1932, o então presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas promulgou, por decreto-lei, o direito ao voto às mulheres. É importante destacar que esse direito já era exercido em 10 Estados do País. Para Alves e Pitanguy (2017),

Se o movimento sufragista não se confunde como o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo – o direito ao voto – esta prática de luta de massas estava fadada a desaparecer. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher. (ALVES e PITANGUY, 2017, s/p).

Como já dissemos, a luta pelo direito ao voto foi durante muito tempo a principal reivindicação do movimento feminista, acreditando-se que tal direito lhe daria acesso aos espaços de poder, tendo reconhecimento da sua “capacidade” igualada aos homens para a tomada de decisões. Entretanto, segundo Miguel (2014) o que se vê após o sufrágio feminino é que a conquista do direito ao voto pelas mulheres convive perfeitamente com um espaço político quase que exclusivamente formada por homens – e estamos falando de homens cisgêneros e brancos.

1.6 O MOVIMENTO LGBT

Os movimentos sociais são organizações da sociedade civil com a intenção de reivindicar, lutar por algum direito, alcançar algum objetivo favorável a um grupo ou comunidade. Segundo Gohn (1995), os movimentos sociais:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

No Brasil, na década de 1950, os movimentos sociais começaram a obter visibilidade, primeiro no espaço rural, expandindo-se e depois para o espaço urbano, mas foi a partir da década de 1960 que mobilizações organizadas ganharam mais força. Durante o processo da Ditadura Militar, surgiram os primeiros movimentos de luta contra a política vigente na época (GOHN, 1995; BEZERRA et al., 2013).

No início da década de 1970, mais precisamente na passagem da década de 1960 para 1970, o movimento estudantil começa a ganhar visibilidade, sendo duramente reprimido pelo regime militar. Conforme Facchini (2016), com o passar dos anos, outros movimentos começaram a ganhar visibilidade. Em meados de 1970 o movimento feminista ganha visibilidade no Brasil e, na segunda metade da década de 1970, surgem as primeiras organizações dos movimentos sindicais, assim como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os movimentos em defesa dos índios e o movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado.

No mesmo período o movimento homossexual brasileiro começa a se organizar também: surge em 1978 o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo. Segundo Trevisan (2018), O “Somos” foi o primeiro grupo ativista LGBT brasileiro. Vejamos mais de perto o contexto de emergência desse movimento no Brasil.

1.6.1 Breve histórico do Movimento LGBT no Brasil

O movimento que defendia os direitos especificamente de pessoas homossexuais iniciou-se na Europa, no século XX e tinha como principal bandeira a luta pelo reconhecimento dos direitos civis daqueles sujeitos (FERREIRA, 2003; BEZERRA et al., 2013).

Segundo Canabarro (2013), no Brasil a luta pelos direitos de “sexodiversos” surgiu nos anos 1970 com a reabertura democrática decorrente do enfraquecimento

da ditadura. Este processo fez com que movimentos democráticos ganhassem força e que no mesmo período surgissem vários grupos do “denominado movimento Gay”¹⁷.

Fazendo uma breve trajetória do movimento LGBT, MacRae (1994) destaca que, no Brasil, o primeiro grupo de afirmação homossexual, o Somos, teve origem no final da década de 1970 quando o Regime Militar perdia gradativamente a sua força. Diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, onde as discussões estavam mais consolidadas, no Brasil as questões levantadas pelo nascente movimento gay não faziam parte das discussões da sociedade brasileira, historicamente conservadora e tradicional. Também é importante ressaltar que no Brasil, diferentemente do que ocorria em diversas regiões dos Estados Unidos e países da Europa, a homossexualidade não era considerada um crime (IRINEU, 2009).

No final dos anos 1970, no Brasil, o movimento homossexual juntou-se a um crescente movimento de oposição ao regime militar que teve como marco a criação do jornal O Lampião da Esquina¹⁸ e da fundação do grupo Somos de Afirmação Homossexual (BEZERRA et al., 2013). O Lampião da Esquina foi o primeiro jornal com temática homossexual com circulação nacional. A origem do jornal se deu dentro do contexto de empresa alternativa se beneficiando do abrandamento da censura imposta pelo regime militar.

Segundo Fábio (2017), movimento lutava pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que iniciou-se com reuniões em bares, boates e clubes frequentados por homossexuais e além de fazer oposição à ditadura o Jornal Lampião da Esquina denunciava abusos contra a população LGBTs e fazia a cobertura de outras causas sociais preocupando-se ainda com a questão indígena.

¹⁷ Durante muito tempo, o termo para se referir à militância LGBT ficava somente identificado como gay. O uso de letras representando identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais só é discutido e assimilado mais tarde. No Brasil, em especial, o uso se deu após a 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília/DF no período de 5 e 8 de junho de 2008. Essa troca foi para que outras lutas pudessem ter visibilidade, como a das lésbicas, travestis e transexuais (CANABARRO, 2013).

¹⁸ O Lampião da Esquina foi um jornal brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. O jornal inicialmente estava mais preocupado em retirar o “gay” da margem social, abrindo o discurso às “minorias”. Já em sua fase final o jornal se adapta ao gueto e torna-se mais ousado, contendo até mesmo ensaios sensuais e abordando temas mais polêmicos do que fazia em sua fase inicial (Grupo Dignidade). Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 20 nov. 2020

Figura 1: O Lampião da Esquina, Edição 0, abril/1978.



Fonte: Grupo Dignidade.

Quando o movimento LGBT nasceu, no final da década de 1970, era predominantemente formado por homens homossexuais. Posteriormente, militantes lésbicas passaram a se afirmar como sujeitos políticos do movimento. Depois, em 1990, grupos de travestis e transexuais ingressaram no movimento, já os bissexuais começaram a participar mais ativamente do movimento no início dos anos 2000 (FACCHINI, 2016).

O “Somos” fundado em 1978 em São Paulo, foi o primeiro grupo do Movimento Homossexual Brasileiro, mas foi em 1979 que o grupo adquiriu maturidade para se articular e teve seu nome oficial definido: Somos Grupo de Afirmação Homossexual. Como já dito, o grupo Somos de Afirmação Homossexual foi o primeiro grupo de homossexuais organizados em São Paulo, sendo seguido pelo grupo Somos do Rio de Janeiro, o grupo Lésbico-Feminista de São Paulo (1979) o Grupo Gay da Bahia (1980), o Dialogay de Sergipe (1981), o Atobá (1985) e Triângulo Rosa no Rio de Janeiro (1985), o grupo Dignidade de Curitiba (1992), e outros que foram surgindo (TREVISAN, 2018; CÂMARA, 2015, 2018; MOTT, 2018; FERNANDES, 2018; BEZERRA et al., 2013).

A abertura política vivenciada nos anos 1980 fez com que outros grupos surgissem e passassem a integrar o que na época era denominado movimento homossexual ou apenas movimento gay. Nas décadas de 1980 e 1990 surgiram, no Brasil, diversos grupos que reivindicavam e lutavam pelos direitos LGBTs, muitos

atuam até hoje como é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB), que surgiu em 1980, mesmo ano em que ocorreu o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais (IRINEU 2009; CANABARRO, 2013).

Com a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, conhecida popularmente como *AIDS* em 1980 houve mudanças significativas no movimento com o estabelecimento de canais de comunicação com o Estado. Diante da eclosão da epidemia da *AIDS*, o movimento que lutava por liberdade sexual, diante de tantos militantes vitimados, passa a ter como foco a luta pela vida. Neste momento o movimento gay estabelece parcerias com o Estado, especialmente para tratar de assuntos da área da saúde (CANABARRO, 2013; BEZERRA et al., 2013). Este processo tem como efeito a diversificação do movimento com a incorporação de outros sujeitos, principalmente lésbicas e travestis. Bezerra et al. (2013) também destaca as campanhas de combate à discriminação e a violência, a popularização do termo homofobia e o surgimento das Paradas do Orgulho LGBT como resultado das mobilizações.

1.6.2 Siglas do movimento LGBT: Uma “sopa de letrinhas”

O movimento LGBT é composto por várias identidades, representando sua própria voz política. Essa variedade de identidades que acabam por formar uma sigla que é uma verdadeira “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005).

Segundo Facchini (2016) a sigla LGBT designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em algumas localidades do Brasil, o T, além de representar travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, que segundo a autora, são pessoas cujas identidades de gênero não se alinham ao sexo que foi designado no nascimento. Deste modo, o principal objetivo da sigla é fazer com que todas as pessoas que fazem parte da comunidade se sintam representadas e por isso ao longo dos anos a sigla foi sofrendo alterações.

LGBT, LGBTQ, LGBTQ+, LGBTQI+, LGBTT2QQIAAP... Essas letras designam pessoas com orientação sexual e identidade de gênero que não a heterossexual e cisgênera (MARASCIULO, 2020). A primeira sigla do movimento foi GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), depois a sigla passou para GLBT (gays, lésbicas,

bissexuais e transgêneros) até ser então alterada para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

Ainda sobre a sigla GLS é importante ressaltar que,

GLS é uma sigla que se popularizou por designar, em uma única sigla, não só os “gays” e as “lésbicas”, mas também as pessoas que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, são solidárias, abertas e “simpatizantes” em relação à diversidade LGBTI+. GLS também é utilizada para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a este grupo de pessoas. A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Dessa forma, não deve ser empregada como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBTI+. (ABGLT, 2010 *apud* REIS, 2018, p. 63).

Para Otto (2020) a sigla LGBTQ+ é uma das mais conhecidas, porém, o movimento atualmente usa a sigla LGBTQI+ que é a versão reduzida de LGBTT2QQIAAP. Otto e Marasciulo (2020) ainda explicam que a sigla LGBTQI+¹⁹ é dividida em duas partes, sendo a primeira, LGB referente à orientação sexual e a segunda, TQI+ referente ao gênero. Com essas letras o movimento busca representar todas as pessoas que fazem parte do movimento.

Nesta pesquisa utilizamos a sigla LGBTI+ que é a nomenclatura utilizada pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos para designar “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras pessoas discriminadas em razão de sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero (minorias sexuais e de gênero)” (ANTRA; ABGLT, 2020, p. 3).

Facchini (2005) ao utilizar a expressão “sopa de letrinhas” procurou delinear as relações de poder existentes no movimento, demonstradas através de conflitos ou

¹⁹ MARASCIULO (2020) OTTO (2020) atribuem os seguintes significados para a sigla LGBTQI+: **L**: lésbica, mulher que se identifica como mulher e tem preferências sexuais por outras mulheres; **G**: gays, homens que se identificam como homem e têm preferências por outros homens; **B**: bissexuais, que têm preferências sexuais por ambos os gêneros; **T**: transexuais, travestis e transgêneros, que são pessoas que não se identificam com os gêneros masculino ou feminino atribuídos no nascimento com base nos órgãos sexuais; **Q**: questionando ou *queer*, palavra em inglês que significa “estranho” e, em alguns países, ainda é usado como termo pejorativo. É usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não sabem definir seu gênero/orientação sexual; **I**: intersexuais, que apresentam variações em cromossomos ou órgãos genitais que não permitem que a pessoa seja distintamente identificada como masculino ou feminino. Antes, eram chamadas de hermafroditas; **+**: engloba todas as outras letrinhas de LGBTT2QQIAAP, como o “A” de assexualidade e o “P” de pansexualidade

alianças existentes. As demandas por reconhecimento de especificidades e até mesmo por visibilidade de alguns sujeitos que se sentiam invisibilizados, resultando em luta e negociações políticas que refletiram em inclusão na agenda e na sigla do movimento que foi se transformando para se tornar mais representativo e abrangente.

1.6.3 Algumas conquistas do Movimento LGBTI+

Através de muita luta o movimento LGBTI+ obteve algumas vitórias entre as quais podemos destacar: Despatologização da homossexualidade, termo “orientação sexual”, ganhando as ruas, processo transexualizador pelo SUS, alteração do registro civil, doação de sangue.

a) Despatologização da homossexualidade

Para despatologizar identidades de gênero e orientações sexuais, os movimentos desenvolveram um trabalho de resistência e conscientização persistentes. Na década de 1980 o “desvio de transtorno sexual” constava no Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. No Brasil, o Grupo Gay da Bahia, em 1981, iniciou uma campanha junto à sociedade civil, psiquiatras e psicólogos pela despatologização da homossexualidade.

Já em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da classificação de doenças. Cinco anos depois, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM e do Código Internacional de Doenças – CID (CANABARRO, 2013; FÁBIO, 2017).

b) Termo “orientação sexual”

Segundo Fábio (2017), outra luta do movimento foi pela defesa do uso do termo “orientação sexual” ao invés de “opção sexual”. Essa luta na década de 1980 serviu também para fortalecer ainda mais o movimento LGBTI+ em seus esforços para evitar que a homossexualidade fosse compreendida como uma escolha objetiva. Como bem infere Reis (2018) “opção sexual” não é a expressão correta, pois ninguém “opta”, conscientemente, por sua orientação sexual, ou seja, a pessoa homossexual ou

bissexual não escolhe sua forma de desejo assim como não existe possibilidades de optar pela heterossexualidade.

Dando continuidade ao combate à discriminação e ao uso do termo orientação sexual, em 1986 os grupos Triangulo Rosa/RJ, Libertos/SP e Grupo Gay da Bahia lançaram uma campanha para incluir na Constituição Federal a proibição da discriminação por “orientação sexual”, mas não obtiveram êxito, pois não foram incluídos no texto constitucional os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” como aspirava o movimento (CANABARRO, 2013). Posteriormente, algumas cidades e estados brasileiros incluíram em suas leis orgânicas e constituições estaduais a proibição de discriminar orientação sexual.

c) Ganhando as ruas

Em 1995, no Rio de Janeiro, ocorreu a 17ª conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex. O evento foi encerrado com uma marcha na praia Copacabana, dando mais visibilidade ao movimento que começou a ocupar as ruas. No ano seguinte (1996), em São Paulo, cerca de 500 pessoas se reuniram na praça Roosevelt reivindicando direitos LGBT. Segundo Fábio (2017) a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é um dos maiores eventos da diversidade do mundo. A primeira parada LGBT ocorreu em 1997 e teve um público entre 500 e 2000 pessoas, atualmente, reúne centena de milhares de pessoas na avenida Paulista para exposição de questões importantes para o movimento.

Para Irineu (2009) as manifestações populares como a Parada do Orgulho LGBT podem ser consideradas a maior referência do movimento LGBT brasileiro na atualidade. A luta por reconhecimento de direitos civis no âmbito legislativo com a criação de leis que contemplem temas como parentalidade, proteção física e antidiscriminação entre outros, tem marcado as manifestações.

d) Processo Transexualizador pelo SUS

A cirurgia para redesignação²⁰ de sexo foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina em 2002. Segundo Fábio (2017) o Processo de redesignação sexual ou Processo Transexualizador, passou a ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde –

²⁰ Os termos redesignação e transgenitalização são utilizados pelos órgãos oficiais, como o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde. No entanto, há uma tendência no movimento LGBTI+ de preferir o termo readequação (REIS, 2018, p.50).

SUS, em 2008. Primeiramente, passou a ser oferecido o processo de redesignação do fenótipo masculino para o feminino através da Portaria nº 457²¹, de 2008. A partir de 2013, o Ministério da Saúde ampliou o número de procedimentos e incluiu o processo de redesignação do fenótipo feminino para o masculino ao processo transexualizador ofertado pelo SUS por meio da Portaria nº 2803²².

e) Alteração do Registro Civil

Em 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou, por unanimidade, as pessoas trans pudessem retificar em cartório o nome e a identidade de gênero nos registros civis sem a necessidade de judicialização, ou seja, apenas com a autodeclaração (FÁBIO, 2017; POMPEU, 2018; JESUS, 2018).

f) Doação de sangue

Em 08 de maio de 2020 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais a Resolução nº 34/2014 da Agência de Vigilância Sanitária e a Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde, ambas normas que determinavam que homossexuais, travestis e transexuais não podiam doar sangue por relacionarem a possibilidade de contágio por doenças sexualmente transmissíveis.

O voto do ministro e também relator Edson Fachin defendeu que devem ser observados requisitos baseados em condutas de risco e não na orientação sexual para a seleção dos doadores, pois configura-se "discriminação injustificável e inconstitucional" (STF, 2020).

Como podemos ver, ao longo dos anos de luta o Movimento LGBT conquistou muitos avanços, a maioria, através do Poder Judiciário. Segundo Canabarro (2013) os avanços, por via do Poder Legislativo, foram poucos uma vez que os partidos ligados às igrejas têm demonstrado ter mais força política do que os partidos das causas humanistas e em prol dos direitos humanos. Assim,

²¹ Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2008).

²² Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2013).

[...] as conquistas têm vindo primeiramente pelo judiciário: exemplos são os anos de 2011, em que o STF – Supremo Tribunal Federal legislou sobre a União Estável homoafetiva, dando igualdade de direitos a famílias homoparentais e em 2013, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça normatizou o casamento civil igualitário, ou o casamento homoafetivo, [...] Embora se percebam os aparentes avanços, ainda há muito o que resistir e lutar dentro de um quadro recente de ameaças ou perdas efetivas de direitos já conquistados. (CANABARRO, 2013, p. 5).

As conquistas ocorreram em sua maioria através de decisões do Poder Judiciário ou do Poder Executivo ao invés de iniciativas do Poder Legislativo. Isso demonstra o reflexo de um país conservador que, ainda, registra altos índices de violência e discriminação contra a população LGBTI+.

1.6.4 Desafios do Movimento

Não podemos negar que, no Brasil, uma questão que afeta a população LGBTQI+ é, principalmente, a violência. Anualmente o Grupo Gay da Bahia publica um relatório com os casos de mortes de LGBTI+ que ocorreram no país. No relatório são apresentados os assassinatos e suicídios que fazem com que o nosso país seja considerado o “campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (OLIVEIRA e MOTT, 2020, p. 14).

A ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e o IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação, também publicou um Dossiê dos assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras, visto que em 2019 chamou a atenção para o fato de o Brasil ter continuado como um país que mais mata travestis e transexuais no mundo²³, confirmando a violência denunciada pelos militantes do movimento LGBTI+.

Segundo Farias (2017) a forma como tais mortes ocorrem podem ser consideradas com indícios de crime de ódio. No contexto LGBTI+, a expressão crime de ódio pode ser usada para descrever crimes motivados por sentimentos LGBTIfóbicos.

²³ Boletim 01/2020 ANTRA – Assassinatos contra Travestis e Transexuais Brasileiras. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-1-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em 29 Jul. 2020.

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (adaptado de JUNQUEIRA, 2007). Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. (REIS, 2018, p. 35).

A LGBTfobia também se manifesta a partir de diversos fenômenos sociais que dizem respeito ao preconceito, à discriminação e as mais variadas formas de violência e intolerância contra pessoas LGBTI+ que ocorrem em local de trabalho, nas escolas e em outros locais públicos ou privados.

Ainda segundo a cartilha titulada *O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica?* podemos afirmar que

[...] a LGBTIfobia é o termo utilizado para compreender as violências cometidas contra a população LGBTI+ e se apresenta como uma série de atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas LGBTI+, motivadas pela orientação sexual e/ou sua Identidade de gênero. Normalmente é motivada por desconhecimento, alienação, valores morais baseados em argumentos do senso comum, com cunho religioso, pela invisibilidade, ignorância e preconceito. (BENEVIDES, 2020, p. 6).

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal – STF determinou que a chamada LGBTfobia passasse a ser considerada crime; com isso, mais uma vez evidenciamos que foi através do Poder Judiciário que o movimento LGBTI+ obteve uma vitória. Segundo Barifouse (2019) por reconhecer a demora do Poder Legislativo em tratar do tema, em 13 de junho de 2019 o STF decidiu punir a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero pela Lei de Racismo²⁴, que prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

1.7 MULHERES NA POLÍTICA

1.7.1 Participação política

Participação política é uma expressão que geralmente é associada ao direito de votar e de ser votado, ou seja, de disputar uma eleição. Contudo, quando se

²⁴ Lei nº 7716 de 5 de janeiro de 1989.

organiza protestos, greves, etc., também se faz participação política. Por isso, definir participação política é difícil. Para Machado et al. (2019) participar significa colaborar e agir para que algo aconteça.

Para Avelar (2004, p. 223) a participação política é um “instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania”, contudo, os canais e as formas de participação podem variar conforme o contexto histórico, cultural e local.

Considerando as dificuldades de sistematizar todo seu repertório nas democracias contemporâneas, tanto em suas formas convencionais como não-convencionais, no espaço institucionalizado da política ou no espaço não-institucionalizado, resumimos em três grandes vias os canais de participação: o *canal eleitoral*, que abrange todo o tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país; os *canais corporativos* que são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal; e o *canal organizacional*, que consiste em formas não-institucionalizadas de organização coletiva como os movimentos sociais, as subculturas políticas etc. (AVELAR, 2004, p. 225).

Sendo a participação política um instrumento de ampliação dos direitos de cidadania e a cidadania, segundo Hannah Arendt, “o direito a ter direitos”, nestes termos, a participação política pode ser considerada o ponto de partida para a existência dos demais direitos à democracia (WINKLER, 2004).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, que foi proclamada em 10 de dezembro de 1948 como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, estabelece em seu artigo 21, entre outras coisas, que “todo ser humano tem o direito de fazer parte do governo de seu país” (DUDH, 1948); o que reforça a importância a participação dos indivíduos na política formal, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

1.7.2 Participação da mulher na política

Não é novidade que a política formal é um espaço de poder ocupado em sua maioria por homens e que ainda há um imenso caminho a ser percorrido pelas mulheres na busca pela igualdade de gênero na política formal, que segundo Machado et al. (2019) é aquela que se faz dentro do Estado ou partidos políticos.

Atualmente as mulheres ocupam menos de 15% da política formal e os obstáculos e barreiras foram impostos historicamente.

Neste cenário, apesar do pleito de 2018 ter sido o que mais elegeu mulheres - 26 a mais que em 2014 - os números ainda são insatisfatórios. Para termos uma ideia, foram eleitas 77 deputadas federais para 436 deputados e 12 senadoras para 69 senadores (MACHADO et al, 2019).

Embora exista no Brasil, desde 1932, uma lei que garanta às mulheres o direito de voto, ainda hoje elas continuam pouco representadas nos espaços políticos, mesmo compondo 52% do eleitorado segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Contudo, as mulheres representam apenas 11% das candidaturas eleitas. Essa desproporção faz com que o Brasil fique abaixo da média global, ocupando a 156ª posição em uma lista²⁵ de 190 países que mede a participação das mulheres na política. (TSE, 2018; MACHADO et al., 2019; MONTESANTI, 2018). Por essa razão, é importante discutir políticas e medidas afirmativas que buscam incentivar e promover a permanência e ampliação da participação feminina na política formal.

1.7.3 As pioneiras: primeira alistada e a primeira eleita

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932 através do Decreto nº 21.076, que instituiu o Código Eleitoral. Contudo, o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado brasileiro a conceder o direito do voto à mulher no ano de 1927, quando registrou a primeira eleitora, Celina Guimarães Viana (TOSI, 2016). O alistamento eleitoral foi realizado com base na Constituição do Estado que garantia o direito ao voto sem distinção de sexo. Entretanto, em 1928, uma Comissão de Poderes do Senado Federal decidiu anular os votos das mulheres alegando a necessidade de uma lei especial a respeito.

²⁵ O levantamento é feito pela União Interparlamentar (IPU, na sigla em inglês, que abriga representantes eleitorais desses governos) e atualizado com dados eleitorais até setembro/2018 (MONTESANTI, 2018).

Figura 2: Posse da prefeita Alzira Soriano, Lajes, Rio Grande do Norte, 1º de janeiro de 1929.



Fonte: Domínio Público.

O estado do Rio Grande do Norte também registrou a primeira prefeita eleita do Brasil e da América Latina (SCHUMACHER e CEVA, 2015; TOSI, 2016). Em 1928, Alzira Soriano foi eleita prefeita da cidade de Lajes, tomando posse em 1929.

1.7.4 Representatividade feminina na política

Com as desigualdades de gênero enraizadas na nossa cultura, o mero acesso das mulheres à participação política formal não foi suficiente para modificar a estrutura de poder que impõe a superioridade do homem, uma vez que, segundo Machado et al. (2019) as famílias continuam nos moldes patriarcais e as mulheres continuaram, quase que com exclusividade, cuidando do lar, sem deixar de lado outros espaços como, por exemplo, o mercado de trabalho.

Segundo Hollanda e Pellegrino (2018), entre os países da América do Sul, o Brasil apresenta o menor índice de representação parlamentar feminina. Conforme as autoras, em 2018, entre os 513 parlamentares federais, apenas 55 eram mulheres. Outro dado apresentado pelas autoras e que causa preocupação é que países como Afeganistão e o Iraque, em guerra há mais de dez anos – e a Arábia Saudita, que somente em 2013 aprovou uma lei para coibir a violência doméstica – ocupam melhor posição que o Brasil no *ranking* de representatividade feminina.

Como já sinalizado, a sub-representação das mulheres na política brasileira pode ser considerada um reflexo da estrutura patriarcal da nossa sociedade. Segundo Lima (2015), o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010 aponta que as mulheres representem 51% do total da população brasileira e os homens 49%, e isto não se reflete no campo político que é predominantemente masculino e cisnormativo. Distantes do poder político em quase todas as culturas do mundo, as mulheres foram submetidas ao papel doméstico, ficando os homens com o “monopólio da representação e das trocas de honra” (BOURDIEU, 2002, apud, MELO e THOMÉ, 2018, p. 127).

As mulheres, na lógica da dominação masculina imposta pela dominação patriarcal, são reduzidas a objetos da troca, que é realizada pelos sujeitos, os homens. Estes, por sua vez, usam seus esforços para perpetua a forma como o poder é constituído. Na prática, em miúdos, é fácil entender: uma mulher a mais ocupando um cargo político, dotada de poder, significará um homem a menos neste papel (MELO e THOMÉ, 2018, p. 127).

Embora o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tenha ocorrido em 2010, com base na projeção realizada pelo Instituto, em 2018 a população brasileira era distribuída da seguinte forma: homens 48,91% e mulheres 51,09% (IBGE, 2018), demonstrando que a proporcionalidade de mulheres e homens na população brasileira se manteve em relação a 2010.

No entanto, de acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2018 as candidaturas foram distribuídas da seguinte forma: 31% mulheres (feminino) e 69% homens (masculino). Estes números demonstram a inversão da proporção de mulheres e homens em comparação com a distribuição da população brasileira, confirmando a pouca participação política da mulher. A situação se agrava quando temos que reconhecer que os 31% de candidaturas femininas podem não representar a realidade da participação feminina na política brasileira, pois como afirma Machado (2018, n.p):

Os partidos alegam que não conseguem preencher as cotas porque faltariam mulheres participando ativamente da política, e, por isso, alguns terminam por, fraudulentamente, indicar nomes de candidatas para fins de preenchimento do percentual destinado a cada sexo apenas para viabilizar o registro das candidaturas masculinas. Essas candidaturas ficaram conhecidas como “laranjas”. (MACHADO, 2018, s/p).

Com a intenção de enfrentar as dificuldades que limitam o acesso das mulheres à política brasileira, em 1995 foi criada uma lei de cotas para mulheres nas eleições. Mesmo reconhecendo a importância desta política afirmativa, no Brasil nem sempre as cotas são utilizadas para possibilitar, realmente, a participação feminina na política. Ainda em relação ao tema das candidaturas “laranjas”, Holanda (2018) argumenta que tais candidaturas muitas vezes...

[...] não recebem nenhum voto e assim a lei de cotas é cumprida pelos partidos que, sem exceção, reproduzem a lógica patriarcal da sociedade. [...] Embora as mulheres representem 44,6% das filiações partidárias, são poucas aquelas que desejam enfrentar os desafios de se candidatar [...]. (HOLLANDA, 2018, p. 64-65).

O suposto desinteresse das mulheres para a política é um argumento utilizado para justificar a exclusão das mulheres deste espaço e endossar a relação de poder sustentada pelo patriarcado (LIMA, 2018). Eleni Varikas, em seu texto intitulado “Pária: Uma Metáfora da Exclusão da Mulheres” (1989) trata da posição social da mulher, marcada pela exclusão da cidadania dizendo que,

[...] desde a Revolução Francesa, a designação da opressão feminina passa pela metáfora da escravidão. A invisibilidade do caráter social da exclusão das mulheres faz com que não exista um nome específico para expressá-la, e, conseqüentemente, sua afirmação toma de empréstimo as designações de outras categorias de excluído(a)s, excluído(a)s mais visíveis e universalmente reconhecidos(a)s como tais. Ao nome de *escravo*, utilizado de início para designar sua posição social, vêm juntar-se no século XIX as designações de *ilota* e de *pária*. *Ilota* designava em sua origem os antigos habitantes da Lacônia reduzidos à escravidão pelos Espartanos, porém no contexto do século XIX francês, o termo *ilota* remete aos debates da República e tende a significar a sujeição e a exclusão dos direitos políticos (VARIKAS, 1989, p. 20, grifos da autora).

Machado et al (2019) apresenta dados de uma pesquisa realizada pelo Senado Federal para corroborar com a ideia de que a justificativa do suposto desinteresse da mulher pela política formal não se sustenta:

Segundo pesquisa realizada pelo Senado Federal, em 2014 e em 2016, a ausência de apoio dos partidos políticos é a principal causa elencada por 41% das mulheres para não se candidatarem. A falta de interesse pela política aparece em segundo lugar, com 23%, e a dificuldade de concorrer com os homens em terceiro, com 19%. A pesquisa revela que a principal causa para as mulheres não apresentarem candidaturas é a ausência de espaço dentro das agremiações partidárias, sem as quais nenhuma candidatura tem

viabilidade, o que é uma constatação paradoxal, tendo em vista que as mulheres representam cerca de 45 % das filiações dos partidos, enquanto os homens são 55 %. (MACHADO et al., 2019, s/p.).

Os autores ressaltam que as mulheres são a maioria na política informal como em associações de bairros, movimentos sociais, ONGs, etc., portanto, há o interesse da mulher na participação política. O que precisa ser feito é superar os obstáculos e os entraves impostos na sua participação na política formal.

Embora o Estado não seja o único espaço de exercício de poder em uma sociedade, ele pode ser identificado como um retrato onde sistemas de forças tem seus papéis bem estabelecidos e seus mecanismos de poder contribuem para

solidificar uma relação de dominação masculina, que mantém as mulheres longe também dos espaços públicos de disputa e do poder político. Ainda que se entenda que a igualdade política das mulheres não se inicia, nem se esgota, nas eleições e no parlamento, na representação e no acesso aos cargos políticos, já se sabe que este é o espaço no qual as mulheres podem aumentar seu poder de pressão. (MELO e THOMÉ, 2018, p. 130-131).

A importância da presença feminina nas esferas do poder político, pode ter três grandes significados para a ciência política:

A representação pode ser: descritiva, ou seja, de tal forma que se assemelha à própria presença na sociedade; substantiva, ao considerar que um grupo potencialmente representa melhor suas próprias demandas, construindo agendas específicas; ou, por fim, a representação pode ter o efeito simbólico, ao mostrar o impacto do próprio aumento da representação nas esferas do poder da sociedade. (FRANCESCHET, 2008, apud MELO e THOMÉ, 2018, p. 128).

Contra os mecanismos patriarcais de dominação, a maior participação das mulheres na política vai além de uma questão de justiça e de igualdade. Faz parte da estrutura da ideia de democracia (MELO e THOMÉ, 2018). Deste modo, como também advoga Miguel (2014, s/p), “não se trata apenas de diversidade. Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade”.

Portanto, mesmo com o relativo aumento da presença das mulheres na política, elas permanecem carregando o peso da sua “subalternidade social”, historicamente construída. A associação da mulher com tarefas/ações de cuidado acaba repercutindo no campo político. Algumas vertentes terminam por vincular as mulheres a pautas

relacionadas a questões de assistência social, educação e outras relacionadas a cuidados. Com esta associação, busca-se segregar as mulheres nas posições periféricas do campo político (MIGUEL, 2014; MELO e THOMÉ, 2018).

1.7.5 A importância das Cotas de gênero e demais incentivos para a participação da mulher na política

Para Schumacher e Ceva (2015) a representação da mulher na política é “uma representação injusta” (p. 256) uma vez que, embora as cotas de gênero tenham estimulado e motivado lideranças femininas, não promoveram “mudanças substanciais no cenário político brasileiro” (SCHUMACHER e CEVA p. 257).

As barreiras de gênero – historicamente construídas – dificultam, ainda hoje, uma maior participação das mulheres nos espaços de poder. A tímida representatividade feminina no âmbito da política reflete uma série de fatores, dentre eles razões econômicas e culturais, uma vez que no imaginário da sociedade brasileira ainda prevalece a ideia de que “política não é lugar de mulher” (SCHUMACHER e CEVA, 2015, p. 257-258).

Neste cenário de continuidade das desigualdades de gênero, as ações afirmativas buscam dar maior representatividade a grupos minoritários. Deste modo, as cotas de gênero, assim como outras políticas públicas, visam atenuar as desigualdades entre homens e mulheres, no que se refere, à atuação nos espaços públicos, sobretudo nos espaços de debate político-partidário.

Para Machado (2019), por meio das cotas de gênero é possível incluir as mulheres nestes espaços basicamente ocupados por homens. Ainda assim, mesmo com as mulheres tendo conquistado timidamente o espaço político, ainda hoje impera o hábito de atribuir à mulher a vocação por pautas sociais nos seus mandatos.

O sistema de cotas, instituído em 1995 para eleições municipais, foi fruto de reivindicações do movimento feminista no Brasil. Inicialmente o percentual era de 20% e a intenção era conceder mais espaço para as mulheres na política. A partir da Lei nº 12.034/2009, o percentual para reserva de vagas passou para 30%, no mínimo, de todas as candidaturas lançadas pelo partido/coligação. É importante salientar que as vagas devem ser reservadas para o sexo minoritário na política, que atualmente, é o feminino. Por isso, chama-se comumente de cotas para mulheres na política (MACHADO, 2018). Na realidade o que se busca com o sistema de cotas e outras

políticas e ações afirmativas voltadas aos mais diversos grupos historicamente excluídos dos espaços políticos, dos espaços de tomadas de decisões e tantos outros espaços é corrigir injustiças históricas.

As chamadas cotas para as mulheres visam garantir a participação na política formal de um grupo historicamente excluído da política, mesmo perfazendo, em média, a metade da população brasileira. Para Machado (2018) o fundamento das cotas não é garantir a inclusão das mulheres no Parlamento para que defendam seus interesses, mesmo sabendo que isso possa acontecer. O fundamento das cotas de candidatura por sexo é corrigir uma injustiça histórica.

Na contramão das medidas afirmativas que buscam incluir as mulheres na política, em 2019 foi apresentado o Projeto de Lei nº 1.256/2019 que tinha como objetivo revogar o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo. O referido Projeto de Lei de autoria do Senador Angelo Coronel (PSD/BA) foi rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no mesmo ano.

Quanto a Reserva do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha de Candidatas Mulheres, em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a expressão “três” contida no art. 9º da Lei nº 13.165/2015, que determinava que os partidos políticos deveriam destinar de 5% a 15% do Fundo Partidário para o financiamento das candidaturas femininas. Com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, o STF decidiu dar a interpretação conforme a Constituição Federal ao art. 9º da Lei nº 13.165/2015, ou seja, equipara-la ao patamar legal de candidaturas femininas efetivamente lançadas, atualmente, no mínimo 30% dos recursos do Fundo Partidário (CAVALCANTE, 2018).

No mesmo sentido, a partir das eleições de 2018, segundo Machado et al. (2019), por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, no mínimo 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e tempo de propaganda gratuita devem ser destinadas às candidaturas femininas.

Segundo Machado (2018), a Reforma Política de 2017, que inseriu o art. 93-A na Lei 9.504/97, autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a promover, em até cinco minutos diários, no período de 1º de abril a 30 de junho, propaganda institucional com a finalidade de incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra

na política. Esta política afirmativa busca dar visibilidade e força política a estes grupos.

É certo que as bandeiras políticas do transexual e do transgênero são, em relação a essas condições, diferentes tanto das da mulher, como das do homem. Entre as causas mais importantes defendidas tem-se a busca por um tratamento social digno às pessoas trans, desde o enfretamento do preconceito até a luta por tratamento médico. O sexo não é um elemento irrelevante no processo eleitoral; pelo contrário, tem implicações em seu percurso. (MACHADO, 2018, s/p).

O aumento do número de mulheres eleitas que ocorreu em 2018, em média para os cargos de Deputada Federal e Senadora houve um aumento de 4%, passando a participação feminina para 15%, é resultado não só das ações afirmativas como as cotas de candidaturas, da reserva de recursos para o financiamento das candidaturas femininas, mas também das propostas defendidas. No pleito de 2018 foi possível observar o aumento de candidaturas com propostas direcionadas a defesa dos direitos das mulheres (MACHADO et al. 2019).

A partir do pleito de 2018, as mulheres trans passaram a ter a possibilidade de concorrer na reserva de cotas destinadas às mulheres, da mesma forma que as mulheres cisgênero.

[...] incluir as pessoas trans como beneficiárias dessa política afirmativa, concedendo-as um tratamento jurídico para que possam pleitear sua candidatura optando pelo sexo com o qual se identificam (gênero) é reconhecer, antes de tudo, sua identidade, sua plena personalidade e garantir sua dignidade. O processo eleitoral não pode ser insensível a essa questão. (MACHADO, 2018, s/p).

Esse entendimento é resultado da interpretação do art. 10, § 3º, da Lei das Eleições, que foi objeto de consulta (nº 0604054-58.2017.6.00.0000) formulada ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE a Procuradoria Geral Eleitoral.

A consulta visava responder às seguintes perguntas:

A expressão “cada sexo” contida no art. 10, §3º, da Lei das Eleições se refere ao sexo biológico ou ao gênero?

Homens e mulheres trans devem ser contabilizados nas cotas, respectivas, feminina e masculina?

A determinação de que o candidato deve “indicar seu nome completo”, contida no art. 12, *caput*, da Lei das Eleições, no pedido de candidatura se refere ao nome social ou ao nome civil?

É lícito que os(as) candidatos(as) indiquem somente seus nomes sociais, se fizerem prova de que as certidões referem a eles próprios?

Caso as pessoas trans devam indicar seu nome civil, é possível que sejam indicadas, nas urnas eletrônicas e demais cadastros eleitorais, apenas por seus nomes sociais?

A expressão contida na mesma norma “não estabelecerá dúvida quanto a sua identidade” aplica-se à identidade de gênero, enquanto especificação do direito à personalidade à identidade pessoal?

O uso dos nomes sociais, mesmo que equiparados aos “apelidos” a que se refere a norma do art. 12 da Lei das Eleições, se restringe às candidaturas proporcionais ou aplica-se às candidaturas majoritárias. (TSE, 2017, p. 3-4).

Interpretando de acordo com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, em 01/03/2018, quando respondeu à referida Consulta, a Procuradoria Geral da República entendeu que a expressão “cada sexo” do art. 10, § 3º, da Lei das Eleições, deve ser interpretada a partir da categoria “gênero”, sendo assim, não deve ser considerado o sexo biológico. É claro que isso se estende aos homens transgêneros que como os homens cisgêneros devem ser computados na cota masculina, assim como as mulheres transgêneras que devem ser computadas na cota de feminina com as mulheres cisgêneras.

É importante lembrar que em 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (2018) decidiu que os eleitores e eleitoras transexuais e travestis poderiam solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor e no caderno de votação das Eleições de 2018, atualizando, assim, sua identidade de gênero no Cadastro Eleitoral a partir da autoidentificação. Para os registros das candidaturas de transexuais e travestis pelo nome social, assim como no caso dos eleitores, a autoidentificação foi suficiente.

É inegável que as mulheres trans compartilham como as demais mulheres as dificuldades impostas ao pertencimento ao universo feminismo, contudo, as mulheres trans sofrem essas dificuldades de forma ainda mais agravada conforme sustenta Machado et al. (2019).

Portanto, o reconhecimento dessa igualdade ao benefício das cotas é uma maneira de tentar corrigir mais uma injustiça histórica vivenciada por grupos minoritários. É perceptível que o processo de inserção das mulheres trans na política formal enfrenta um duplo desafio, na medida em que a divisão sexual e relações de poder sustentadas pelo patriarcado, considera o homem hierarquicamente superior a mulher e termina por negar-lhe o espaço público e, ao mesmo tempo, reforça as discriminações e demais formas de violência impostas às identidades sexuais e de gênero.

2 PERCEPÇÕES DA ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E DO PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO DAS MULHERES TRANS NA POLÍTICA FORMAL

Para compreender o processo de inserção das mulheres trans na política formal, se fez necessário conhecer as percepções e as narrativas da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, Diretórios Estaduais de São Paulo e Pernambuco.

2.1 PERCEPÇÕES DA ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A ANTRA é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais²⁶. Para conhecer as percepções da Associação sobre o tema, foi realizada entrevista semiestruturada com Bruna Benevides (2020), Secretária de Articulação Política da Associação.

2.1.1 O interesse da comunidade LGBTI+ pela política

Como já havia ocorrido em 2014 e 2016, em 2018 a ANTRA apoiou publicamente as candidaturas de pessoas trans. Para as eleições de 2018 foram lançadas 53 candidaturas de acordo com levantamento realizado pela Associação e divulgado através da sua página na internet, em texto com o título “População Trans reage a Transfobia se candidatado em 2018”²⁷. Em comparação com 2014 houve significativo aumento em relação ao número de candidaturas, que foram apenas 5 naquele ano.

Mesmo com esses números, segundo a ANTRA, o interesse da população LGBTI+, especialmente da população trans como um todo pela política, ainda é insuficiente:

Um dos principais pontos de atuação da ANTRA é a formação política, e o controle social, e nisso nós temos como uma das nossas metas fortalecer a incidência

²⁶ <https://antrabrasil.org/sobre/>

²⁷ <https://antrabrasil.org/eleicoes2018/>

política e o próprio interesse da população LGBTI+, especialmente a população trans, que é a população prioritária que a gente atua, para que estejam cada vez mais engajados frente a forma política de se organizar para que a gente possa avançar na conquista, implementação, efetivação e acesso aos direitos. Então a gente percebe que o interesse da população como um todo ainda é muito insuficiente visto que há diversos processos de descrédito por conta de escândalos ao longo da história que enfraquece a estrutura política e o próprio comprometimento da população junto a política como ela está organizada, então acredito, a gente acredita, que a população não se sente por um lado representada, mas também segura em investir, acompanhar e acreditar na política da forma que ela está posta hoje. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020)

Para as eleições de 2020 a ANTRA mapeou 294²⁸ trans, um acréscimo de 226% em relação a 2016, quando foram identificadas 89 candidaturas. Destas 294 candidaturas, 263 são de travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com outras identidades trans.

2.1.2 As mulheres trans no mundo da política e a importância da representatividade

Quando questionada sobre a percepção da ANTRA sobre a inserção das mulheres trans no mundo da política, a Secretária de Articulação Política da ANTRA destacou os diversos processos de violação aos quais estas mulheres estão submetidas.

E não apenas as mulheres trans, mas toda comunidade LGBTI+ são vítimas das mais variadas formas de violência. Conforme pesquisa realizada por ocasião do mês de enfrentamento da LGBTIfobia, 99% das pessoas entrevistadas disseram não se sentirem seguras no país. Tratando-se especificamente das pessoas trans, a Revista Gênero e Número, apresentou os seguintes dados: aumento de 800% das notificações de agressões, chegando a 11 pessoas agredidas diariamente no Brasil (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

A inserção de mulheres trans no mundo da política, e aí eu vou focar na política partidária, ela parte principalmente como um levante frente a violência e os diversos processos de violações a que estamos submetidas, então nós da ANTRA temos feito um trabalho árduo de articulação política. Essa é uma de nossas missões na espera nacional para formar mulheres trans, travestis, agentes políticos para estarem disputando cargos no executivo e no legislativo e atuando

diretamente, para serem uma representação compromissada com o coletivo e com o avanço de nossas pautas, mas também para que estas em sessão, possa se refletir no dia a dia e enfrentar todos os processos de violência que seguem ainda naturalizado e formam a estrutura da nossa sociedade. A transfobia ela é estrutural e estruturante assim como o próprio machismo, o racismo também. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Entretanto, como dito, para superar os desafios e avançar faz-se necessária uma representação compromissada, com transformação social, conforme argumenta representante ANTRA.

A representatividade é importante quanto ela tem compromisso com a transformação social. A gente acredita que não basta apenas ser uma pessoa trans, ser uma pessoa trans não nos habilita em nada, o que nos habilita é o engajamento que nós vamos ter, a possibilidade de nos qualificar a partir desse engajamento e, principalmente, seguir firme no enfrentamento das lutas que vão surgir, que vão seguir né, então ter uma pessoa trans no parlamento, por exemplo, faz toda a diferença, mas mais ainda quando essa pessoa é capacitada não apenas a partir de sua vivência, mas da convivência com os pares, com o senso de coletividade, com participação social e com uma escuta qualificada para entender as demandas reais da população da qual a pessoa está representando ou foi colocada para representar. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Para que suas demandas sejam atendidas é importante que as pessoas trans tenham representatividade qualificada nos espaços políticos. A eleição de candidatos que conheçam das demandas reais da população LGBTI+ pode ser um caminho a ser percorrido.

2.1.3 Participação da ANTRA nas candidaturas trans nas eleições de 2018

A ANTRA participou incentivando para que as candidaturas acontecessem, promovendo o mapeamento e a divulgação das mesmas.

[...] Nós somos a Instituição que faz o mapeamento, mas não só mapeamento, mapeamento e divulgação dessas candidaturas, incentivando as pessoas que, regionalmente, conheçam essas pessoas que estão candidatas e, principalmente, apoiem. Então nós investimos em campanhas extensas e campanhas incisivas para a representatividade, lógico a representatividade compromissada, mas também para que elas possam ter este referencial de quem votar, conhecer o perfil das candidatas e a preparação para as próprias candidatas com uma articulação intersetorial a fim de que elas também possam estar se preparando para os desafios que irão enfrentar. Então a gente trabalha sempre na perspectiva de

divulgar essas pessoas. Então a gente traça os perfis, a gente publica nas redes e, também, de incentivar as outras pessoas que não estão concorrendo que conheçam essas candidaturas. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Além de incentivar e capacitar as pessoas trans com eventos destinados a promover formação política, a ANTRA faz a divulgação das candidaturas nas suas redes sociais.

2.1.4 Participação nas campanhas de Érica Malunguinho, Érika Hilton e Robeyoncé Lima

Nós não temos envolvimento efetivo, direto, porque nós somos uma rede do terceiro setor e a gente trabalha na perspectiva suprapartidária ou apartidária, né. Por que suprapartidária? Quando as nossas afiliadas podem - e devem - a gente incentiva que elas tenham filiação partidária, mas a Instituição em si não tem vínculo com nenhum tipo de partido, e incentivar ou apoiar candidatura X ou Y diretamente, no engajamento direto, isso de certa forma, seria mal visto por que a gente acabaria preterindo uma em detrimento de outras. Então, nós partimos da premissa que nós temos que apoiar todas, incentivar todas, e dar toda a possibilidade que nós temos de articulação para fortalecer essas candidaturas e, possivelmente, as suas eleições, mas em um engajamento indireto porque diretamente, a gente também comprometeria a nossa própria atuação porque nós somos do terceiro setor. Então se nós estivéssemos relacionadas ou indiretamente ligadas a esses mandatos ficaria muito complicado cumprir o nosso papel de controle social porque também nós cumprimos muito bem. Nós somos parceiras, aliadas, fazemos diversos projetos em conjunto e aí especialmente com a Érica Malunguinho, mas é claro que nós também iremos cobrar, propor, enfim... nós vamos cumprir o nosso papel enquanto terceiro setor independente de ela ser trans ou não. Acho que também é uma via de mão dupla né, e esse nosso compromisso tem que ser assumido por ambas as partes. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Conforme a Secretária de Articulação Política da ANTRA, a Associação apoiou, incentivou e divulgou todas as candidaturas trans igualmente por trabalhar com uma perspectiva suprapartidária devido ao fato de ser uma rede do Terceiro Setor. Caso esse posicionamento não fosse adotado, o papel de controle social ficaria comprometido.

2.1.5 Candidaturas Individuais x Candidaturas Coletivas na visão da ANTRA

Nós incentivamos que as pessoas possam se lançar no máximo de candidaturas, da melhor forma de articulação, respeitando a regionalidade. Então a gente

entende que no Nordeste funcionou de uma forma diferente do que no Sudeste, não à toa que no Sudeste nós elegemos a Érica Malunginho e a Érika Hilton, enquanto no Nordeste, nós só temos a Robeyoncé né, e aí você vê Norte/Nordeste são gigantes e a gente não teve o mesmo êxito vamos dizer assim, e aí a gente fica sempre preocupada em respeitar a regionalidade e a própria decisão das pessoas que vão se lançar nas candidaturas. Então se as candidaturas vão ser individuais ou coletivas a gente vai apoiar porque esta é uma decisão que cabe à pessoa, mas também à própria articulação dos partidos com aos quais elas estão afiliadas. Nós não interferimos neste campo, a menos que a pessoa nos procure e, óbvio, a gente pode dar algum tipo de parecer ou sinalização, muito mais respondendo ao que ela nos propor do que a gente estar propondo diretamente no sentido de não interferir nos anseios, nos desejos, no investimento, nos desafios que a pessoa enfrenta localmente. Não interferimos em coisa nenhuma em qualquer tipo de candidatura, mas a gente sempre fica atenta quando essas candidaturas coletivas não colocam as mulheres trans/travestis como cabeça de chapa, como serão aquelas que serão nomeadas né, diplomadas e empossadas. A gente fica acompanhando porque a gente sabe como é que rola essas organizações e aí a gente também fica atenta para que as pessoas não sejam preteridas na sua própria atuação do dia a dia. Mas para nós, não há diferença nenhuma, pelo contrário, nós incentivamos e ratificamos todas as candidaturas. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Para a ANTRA o importante que é ocorram o maior número de candidaturas possíveis, independentemente de ser candidatura individual ou coletiva. O que importa é a participação política dessas pessoas. Contudo, a Secretária destaca que alguns partidos persistem em não colocar as pessoas trans como “cabeça de chapa”, ou seja, o nome e CPF que será registrado como candidato “oficial” e conseqüentemente será diplomado.

2.1.6 Acompanhamento das propostas e pautas defendidas pelas três mulheres trans eleitas no pleito de 2018

Nós acompanhamos todas as pautas e as propostas defendidas pelas mulheres trans que estão nos cargos eletivos, mas também, nós propomos né. A gente tem plena consciência de que essas pautas surgem da sociedade civil, que surgem principalmente das pessoas que estão se organizando coletivamente para pautar as reais necessidades da nossa população. Então nós temos, não apenas acompanhado, mas proposto também, desde proposta legislativa até propostas de audiência pública, proposta de incidência política, denúncia, acompanhamento de casos de violência e violações de direitos humanos. Nós acompanhamos e apoiamos e participamos sempre que possível das frentes parlamentares, enfim, nós temos uma interlocução bem próxima e direta com todos estes mandatos. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Além de acompanhar as pautas e propostas a ANTRA também propõe, pois tais pautas e propostas surgem da sociedade civil e por ser uma Rede que trabalha

organizando e pautando as necessidades da população trans, procura ter uma relação próxima e direta com os mandatos das mulheres trans eleitas em 2018.

2.1.7 A eleição de Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima para a ANTRA

A eleição das mulheres trans e travestis que foram eleitas, trouxe muito orgulho pra nós né, e sinaliza de que há um caminho que é possível de ser trilhado. Então, primeiro elas são motivos de grande orgulho para todas nós e depois fica aquele exemplo positivo para que outras pessoas também possam estar trilhando este caminho. Nós seguiremos sempre acompanhando e apoiando, dando todo o suporte necessário e também participando das ações que forem propostas, mas também propondo e garantindo que essas mulheres possam ter o pleno desempenho de suas atividades parlamentares, enfrentando a violência institucional dentro das casas legislativas e também nos colocando como essas parceiras para atuar cada um dentro do seu campo e fortalecer a luta que é coletiva, que é a luta de todas nós. Então nós não acreditamos que estamos em campos antagônicos, pelo contrário, nós estamos em campos que se complementam e essa possibilidade de diálogo intersetorial né, este diálogo entre sociedade civil, entre os mandatos coletivos, os mandatos eletivos, entre as próprias pesquisas acadêmicas fazem aí algo que a gente tem chamado que a tríade né, do avanço, das... do campo das ideias, mas também do avanço na luta pelos direitos da população trans. Nesse sentido a eleição da Érica Malunguinho, da Erika Hilton e da Robeyoncé representam, principalmente, a materialização de uma luta que a ANTRA iniciou lá nos idos dos anos de 90, 92, 93, que hoje se consolida com a eleição dessas mulheres e de muitas outras que virão a partir delas. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Nas eleições de 2020, além do aumento no número de candidaturas de pessoas trans, foi possível constatar aumento de 275%²⁹ de pessoas trans eleitas em relação a 2016 quando o pleito também foi para escolha de prefeitos e vereadores. Em 2020 foram eleitas 30 candidaturas trans que terão oportunidade de representar esses corpos tão estigmatizados.

2.1.8 Os desafios enfrentados pelas mulheres trans para a inserção na política e as estratégias para se manterem no mundo da política

Os maiores desafios enfrentados? Até hoje né, isso não está vencido, pelo contrário, a gente ainda tá num caminho muito inicial visto que só agora nós temos uma deputada trans eleita que é Érica Malunguinho, em São Paulo, as outras são codeputadas né, então a Érica Malunguinho foi a única que foi votada diretamente, eleita. E isso é um motivo de grande orgulho mas também denuncia o quanto que

²⁹ <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>

essa estrutura ainda nos coíbe de chegar a esses cargos e aí parte muito da falta de investimento pelos partidos em campanhas majoritárias protagonizadas por pessoas trans e a pauta LGBT como um todo tem um histórico de ter sido usada como barganha para outros assuntos não à toa até hoje nós não temos uma única lei na esfera federal, para dar um exemplo, que garanta qualquer direito da população LGBTI, isso por si só denuncia a omissão da esfera política, denuncia a LGTBfobia institucional e exige cada vez mais esforços para que outras mulheres trans/travestis possam estar atuando diretamente para mudar esse quadro. Os desafios são muitos né, principalmente quando a gente fala da transfobia, quando a gente fala da dificuldade/complexidade para as mulheres trans/travestis acessarem o fundo eleitoral pela cota de mulheres, pelo reconhecimento da identidade de gênero, muitos partidos violam e não reconhecem a identidade de gênero das mulheres trans/travestis que não tem o nome retificado, a gente tem a questão dos partidos que não colocam e não investem em campanhas majoritárias prioritárias de pessoas trans, não investem nestas candidaturas, muitas vezes são candidaturas extremamente precárias, própria Érica Malunguinho já deu diversas declarações falando que ela não teve investimento algum por parte do partido, então a gente também fica preocupada porque esses desafios acabam se somando a transfobia e, muitas vezes, as próprias violências que essas pessoas já enfrenta e causam desgaste ao ponto de que muitas pessoas não se lançam para este desafio de estar atuando na forma de organização política necessária para enfrentar essa estrutura que é transfóbica. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

Do ponto de vista da ANTRA os maiores desafios compreendem a LGTBfobia estrutural, a fala transfóbica e a falta de recursos financeiros.

As principais estratégias para superar esses quadros são as formações que nós temos feito incessavelmente em diversos campos seja na academia, seja em seminários, seja em encontros nacionais, seja agora neste período de pandemia com lives, festivais, webinários a fim de que as pessoas possam se sentir como parte da sociedade. É quase como um resgate né, da sociabilidade da maioria das pessoas trans que acaba sendo retirada da possibilidade do convívio social para um preparo a fim de que essas pessoas também se entendendo enquanto cidadãos e cidadãs possam entender o seu papel na organização política da sociedade. Então essas estratégias são principalmente a organização coletiva de pessoas trans que estejam prontas para representar os interesses da nossa pauta, a urgência da nossa população, mas também para que elas não fiquem limitadas apenas à questão LGBTI ou trans, para que nós possamos ampliar o olhar que as pessoas têm sobre nós e principalmente garantir que essas mulheres após a entrada na política, após estarem nos seus cargos eleitos elas não passem por diversas formas de violência, transfobia, ameaça, como inclusive aconteceu no plenário da ALESP contra a própria Érica Malunguinho. Então é um caminho duplo né que a gente prepara essas mulheres para travar essa batalha, mas também prepara para que elas possam quando estiverem nos seus parlamentos, elas se depararem com um caminho que demonstre um avanço e nunca um retrocesso, nunca seja possível retrocesso frente àquilo que a gente tem conquistado. (SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ANTRA, 2020).

A Secretária de Articulação Política da ANTRA defende a necessidade de uma organização e formação política para enfrentar tais desafios. Portanto, a ANTRA trabalha promovendo formação para pessoas trans para que elas entendam seu papel na organização da sociedade.

2.2 PERCEPÇÕES DO PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – DIRETÓRIOS ESTADUAIS DE SÃO PAULO (PSOL/SP) E PERNAMBUCO (PSOL/PE)

Para conhecer as percepções do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sobre o processo de inserção das mulheres trans na política formal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com Joselicio Júnior, Dirigente Estadual do PSOL de São Paulo e com Lucas Van Der Ploeg, Dirigente Estadual do PSOL de Pernambuco. Ambos estiveram diretamente envolvidos nas campanhas eleitorais de 2018.

2.2.1 Candidaturas Individuais x Candidaturas Coletivas nas eleições de 2018

Segundo o Dirigente Estadual do PSOL de São Paulo, as candidaturas coletivas fizeram parte de um processo de inovação do modo de se fazer política. Processo este necessário ainda mais no momento de descrédito que estamos vivenciando.

[...] na eleição foi motivo de bastante polêmica né, [...] porque era algo muito novo e muito fora da curva do que tradicionalmente sempre foram as candidaturas do PSOL né, mas eu, particularmente, muito particularmente, sempre tive um olhar bastante interessado. Não só pelas candidaturas coletivas, mas por essas ideias de inovação política né, entendendo elas como um instrumento interessante pra diante desse cenário todo político né, que a gente tá vivendo, vivenciando hoje um conjunto de... um certo descrédito né, da política né, uma criminalização do fazer político né, isso muito provocado pela grande mídia né, a ideia de política sinônimo de corrupção, de falcatura e etc., e aí também a própria lava jato ajudou a impulsionar isso e etc., então criou-se um certo descrédito muito forte né, ampliou-se né, digamos assim, o descrédito em relação à política e aí começou a ligar essa ideia dessas inovações como uma forma de reencantar as pessoas ou de, pelo menos, atrair mais pessoas ou de, pelo menos, uma parte das pessoas com interesse maior pela política, pela participação, pela... então, então eu sempre vi essa ideia das inovações como um elemento interessante né, já que a sociedade mudou, muitas coisas mudaram, também a forma de se fazer política precisa ser inovada né, então não dá pra gente pensar os modos de fazer política como o século passado, que tiveram os seus méritos, os seus efeitos, etc., mas você combinar essa descrença com política, com a velha forma de fazer política me

parecia um pouco equivocada. Então é importante dialogar com essas novas dinâmicas porque elas de alguma maneira dialogam com as novas dinâmicas da própria sociedade, que é uma sociedade muito mais horizontal, em rede, e isso tem cada vez mais chamado atenção de setores progressistas particularmente né, acho que ainda nos setores mais populares ainda a forma mais tradicional de fazer política ainda tem um grande peso, mas nos setores médios né, nos setores médios progressistas a ideia de inovação, de novas formas de fazer política tem ganhado um peso, então eu vi com simpatia né, e aí a gente se deparou com algumas experiências né, aqui em São Paulo, uma delas bem sucedida que foi a Bancada Ativista né, mas tiveram outras, teve o mandato Coletivo Feminista, teve uma candidatura Cidadanista que pra mim tinha uma ideia de coletiva, tiveram algumas outras mais secundárias, mas todas um pouco tentando dialogar um pouco com esse espírito né, de compartilhamento de campanha, então teve uma experiência que o coletivo QuatroV fez de compartilhar tecnologias e tal, gravação de vídeo, identidade visual, tentando montar uma identidade coletiva, então se teve várias experiências, umas super bem sucedidas como no caso da Bancada Ativista e outras nem tanto, mas também com a sua importância né. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Diferentemente do PSOL de São Paulo, o PSOL de Pernambuco apostou nas candidaturas coletivas para o pleito de 2018:

[...] na prática eleitoral que a gente definiu, vimos que nossos quadros, principalmente nossos quadros femininos, elas sozinhas não teriam a capacidade e potencial eleitoral de tá disputando as eleições com competitividade né, dentro do partido. Já haviam deputado estadual e havia outras figuras que tinham mais atuabilidade social, e aí a gente reuniu né, pensou já havia um precedente jurídico, então, então é possível apresentar o coletivo, então vamos apresentar um projeto que tenha o protagonismo da mulher né, as companheiras que lideraram todo esse processo e que você tivesse uma certa setorização política né. A gente tinha uma companheira que era da rede estadual de professores; tínhamos outra que era jornalista da área de cinema, aqui em Recife a área de cinema é bastante ampla; nós tínhamos uma ambulante que era coordenadora do MTST né; uma pessoa da Juventude, que é do interior - justamente se frisou ter uma representação que era só de pessoas da capital pra tentar dar uma situação territorial maior né - estudante de letras lá de Surubim, aqui do Agreste do Estado né; e aí a gente tem a Robe³⁰ que é advogada trans, que já é uma pessoa que havia uma certa... conhecimento público, porque companheira advogada trans, formação no governo federal, ela já havia sido assessora do mandato do PSOL na Câmara municipal do Recife. Então minha a relação partidária que é a Robeyoncé né, e aí essas cinco tiveram essa ideia. A gente como dirigente do partido apoiamos isso internamente né, e aí nem havia muito ainda um conhecimento de como seria o funcionamento do mandato coletivo sabe? Parte de uma premissa de prática eleitoral de você tentar, já que havia precedente jurídico inicial, vamos tentar pegar setores sociais diversos. Que se cada uma tivesse saído como candidata talvez não teria tido o efeito que teve a Juntas né. A ideia, o processo disso é coletivo, tanto que a personalização do mandato não é na figura porque talvez a Robe seja mais conhecida porque com a sua atuação nas redes sociais... mas a Juntas, se você pergunte, a Juntas? tu não associa a uma pessoa necessariamente, você associa a uma ideia, enfim, uma perspectiva

³⁰ Robeyoncé Lima.

de mandato coletivo e isso... a gente... foi uma surpresa porque a gente tinha um mandato estadual aqui que é do ex-deputado Edilson Silva concorrendo a reeleição e daqui a pouco fica em quarto lugar e a Juntas tiveram um resultado eleitoral surpreendente. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

Segundo o Dirigente do PSOL em Pernambuco, o partido optou por candidaturas coletivas principalmente como estratégia política para eleger candidaturas que talvez não tivessem “força” para garantir a eleição se tivessem lançado candidaturas individuais.

2.2.2 Aposta nas candidaturas trans

Na fala do Dirigente Estadual do PSOL de São Paulo ficou evidente que as candidaturas trans, pelo menos inicialmente, não faziam parte de um projeto político do partido, de algo planejado naquele estado. Ainda segundo o Dirigente, as pessoas trans procuraram o partido por se identificarem com o partido por ser conhecido em assumir pautas historicamente negligenciadas como as que fazem parte da luta da negritude, das mulheres e da população LGBTI+. Quando questionado sobre o que levou o partido a apostar nas candidaturas trans, o dirigente respondeu:

Olha, eu vou te dizer com toda a sinceridade, não foi o partido que escolheu, na verdade foram as candidaturas trans que escolheram o PSOL. Não foi o PSOL que falou olha nesse momento nós vamos lançar candidaturas trans tá? Então seria até uma desonestidade da minha parte dizer isso certo? que ah! o partido parou, pensou, elaborou e agora não, agora nós vamos lançar candidaturas trans e tal. Sou bem claro, as candidaturas trans viram no PSOL uma oportunidade, um espaço digamos assim, até pela sua trajetória de ser um partido mais arejado né, um partido que incorpora as lutas contra as opressões, das mulheres, da negritude, dos LGBTs né. Acho que o próprio mandato do Jean Wyllys né, abriu muitos caminhos né, primeiro gay, assumidamente gay, empunhando essas bandeiras. Então de alguma maneira a trajetória do PSOL e ele, ao assumir essas pautas historicamente negligenciadas, inclusive pelo campo da esquerda, fez com que o partido se tornasse mais atrativo para candidaturas dos mais diversos segmentos como mulheres, ampliação de candidaturas de mulheres, ampliação de candidaturas negras, LGBTs e até mesmo de candidaturas trans né,[...] então eu acho que tirando a Hailey que é aí sim, ela saiu de um coletivo interno ao PSOL que é o a LSR né, todas as outras candidaturas vieram de fora pra dentro, assim. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

A fala do Dirigente Estadual do PSOL em Pernambuco corrobora com a do Dirigente de São Paulo quanto à procura das pessoas trans pelo partido devido a identificação das mesmas com as pautas defendidas pelo partido e também da

importância de Jean Wyllys para o PSOL e para a comunidade LGBTI+. Entretanto, em Pernambuco acredita-se que a preocupação com a paridade, com a representação feminina dentro do partido, com o número de mulheres dirigentes possa ter contribuído na hora das mulheres trans decidirem pelo partido.

Acho que isso tem muito a ver com as pautas e bandeiras que o PSOL defende né, e aí a pauta trans ela tem uma liberdade maior dentro do partido e de ter seus espaços reivindicados né. Partidos políticos ele são, mesmo os partidos de esquerda, são setores bastante... que carregam muitas questões associadas né, o machismo, a promoção do patriarcado; eles são presentes no partido também né, mas o PSOL, ele tenta ter mecanismos internos, por exemplo, todas as nossas direções, elas são paritárias, tem a mesma quantidade de mulher e a mesma quantidade de homens, elas precisam ser paritárias na verdade, isso facilita um pouco mais esse diálogo sabe? que você tem maior liberdade, então quando você tem figuras que já tem um trabalho social né, já tem uma referência nessa luta, nessa pauta, o PSOL é um partido bastante convidativo porque você tem mulheres dirigentes, você tem as próprias bandeiras que a gente defende né, e quadros como Jean Wyllys, e agora David Miranda, enfim, isso tudo... nenhum outro partido... então se você olhar o espectro político partidário brasileiro, e você é uma pessoa trans, é inevitável, é inegável que o PSOL é o partido mais avançado nisso. [...] acho que as candidaturas tiveram muita liberdade sim. Levamos a pauta pra frente entendeu? (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

Embora o processo de construção das candidaturas trans não tenham ocorrido de “dentro para fora” como mencionado pelo Dirigente estadual do PSOL/SP, não deixou de ser um processo legítimo. Assim, como outros segmentos da sociedade e movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento das mulheres que encontraram abrigo no partido através de um processo que ocorreu de “fora para dentro”:

[...] mas nenhuma delas (candidaturas trans) foi uma construção, assim... a gente parou e pensou... agora, nesse momento nós vamos, assim como também não foi para as mulheres, para a negritude, para nenhuma dessas pautas. O que ocorreu é que, pelo o posicionamento do PSOL, pela sua trajetória e pelo espectro político né do momento ele acabou sendo um abrigo de demandas que vieram de fora para dentro né, [...] foi um processo de fora para dentro, não foi de dentro para fora né, vamos parar e buscar candidaturas definidas para o partido, veio, o que eu acho legítimo também porque eu acho que o partido, ele também tem que expressar. Claro que poderia ser de forma mais organizada isso, e até mais sistemática né, mas eu não acho necessariamente ruim que as demandas venham de fora para dentro, acho que inclusive quando a depender a forma que vem, se vem com legitimidade, do movimento social, etc., e o partido acolhe isso é algo positivo né, então mostra que o partido tá antenado, dialogando com o valor dos movimentos né, não tô dizendo que especificamente isso foi exatamente, mas conceitualmente não acho que isso seja um problema necessariamente. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Para o Dirigente Estadual do PSOL/SP mesmo as candidaturas trans tenham ocorrido num processo que se deu de “fora para dentro”, foi legítimo, foram demandas legítimas e independentemente da forma que essas candidaturas ocorrem, quando vem com legitimidade, do movimento social, o partido acolhe.

2.2.3 O papel do partido na campanha eleitoral das deputadas trans eleitas em 2018

No caso das deputadas de São Paulo por serem candidaturas diferentes, ou seja, candidatura individual no caso da Érica Malunguinho e candidatura coletiva no caso da Érika Hilton – que fez parte da Bancada Ativista – o partido adotou posturas distintas, conforme relato do Dirigente Estadual do PSOL/SP:

[...] a Bancada Ativista, por exemplo, o caso da Érica Hilton né, foi feito um acordo meio que assim... de que a construção da candidatura se daria pelo PSOL, mas de alguma maneira a Bancada tinha uma certa autonomia. Tinha sim, um compromisso comum entre o partido e a Bancada, mas antes tinha uma certa autonomia para tocar os processos deles, então eles demandaram pouco, por exemplo, da estrutura da entidade, etc. Eles construíram seus próprios caminhos para se viabilizar eleitoralmente, digamos assim né, não pendeu tanto pro incurso do partido né. No caso da Érica Malunguinho, ela se filiou muito no limite do prazo do fechamento né, da janela pra filiação em abril né, 2018, e não teve nem tempo de construir uma maturação de uma relação orgânica com o partido né, então o partido obviamente acolheu com bastante apreço a filiação, acolheu a candidatura né, mas não houve um investimento do partido para a sua eleição, ela entrou numa faixa intermediária de recursos inclusive por exemplo, porque também não havia essa relação anterior com o próprio partido ou com determinado segmento interno do partido etc. né, então ela acabou com o dispêndio estrutural se viabilizando pelo seu... pela sua trajetória, pela sua caminhada e pelos apoios que ela buscou externamente. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Entretanto, o Dirigente destaca a importância do apoio do partido por meio da estrutura partidária disponibilizada como, por exemplo, o auxílio no registro das candidaturas junto a Justiça Eleitoral e não deixou de reconhecer o mérito próprio das candidaturas:

[...] intencionalmente o PSOL, o partido, ir lá e falar nós estamos dando tanto em recursos aqui, tal, tal, tal, para te viabilizar, isso não, não teve, mas por outro lado né, foi a estrutura, a estrutura partidária que a gente construiu pra todos é que permitiu que o partido tivesse o desempenho que teve né. Então, digamos assim, a gente conseguiu montar uma estrutura de aparato jurídico mínimo né, pra desde coisas simples né, do registro das candidaturas, de acompanhamento e etc. e uma formação de um time né, de candidaturas expressivas que possibilitou que o partido pudesse, por exemplo, ter dobrado a sua bancada, então eu acho que é

importante fazer essa ponderação né, tem uma certa queixa externa né, a gente já recebeu muito essa crítica né, de ah! o partido não investiu né, em fulano e sicrana etc. pra eleger, mas também se desconsidera que ninguém se elege de forma avulsa no Brasil, tem todo um esforço partidário [...] felizmente, figuras importantes como no caso a Érica Malunguinho e a Hilton né, do projeto da Bancada Ativista, acabaram se destacando né, conseguindo numa expressão delas de votos que as colocaram na dianteira do processo né, então isso é muito positivo e inegavelmente foi um ganho simbólico pro partido inclusive superando candidaturas tradicionais né, tinham dois deputados nossos concorrendo a reeleição que ficaram na suplência né, então as candidaturas de fato ganharam uma expressividade e uma relevância muito grande, só que isso é um mérito delas né, e que não necessariamente teve um incurso do partido pra isso né, então isso, isso eu reconheço, mas também só foi possível elas serem eleitas porque tinha um colchão, tinha uma estrutura fruto de muito esforço né, partidário né, e um partido pequeno como o nosso, com pouca estrutura, é um esforço dobrado de formar uma chapa que pudesse garantir a ampliação da bancada do partido. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Segundo o Dirigente estadual do PSOL/PE, nas eleições de 2018, naquele e Estado havia três correntes majoritárias, portanto foi necessário haver uma negociação:

Aqui em Pernambuco havia três correntes majoritárias. A nossa corrente defendeu no partido que a nossa candidatura prioridade/prioritária seria a candidatura da Juntas, que Robe participava. Uma das correntes defendeu a candidatura de Áureo Cisneiro, da presidência do Sindicato dos Policiais Civis, e a outra era o do próprio deputado Edilson Silva que estava tentando a reeleição, então para nós, a gente está cheio de correntes, você tem que negociar né, você não tem um controle total né, feito o PT que você tem uma corrente que tem controle total, com o PSOL tem que haver um nível de negociação e aí a Juntas tiveram o mesmo nível de prioridade dessas outras duas candidaturas. Então foi um papel de debate interno, de você considerar a Juntas com um potencial eleitoral do mesmo nível de um deputado que vai para reeleição, de um presidente de sindicato com bastante popularidade, e a gente conseguiu garantir que essas três candidaturas serão as três prioritárias do partido. E aí não foi uma coisa unanime entendeu? foi de um setor do PSOL que apostou nisso e através da relação que havia com a direção naquela época, colocou a Juntas como uma das prioridades do partido. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

Em Pernambuco, o PSOL optou por defender a candidatura do coletivo Juntas, da qual a Robeyoncé Lima fazia parte, como uma candidatura prioritária.

2.2.4 O partido na execução dos mandatos

O PSOL – diretório Estadual de São Paulo não participa efetivamente dos mandatos das deputadas e codeputadas trans eleitas em 2018. Segundo o Dirigente

estadual do partido, faz-se necessário entender a diferença existente entre os mandatos da Érica Malunguinho e da Érika Hilton por se tratar de um mandato individual, enquanto o outro como mandato coletivo.

No caso da codeputada Érika Hilton, da Bancada Ativista, por exemplo, ela representa 1/9 de um mandato mais amplo, e nem todos codeputados são filiados ao PSOL, entretanto, a Bancada Ativista conta com Monica Seixas que é uma militante orgânica do partido, nas palavras do Dirigente. No pleito de 2018, a Bancada Ativista³¹ lançou candidatura coletiva ao cargo de deputado estadual em São Paulo com a participação de nove ativistas de diferentes pautas e partidos: Anne Rammi (Rede), Chirley Pankará (PSOL), Claudia Visoni (Rede), Erika Hilton (PSOL), Fernando Ferrari (PSOL), Jesus dos Santos (PDT), Monica Seixas (PSOL), Paula Aparecida (PSOL) e Raquel Marques (Rede), mas nas urnas por determinação do Tribunal Superior Eleitoral apenas a foto de uma pessoa poderia aparecer. Nas urnas a Bancada Ativista foi representada pela Monica Seixas.

[...] uma coisa é a Érica Hilton ser uma codeputada né, ela é um nono de um mandato bem mais amplo, outra coisa é o mandato da Érica que é a cabeça do mandato né. Não tô querendo colocar um demérito na Hilton, não é isso, mas é que são papéis totalmente distintos né, inclusive no funcionamento da dinâmica da própria ação legislativa, da forma de funcionamento do mandato, então por exemplo no mandato da Bancada Ativista tudo é decidido pelos nove codeputados né, inclusive estrutura e etc.; claro que a Mônica, ela tem o papel de ser ali a porta voz, de tá na ação parlamentar institucional mais direta né, mas do ponto de vista do funcionamento, do cotidiano do mandato, das estruturas do próprio mandato é um processo de decisão muito subdividido entre as cocandidaturas. Já o mandato da Érica não, é ela na cabeça, claro ela tem lá seu colegiado, suas formas decisórias, e aí no caso por exemplo da Mônica, a Mônica já... apesar dela estar num processo mais amplo que é a Bancada Ativista, ela é uma militante orgânica do partido né, então ela tem, ela já tinha uma trajetória de militância partidária, ela já tinha sido candidata a prefeita em Itu, então aí dentro dos nove cocandidatos você tem pessoas que são filiadas ao partido, tem pessoas que não são, tem até a que é da Rede que não é do PSOL, então... então é muito diferente um mandato do outro. No caso da Érica Malunguinho, a única pessoa que é filiada ao PSOL é a própria Érica, o resto do mandato não participa da estrutura partidária né, então a forma como se relaciona como partido também são diferentes né, e o partido, ele não trabalha com uma ideia de não ter uma ingerência sobre os mandatos. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Reiterando que o partido não participa da execução dos mandatos das mulheres trans eleitas em 2018, o Dirigente do PSOL de São Paulo mencionou que os mandatos possuem autonomia inclusive para formar suas assessorias. Segundo o

³¹ <https://www.bancadaativista.org/historia-bancada-ativista.html>

Dirigente, o que existe é uma contribuição estatutária obrigatória para ajudar na estrutura partidária, mas tal obrigação não fica restrita a um mandato específico – é compromisso de toda a bancada para com o partido. De acordo com o Estatuto do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, Seção II – Da contribuição de Executivos e de Parlamentares, art. 84 que propõe aos “Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a 20% (vinte por cento) do total líquido da respectiva remuneração mensal” (ESTATUTO PSOL)³².

[...] então os mandatos, eles têm essa obrigação estatutária de contribuição, mas tirando isso não tem. Então o que tem na verdade é um esforço político e aí não é só com um mandato específico, mas com toda a bancada que é de tentar criar, de construirmos um estreitamento entre a direção partidária e o conjunto da bancada estadual, então isso a gente tem feito uma série de iniciativas nesse sentido de ter um funcionamento né, uma bancada nova. Então são três parlamentares de primeira, de primeiro mandato e tal então tem o tempo de maturação e entendimento de como é o funcionamento da dinâmica da Assembleia, etc., então esse primeiro ano foi muito isso e agora nesse segundo ano a gente tá buscando caminho de uma ação mais conjunta, mais orquestrada né, entre a bancada, mas aí é o conjunto da bancada, não tem destaque específico para esse ou outro mandato né. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Em Pernambuco, embora o partido também não participe diretamente na execução do mandato da Juntas, da qual a Robeyoncé Lima faz parte, assim como acontece em São Paulo, todas as codeputadas da Mandata Juntas são filiadas ao PSOL – o que não acontece em São Paulo.

[...] Todas as cinco são filiadas. Duas delas eram dirigentes partidárias, a Kátia Cunha e a Joelma. A Kátia da direção estadual e a Joelma da executiva estadual, então já havia uma relação das instâncias né e boa parte do mandato tem um nível técnico né, para cumprir as funções legislativas bastante qualificada, acho que cem por cento do mandato é filiado do partido, entendeu? uma e outra são as exceções que não são filiadas. Agora, claro que a organicidade se dá por alguns, alguns são assessores parlamentares e, também são dirigentes partidários, então tem um processo de relação com o partido, com as instâncias do partido. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

O fato das cinco codeputadas serem filiadas parece estabelecer um vínculo maior entre a mandata e o partido, inclusive duas codeputadas, já foram dirigentes partidárias, fato que segundo o Dirigente Estadual do partido em Pernambuco, termina por capacitar tecnicamente a Mandata Juntas.

³² Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

2.2.5 Desafios enfrentados pelas mulheres trans para inserção no mundo da política

Em Pernambuco, o Dirigente estadual do PSOL destacou o preconceito social enfatizando que numa região como o Nordeste onde o conservadorismo é elevado, com uma cultura machista, superar essas questões é vista como o principal desafio, seguido é claro da questão referente a falta de recursos financeiros.

[...] o desafio básico é o próprio preconceito social que numa região como o Nordeste que você tem um nível né de conservadorismo um pouco mais elevado, uma estrutura como a nossa estrutura social, machismo mais irradiado na cultura, é um processo com desafios monumentais né. Há claro, também, uma discussão sobre a distribuição de renda, uma coisa que a Erica critica muito, o pessoal de São Paulo, foi essa divisão de verbas, que ela como candidata trans e negra não recebeu a mesma quantidade de recursos, teve até outras candidaturas... Dantas e tal, e aí são coisas internas nossa que tem a ver também com o debate de prática eleitoral, de viabilidade eleitoral e tal, e a vitória delas deu um recado para o partido que essa discussão tem sim que levar em consideração outros pontos. Acho que agora em 2020, por exemplo, a gente na cidade do Recife, devemos apresentar pelo PSOL mais uma candidatura trans. Acho que em Caruaru tem uma discussão. Caruaru é até do interior aqui, cidade onde tem São João, onde pessoas matam pela honra, porque você olhou para a mulher do outro, enfim, onde o patriarcado é norma. E aí estamos conversando com as companheiras desta cidade, talvez ela saia também né, mas aí nesse caso há uma discussão do partido que não é só uma discussão de acolhimento político, de garantia de recursos financeiros, mas que envolve segurança também, envolve cuidado com a segurança, porque né, é uma situação bastante delicada que a gente enfrenta. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

Já para o Dirigente estadual do PSOL em São Paulo o primeiro desafio a ser enfrentado pelas mulheres trans eleitas é se imporem como deputadas e defenderem suas pautas com legitimidade e qualidade e não se abaterem com os ataques transfóbicos

Olha, do que eu consigo acompanhar, eu acho que o primeiro desafio é se impor como deputadas né, então você vê como é distinto né, então por exemplo, a Érica Malunguinho por tá lá, no fronte institucional, ela sofreu logo no começo do mandato alguns... alguns episódios bastante difíceis né, de agressão verbal inclusive pela primeira vez o Conselho de Ética da Assembleia tirou uma medida de punição a um deputado né, por quê? Porque foi o caso do Douglas Garcia que fez uma agressão muito dura contra a Érica né, então acho que ainda mais com um parlamento muito hostil né, então esse parlamento que foi eleito aqui em São Paulo, é um parlamento muito conservador né, então com crescimento grande da bancada da bala, uma bancada mais midiaticizada, então muitos influencers digitais etc., então, então muita gente querendo performar né, mais do que legislar querendo performar na Assembleia Legislativa, então nessa de performar, de querer dialogar com o seu nicho e etc. há uma subida do tom né, na forma do

trato, nas relações, então acho que o grande desafio que eu vi principalmente do mandato da Érica né, num primeiro momento, foi esse se impor né, como deputada, com legitimidade, com qualidades né, com muita veemência e força e ser brutalmente agredida [...] e num cenário mais geral né, num cenário de avanço do fascismo, de uma Assembleia Legislativa extremamente conservadora, de um governo extremamente conservador, um outro grande desafio é conseguir avançar em pautas né, então você fica muito mais ali tentando impedir retrocesso do que conseguindo avançar em pautas né, então você tem então essas duas dimensões né, uma primeira dimensão que é ali dose afirmar ali e conseguir enfrentar diretamente né, aqueles parlamentares super misóginos, LGBTfóbicos, transfóbicos, etc.[...]. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Como segundo desafio a ser enfrentado por essas mulheres, foi apontada a necessidade de avançar em pautas que rompam o paradigma frente a um parlamento conservador e misógeno. Assim, esses mandatos devem certificar suas conquistas e alavancar discussões que não venham a retroceder.

2.2.6 Estratégias para as mulheres trans se manterem no mundo da política

Quanto as estratégias a serem adotadas pelas mulheres trans para se manterem no mundo da política formal, o Dirigente Estadual do PSOL em Pernambuco destaca que em primeiro lugar seja garantir a segurança de sua vida.

Corroborando com essa preocupação, temos os dados do Boletim nº 05/2020³³ da ANTRA sobre os assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. No Brasil, de janeiro a outubro de 2020 foram registrados 151 assassinatos de pessoas trans, o que já representa 22%, a mais das mortes registradas, durante todo o ano de 2019.

Entretanto, além da segurança pública, da garantia da vida, outra estratégia para se manter no mundo da política é garantir segurança política:

Eu acho assim, do ponto de vista de um dirigente partidário, enfim, da minha perspectiva, o que a gente acha é que deve se cuidar primeiro é a segurança, a garantia, porque você vai pra vida pública e na vida pública você encontra todo tipo de doido, a gente já vive numa sociedade né, que já tem uma transfobia inerente, uma via transfóbica impressionante, no caso né, um dos maiores do mundo, enfim, então acho que segurança é uma questão, sabe? Que você, na minha perspectiva, deve ser prioritário para a construção de candidaturas trans. Depois a pauta progressista, ela precisa ter os elementos né, identitários e tal, mas não sei, tem que ter uma segurança política também, porque nas

³³ Maiores informações podem ser obtidas através do site. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020

organizações que elas vão sair candidatas, que elas assegurem também liberdade e autonomia política pra elas apresentarem suas pautas né, e também alerta a hostilidade. Acho que o PSOL é um dos poucos partidos que tem mostrado dar esse tipo de segurança política pra candidaturas trans sabe? (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/PE, 2020).

Para o Dirigente Estadual do PSOL em São Paulo, as mulheres trans devem se organizar politicamente e elaborar suas demandas para pautar o partido:

Olha, eu acho que... eu não acho que necessariamente o partido ele vai conseguir dar... ele por si só vai conseguir formular essas saídas. Eu acredito muito na necessidade de auto-organização desse segmento, esse seguimento ele precisa se organizar politicamente pra inclusive pautar o partido sobre as suas demandas e suas necessidades e transformar isso em ação política pro forma né. Eu não acho que a direção assim como abri pra você dizendo que não foi uma iniciativa do partido lançar candidaturas trans né, foi uma demanda que veio, eu também não acho que o partido vai parar e não agora vamos elaborar uma política para atuação das mulheres trans né. Eu acho que as mulheres trans vão precisar criar um corpo político né, elaborar suas demandas e pautar o partido, pautar as direções partidárias, pautar nas decisões partidárias as suas demandas né, que são legítimas, que são pertinentes né. Então é a organização das mulheres trans enquanto força política é que podem garantir que o partido avance nessas discussões. Eu não acho que isso se dará de forma natural e automática né. Isso vale para outros segmentos né, as mulheres, por exemplo, avançaram porque elas se auto organizaram e formularam e pautaram suas questões, a negritude também, o pouco que conseguiu avançar foi através de sua auto-organização e sua incidência sobre o partido e acho que nisso você coloca das mulheres trans, não será diferente. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSOL/SP, 2020).

Segundo o Dirigente, a manutenção nas mulheres trans na política é um processo não ocorrerá naturalmente e como aconteceu em outros segmentos, as mulheres trans precisam se auto organizarem, enquanto força política, para pautar suas reivindicações e demandas que são legítimas e pertinentes.

3 TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS TRANS NA POLÍTICA

Neste capítulo apresentamos as trajetórias de vida, interesse e trajetórias políticas das três mulheres trans eleitas em 2018: Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima. São abordados os desafios enfrentados e estratégias adotadas nos seus processos de inserção na política institucional.

3.1 ÉRICA MALUNGUINHO

Em 2018, Érica Malunguinho lançou candidatura individual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao cargo de deputada estadual no Estado de São Paulo e foi eleita com 55.223 votos (TSE, 2018). Foi a primeira vez que Érica disputou um cargo eletivo.

Nordestina, de Pernambuco, nascida no Recife, Érica Malunguinho é a primeira mulher trans e negra a ocupar o cargo de deputada juntamente com Érika Hilton e Robeyoncé Lima, ambas eleitas codeputadas através de candidaturas coletivas, sendo Hilton também em São Paulo e Lima em Pernambuco (BRITO, 2020). Essas mulheres trans e negras estão participando de um processo de alternância de poder, proposto por Érica Malunguinho em sua campanha eleitoral em 2018, alternância de poder no espaço político brasileiro, ocupado majoritariamente por homens brancos.

Idealizadora e gestora do Aparelha Luzia, quilombo urbano na cidade de São Paulo, Érica Malunguinho “representa um chamado à reintegração de posse da política institucional dada a sub-representação de mulheres, pessoas negras e LGBTs nesses espaços”³⁴, visto “a participação dos grupos minoritários no processo político-eleitoral ainda é um dos desafios a serem enfrentados pelas democracias contemporâneas” (MACHADO; ALMEIDA, 2018, p.344).

A Mandata Quilombo³⁵ de Érica Malunguinho tem um gabinete formado somente por pessoas negras e na maioria mulheres. Érica acredita que alternar o poder é ter raça e gênero como fundamentos inegociáveis (BRITO, 2020).

³⁴ Campanha De Mulher ORG. Disponível em: <https://campanhademulher.org/erica-malunguinho/>. Acesso em: 16 de set. 2019

³⁵ Mandata, no feminino, porque somos a reafirmação do protagonismo das mulheres nesta construção e no mundo que vem. Quilombo, porque somos uma tecnologia social preta; um organismo

Figura 3: Imagem de campanha de Érica Malunguinho ao cargo de Deputada Estadual de São Paulo no pleito de 2018



Fonte: www.facebook.com

3.1.1 Trajetória de vida e interesse pela política

Com a palavra Érica Malunguinho:

Eu sou pernambucana, venho de uma família que participava da política né, que debatia política. Minha mãe era afilhada de um dos líderes das negras camponesas que se chama Francisco Julião. Minha avó sempre foi uma pessoa militante também, que sei lá, quanto Miguel Arraes foi preso pela ditadura, ficou na porta da delegacia... enfim...então assim... a política sempre foi um tema recorrente na família. Obviamente como pessoas negras elas não foram consideradas pra de repente pensar no processo de eleição ou de uma participação mais efetiva né, tem a ver com o racismo estrutural, mas enfim, eu venho dessa família, desse lugar né, do bairro mais preto de Recife, do bairro mais negro, que tem a maior

emancipado. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/mandata-quilombo-da-deputada-estadual-de-sp-erica-malunguinho-1b7576185>. Acesso em: 24 nov. 2020.

quantidade de pessoas negras, que tem muita arte, que tem o primeiro terreiro de candomblé, então eu sempre estive imersa em uma cultura que ao mesmo tempo em que me acolhia, me protegia, me fazia me identificar ao mesmo tempo causava conflito em relação ao território diferente desse. O território que eu vivia era o território de acolhimento e etc., mas toda vez que eu saía disso eu tinha que enfrentar o conflito no sentido racial, no sentido de sexualidade a princípio né, e depois identidade de gênero. Então é esse trajeto que faz estar na política, é entender que a política não é só institucionalidade porque nossos corpos são políticos né, o nosso embate e o conflito dessas existências, ela já é uma ação política e que tá acontecendo agora, é que há um processo de sistematização dessa luta política do cotidiano para a política institucional e mais ou menos essa história, foi professora, estudei né, sou mestra em história da arte, sou professora, sou artista também, criei um quilombo urbano espaço de arte, cultura e política Negra chamada Aparelha Luzia e aí faz parte desse universo. Dei aula muitos anos para crianças, adolescentes e professores, trabalhei na formação de professores mais de uma década. Então sempre tive muito ligada à arte, à educação, à política porque afinal de contas tudo isso visava né o rompimento das violências estruturais, dos processos de vulnerabilidade né, da precarização de certos corpos. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Na página da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo também é possível conhecer um pouco da biografia de Érica:

Foi na cidade de Recife que, aos 17 anos, Erica iniciou sua pesquisa em artes performáticas, elaborando questões de construção de identidades transvestigêneres³⁶. Ao chegar a São Paulo, aos 20 anos, continuou a pesquisa, adentrando o universo da educação e movimentando as relações raciais; até então, por ter uma família, amigos, escola e professores negros, essas relações se davam em outras atmosferas. [...] Assim também, como artista e cidadã, construiu com irmãs, irmãos, e às vezes solitária, diversas ações performáticas que afrontavam as estruturas de poder. Continuou a estudar, tornou-se mestra em estética e história da arte, e decidiu dar continuidade a uma narrativa que por séculos prediz o agora. Então, caminhou à margem para fortalecer a construção de um projeto político profundo que estivesse disposto a destrinchar e encarar com coragem as ramificações do projeto colonialista. Nesse anseio, foi parido o quilombo urbano de nome Aparelha Luzia, em 2016, onde toda pesquisa de vida aqui descrita se movimenta em amplas dimensões, pensando em negritudes como fundamento para continuidade de uma narrativa coerente para o enfrentamento das questões e resoluções das violências estruturais, entre outras coisas mais que não cabem em uma breve biografia. Lugar de reequilíbrio de forças que projeta uma alternância de poder, como bem deveria ser regra na dita democracia (ALESP)³⁷.

³⁶ Transvestigêneres é um termo usado para englobar travestis, transexuais e transgêneros (GUZZO, 2017).

³⁷ ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625>. Acesso em: 06 out. 2020.

Ainda no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nas informações gerais sobre a deputada Érica Malunguinho são apresentadas como áreas de atuação a luta antirracista, Educação, Saúde, Cultura, Povos tradicionais, Comunidades de terreiro, Mulheres, População LGBTQIA+, População carcerária.

3.1.2 A inserção das mulheres na política formal e representatividade

Em relação a inserção das mulheres na política formal/institucional, ou seja, a participação das mulheres nos espaços de poder, de tomada de decisões onde se espera que a sociedade esteja representada, Érica Malunguinho destaca a necessidade de uma representação compromissada, realizada por pessoas que realmente entendam das lutas para que estejam preparadas na hora de defenderem as reivindicações.

Eu acho importante porque afinal de contas a política institucional é o espaço para defender e para propor coisas para a sociedade e então a sociedade ela precisa estar representada, ainda não está, está muito longe de ser, mas precisa ter, levando em consideração existe uma maioria de mulheres no país, levando em consideração que existe uma população negra que também é a maioria, isso precisa se refletir nesses lugares de poder né, e obviamente não significa apenas falar sobre a representação vazia né, nem todas as mulheres, nem todas as pessoas negras elas correspondem a sua luta política porque é reivindicar-se negra, reivindicar-se mulher cisgênero ou transgênero dentro desse espaço é compreender a historicidade, a história que levou à essa afirmação e a esse posicionamento no mundo e aí significa obviamente perceber que isso foi construída a partir de muitas violências e precarizações, então isso precisa estar em jogo, em pauta na hora de defender essas identidades no âmbito da política institucional, no espaço público. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Como mencionado no item 4.1, a Mandata Quilombo de Érica Malunguinho é um gabinete formado na sua maioria por mulheres e além disso o gabinete é composto apenas por pessoas negras – uma questão de representatividade. Quando questionada sobre o assunto, como foi difícil compor um gabinete apenas com pessoas negras, Érica Malunguinho respondeu:

O que faz essa mandata ter sido eleita é exatamente esse compromisso com a radicalidade. Assim, não diz respeito à exclusão de alguém ou à aceção de alguém. Diz respeito a colocar dentro do debate público a imagem e o debate que nos fez ser eleitas. E o que nos fez ser eleitas foi um compromisso radical em relação ao racismo. E ao machismo. Nada mais que justo que a população preta esteja lá. Porque ninguém pergunta quando tem um gabinete só com brancos? Eu não escolhi que as pessoas fossem negras, assim. As pessoas são negras. Mas antes e junto a isso elas são advogadas, internacionalistas, historiadoras,

jornalistas, militantes dos movimentos sociais. São travestis. É quase uma coincidência elas serem negras [entre risos]. Mas acho que é nesse sentido que se desvela o racismo institucional de forma muito objetiva. (ERICA, 2020, s/p.).

Nesse sentido, acerca do racismo institucionalizado e outras opressões, Érica Malunguinho acredita ser impossível, numa legislatura, dar conta de um biopoder comprometido com uma lógica tão perversa. Por tal razão, a urgência em debater o capitalismo, pensando uma lógica que compreenda raça e gênero como fundamento e distribuição de apagamento de corpos (BRITO, 2020).

Assim sendo, a participação de grupos estigmatizados no processo eleitoral e nos espaços políticos é um grande desafio a ser enfrentado na busca pela representatividade.

3.1.3 Principais propostas e pautas e a recepção do material de campanha pelo público

Ao ser questionada sobre as propostas e pautas defendidas durante a campanha eleitoral de 2018, Érica Malunguinho deixou claro que não trabalha com propostas ou pautas, mas sim com fundamentos:

Não são nem propostas e nem pautas, são fundamentos. Então a gente se move dentro da esfera legislativa a partir desses fundamentos, então o que disser respeito a esses fundamentos a gente intervém e pensa como produzir políticas, projetos de lei e todos os documentos e coisas que são previstas na legislação, no legislativo, em relação a esses fundamentos a gente tem, participa de algumas frentes parlamentares, uma pela igualdade racial, uma de regulação fundiária, [...] gente como eu posso ter esquecido?!... frente parlamentar em defesa da população LGBTQIA+ e a frente em defesa da pessoa em situação de rua. Então essas frentes parlamentares elas agem e pensam políticas e formas de ação e de reação em relação aos temas das frentes. Lembrei! Frente parlamentar em defesa da cultura! (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Conforme dados divulgados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)³⁸ a área de atuação da deputada Érica Malunguinho é a Luta pelo antirracismo, pela Educação, pela Saúde, pela Cultura, pelos Povos tradicionais, pelas Comunidades de terreiro, pelas Mulheres, pelas População LGBTQIA+ e pela População carcerária.

³⁸ Maiores informações podem ser obtidas em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300625>. Acesso em: 06 out. 2020.

Ainda de acordo com a ALESP, atualmente Érica Malunguinho participa das seguintes comissões: Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, Conselho Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

[...] a gente teve material de campanha assim... a gente teve nas redes e tal, mas a gente teve material físico muito no final da disputa já, na última semana de eleição surreal! A gente teve na última semana da eleição e não teve esse processo de volta assim, mas é isso demorou por conta da questão de dinheiro, do financiamento coletivo e o material foi bem aceito, as pessoas receberam bem. Eu me regozijo. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

A divulgação da candidatura e campanha eleitoral de 2018 ocorreram através das redes sociais e a falta de recurso financeiro foi apontado como o principal motivo.

3.1.4 Candidatura individual x Candidatura Coletiva

Questionada se em algum momento havia pensando em lançar candidatura coletiva quando disputou o cargo de Deputada Estadual do Estado de São Paulo no pleito de 2018, Érica Malunguinho respondeu:

É que tudo é coletivo sempre né. Na verdade, a gente tá avalizando coisas que são muito próximas [...] todas as candidaturas são... que é uma coletividade né? É um quilombo que tem aqui e assim o sistema político, ele ainda trabalha por personificação e dentro de um processo de disputa política, disputa do Imaginário e das pessoas inclusive conseguem localizar. É importante ter, por enquanto né, uma pessoa que se dirija e eu também não vejo problemas nisso porque se a gente pensar com os pressupostos de sociedades ancestrais né, dentro da nossa ancestralidade, inclusive do próprio candomblé, existem posicionamentos e posições diferentes dos indivíduos e dos sujeitos e que isso não dizem respeito à apagamentos, à diferenciação, mas sim a complementaridade. Então assim, existe a coletividade, mas que ela é organizada no sentido da complementaridade no qual cabe e é importante que tenha talvez nesse momento essa figura como a linha de frente assim, como se fosse a cara desse projeto político né. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Em 2018 foi a primeira vez que Érica Malunguinho disputou um cargo eletivo. Com 55.223 votos (TSE, 2018), Érica foi eleita deputada estadual no Estado de São Paulo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

3.1.5 Principais desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018

Érica aponta a falta de recurso financeiro como o principal desafio enfrentado durante a campanha eleitoral de 2018.

Desafio 1: Dinheiro zero. Desafio 2: A verba partidária era pequeniníssima, ou seja, dinheiro zero. Então é uma coisa que precisa repensar, processos de financiamento de campanha, a escolha dos partidos e a acessibilidade dos partidos em apoiar determinadas candidaturas pensando nesse processo de reparação e equilíbrio social de representação, no equilíbrio da sociedade no sentido da representação. Então esta questão da grana foi o maior dificultador obviamente, que mais? Eu acho que basicamente isso, basicamente isso de dificuldade. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Para tentar superar o principal desafio enfrentado durante a campanha eleitoral de 2018, que foi a falta de recursos financeiros, Érica Malunguinho diz ter contado com o auxílio da sociedade civil organizada.

Para driblar essas dificuldades... a gente contou conosco, com a sociedade civil organizada e determinada a construir essa candidatura né, construir essa eleição, essa possibilidade de elegibilidade e. estratégias são coerência né, no discurso, na prática né, assumir o discurso por mais que ele tenha nuances de difícil digestão para algumas pessoas, mas garantir essa coerência e essa verdade dentro do posicionamento, isso foi muito importante, isso foi uma estratégia importante, a gente se manteve coerente sabe? e integrados ao projeto político e pedagógico que diz respeito ao rompimento das violências estruturais, que dizem respeito ao fundamento de raça e de gênero. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Segundo Érica, o apoio da sociedade civil organizada a candidatura de Érica aconteceu em decorrência de seu projeto político e pedagógico voltados ao rompimento das violências estruturais.

3.1.6 Tratamento diferenciado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por ser uma mulher trans

Questionada sobre a existência ou não de diferenciação no tratamento recebido entre mulheres *cis* e mulheres *trans* dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Érica Malunguinho destacou a existência de um “verniz do respeito” que por existir na sociedade acaba por refletir naquele espaço.

A população LGBTI+, as mulheres e os negros, sofrem as mais variadas formas de opressões e exclusões decorrentes de um processo histórico-cultural por

não serem “aceitos”, não se enquadrarem num padrão de comportamento estereotipado e considerado “correto” pela sociedade (BARROCO, 2001). O preconceito está presente na sociedade – é fato – o que muda é se ele será explícito ou não.

Tem muita gente bacana aqui. Assim, é importante que as pessoas saibam que existe um processo de desumanização que às vezes tem um verniz do respeito, que é isso de cumprimentar, dar oi e etc., mas esconde construções muito violentas de exclusão. Então isso: tem o verniz que não deixa transparecer, mas eu consigo perceber quando tem certos discursos, determinados em relação a alguns temas. Teve uma questão que eu acho que tudo mundo ficou sabendo de um que conseguiu, que verbalizou o que muita gente pensa, mas que consegue fazer isso, e é isso né. Aqui é um reflexo da sociedade, então a exclusão que tem fora, que tem na sociedade, aqui acontece também e tá nesse sentido assim. Eu acho que a diferenciação, a diferença é essa em relação a mim que sou trans em relação as mulheres cis, mas é isso. (ÉRICA MALUNGUINHO, 2019).

Embora exista o “verniz do respeito”, no ano de 2019 Érica Malunguinho sofreu um ataque transfóbico no plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Mais precisamente em 03 de abril de 2019, durante uma sessão da ALESP que debatia o Projeto de Lei nº 346/2019, que propôs estabelecer o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de atletas em partidas esportivas oficiais no estado de São Paulo, o deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP)³⁹ disse que expulsaria uma pessoa transexual “a tapas” de um banheiro feminino: “Se um homem que se acha mulher entrar no banheiro em que estiver minha mãe ou minha irmã, tiro o homem de lá há tapas e depois chamo a polícia”. A declaração transfóbica de Douglas Garcia aconteceu após o discurso realizado por Érica Malunguinho, deputada trans, em defesa da identidade de gênero nas práticas esportivas (GONZALES, 2019; SUDRÉ, 2019).

O deputado Douglas Garcia acabou punido com uma advertência verbal. Processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da ALESP foram movidos por Érica e pela deputada Professora Bebel (PT-SP) que o acusaram de transfobia. Em parte do texto da advertência lida em reunião do Conselho constava que “o pronunciamento foi caracterizado como quebra de decoro parlamentar por conter declaração de cunho discriminatório, transfóbico e incitar a violência contra a população transexual e travesti”. Para receber a advertência o deputado foi convocado

³⁹ O deputado Douglas Garcia atualmente está filiado ao PDT – Partido Trabalhista Brasileiro.

à reunião do conselho onde ouviu a punição de pé e em silêncio (Revista Fórum, 2019).

Figura 4: Deputado Douglas Garcia (PSL-SP) sobre advertência recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



Fonte: <https://twitter.com> (2019).

Após receber a advertência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da ALESP, Douglas Garcia publicou sua indignação em seu perfil nas redes sociais, dizendo que foi advertido por “não aceitar que a militância LGBT desça goela abaixo a sua agenda no nosso Brasil”, conforme demonstrado na figura 4.

3.2 ÉRICA HILTON

Em 2018, Erika Hilton integrou a Bancada Ativista, que construiu uma candidatura coletiva para concorrer ao cargo de Deputado Estadual do Estado de São Paulo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A Bancada Ativista era composta

por nove ativistas⁴⁰: Anne Rammi (Rede), Chirley Pankará (PSOL), Claudia Visoni (Rede), Erika Hilton (PSOL), Fernando Ferrari (PSOL), Jesus dos Santos (PDT), Monica Seixas (PSOL), Paula Aparecida (PSOL) e Raquel Marques (Rede).

A Bancada ativista obteve 149.844 (TSE, 2018) votos e foi o primeiro coletivo eleito para a Assembleia Estadual do Estado de São Paulo o que fez de Erika Hilton codeputada e assim como Érica Malunguinho, mais uma mulher trans e negra ocupando um espaço de poder, espaço de tomada de decisões importantes para toda a sociedade.

Figura 5: Erika Hilton codeputada da Bancada Ativista em São Paulo (PSOL-SP).



Fonte: www.buzzfeed.com (2018).

Transvestigênera, negra e ativista dos direitos humanos. Era assim que Erika Hilton era apresentada no material de divulgação da Bancada Ativista durante a campanha eleitoral de 2018, conforme é possível constatar na figura 6:

⁴⁰ Disponível em: <https://www.bancadaativista.org/mandata-ativista.html>. Acesso em: 04 de out. 2020

Figura 6: Bancada Ativista.



Fonte: <http://www.facebook.com/bancadaativista> (2018).

3.2.1 Trajetória de vida

A minha trajetória de vida é bem genérica. Ela é muito parecida com a maioria das mulheres trans e travestis do Brasil né, que tem esse recorte de vulnerabilidade, de expulsão de casa, de rejeição familiar, prostituição compulsória, então eu traço e perpasso por todos esses caminhos desde muito cedo né. Eu me descubro uma mulher transvestigênera como é o termo que eu costumo usar e eu posso explicar ele brevemente. O termo transvestigênera nasce de uma conversa em um bar lá no Rio de Janeiro, na Lapa, com a Indianara Siqueira, também uma outra ativista militante que tem a Casa Nem e o prepara Nem, a gente pensando um pouco sobre o termo travesti ou mulher transexual ou homem transexual que era uma coisa na perspectiva colonizada, alguém nomeou essas pessoas com esses nomes para demarcarem elas num discurso como seres abjetos, como seres não pertencentes e travesti, com todo respeito à palavra travesti pelo contexto histórico que tem, foram referência de lutas, tiveram ali na Operação Tarântula, foram a linha de frente deste processo que nos trouxe até aqui, então a gente não tem a pretensão de mudar e apagar a palavra travesti da história, muito pelo contrário, o nosso intuito é desmarginalizar, é destereotipar, tirar os estigmas que essa palavra tem, mas a gente entende que essa palavra é carregada de estereótipos ruins e é uma palavra colonizada, dada pela cisnormatividade, nos

atribuindo este nome e carregada de signos que não representa o que a gente é, e na redação, na narrativa, no discurso, muitas vezes é muito difícil a gente conseguir abraçar toda a diversidade com a palavra travesti ou mulher ou homem trans porque a gente diz as travestis e as pessoas que se identificam enquanto trans? E aí a gente pensou... existe um espectro muito maior, são pessoas não binárias, pessoas genderfluid, que não são pessoas cisgêneras e que devem ser abraçadas por esse termo numa narrativa. Então eu uso o termo transvestigêneres para nomear todas as pessoas que não são cisgêneras, então travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas não binárias, pessoas intersexo, enfim, pessoas não cisgêneras podem ser reconhecidas e se identificarem com termo transvestigêneres. O termo transvestigêneres abarca toda essa diversidade e eu, particularmente, na minha subjetividade, me reconheço e me identifico como transvestigêneres, abdicando dos termos colonizadores. Então dito isso para contextualizar bem o termo transvestigêneres, a minha trajetória é muito similar com a maioria dessas meninas que estão aí no Brasil hoje, primeiro país do mundo que mais mata, um país que a gente enfrenta um processo de discriminação muito violento. Venho de um lar Cristão, extremamente fundamentalista, que a pouco vem se reciclando, que a pouco vem quebrando, abrindo esse olhar. Hoje tenho uma relação muito boa com a minha mãe, com as minhas irmãs, com as minhas avós, uma relação de família mesmo, mas no primeiro momento por conta do preconceito, por conta da falta de informação, por conta da ignorância... Eu cresci em Francisco Morato na região metropolitana de São Paulo, numa região extremamente periférica, com pouca informação, venho de uma família negra, com pessoas escolarizadas, enfrentei toda violência e o ódio que as pessoas transvestigêneres enfrentam no Brasil. (ERIKA HILTON, 2019).

Como é possível perceber a trajetória de vida de Erika Hilton é parecida com a de tantas travestis e mulheres trans do Brasil, marcada pela vulnerabilidade social e pelo preconceito desde muito cedo. Trajetória marcada por diversas formas de violências impostas por uma sociedade conservadora, machista e transfóbica.

3.2.2 O Ativismo e a trajetória política

Fui para a prostituição muito cedo, me prostituí por muitos anos e, em dado momento eu já entendi aquela vida e que aquele modelo de vivência e desistência não era algo orgânico, espontâneo, não deveria viver daquela forma né, aquilo não era o meu destino, eu não era sentenciada para aquilo... e comecei um certo tipo de ativismo já na prostituição, por muito tempo eu me designei puta ativista, hoje não me designo mais em respeito às prostitutas e mulheres que atuam com a prostituição porque eu não estou mais no campo da prostituição, mas por muito tempo eu me designei e me reconheci como uma puta ativista porque fazia uma militância de prevenção do HIV/Aids, das ISTs - todas elas - dizendo para as meninas que não era certo o que a polícia fazia com a gente, porque a gente sofria muita repressão policial e não no sentido de sermos impedidas de trabalhar, mas de ter que se prostituir gratuitamente para a polícia, para poder estar na rua. Em um momento eu volto para a escola, porque a relação e a vida das travestis homens e mulheres trans, das pessoas transvestigêneres no Brasil é muito isso... a evasão escolar é muito cedo, a expulsão de casa cedo e aí quando eu regresso para escola, no EJA, né, Educação para Jovens e Adultos, eu começo a entender

que era importante eu fazer algum tipo de ativismo mais político, mais institucional e, nesse momento eu precisava do passe do transporte escolar para poder me locomover até a escola e eu solicitei que a empresa de ônibus, no caso em Itu é uma empresa privada que faz o serviço, me desse o direito ao uso do nome social na carteirinha porque era uma carteirinha que é um objeto pessoal, continha a minha foto, poderia me colocar em constrangimento público e a empresa se negou a me dar esse direito do nome do social dizendo que precisaria estar de acordo com CPF, até o momento eu não havia retificado os meus documentos, e eu falei... não, eu acho que dentro do sistema da empresa ok ter o nome aí ter que tá de acordo com o RG e CPF, mas um objeto que é pessoal e que é meu, deve ter o meu nome e aí eles me negaram, aí eu falei bom, chegou o momento de eu fazer alguma coisa e entrei no site Change.org que é uma plataforma de abaixo-assinados que realmente dá vários resultados e fiz um abaixo-assinado baseada no decreto 55.588⁴¹ daqui do Estado de São Paulo que já é desde 2010 ou 2012 eu não me lembro agora a data, mas é um decreto que já existia desde a época do Governo Serra, que autorizava que as pessoas transgêneras, transvestigêneras, utilizassem o nome social em âmbito escolar, fiz a redação, me embasei neste decreto, na lei 10948 também, que prevê que a gente não seja discriminada em nenhum tipo de espaço e isso se trata de uma espécie de discriminação e no segundo dia já haviam mais de 70 mil assinaturas no segundo dia, e a cada assinatura que o Change.org recolhe, eles mandam um e-mail para empresa que está sendo acionada, diante disso houve um boom midiático muito grande, então todas as mídias Folha, Estadão, mídias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, fizeram uma divulgação do que estava acontecendo: uma travesti, no interior de São Paulo, sem nenhuma visibilidade até o momento, não fazia parte de um coletivo, de nenhum grupo. Itu é uma cidade extremamente conservadora, retrógrada, o berço da República, se orgulha de ser recebida a Princesa Isabel, toda essa história... e aí estourou, 70 mil assinaturas já no segundo dia, isso só cresceu e as mídias, todas elas, publicizaram isso. A partir desse momento eu ganho um nome aí socialmente, foi procurada por várias pessoas e aí o PSOL me convida a participar do quadro de militantes do partido, a me filiar. Me filio ao PSOL em Itu ainda, vou para São Carlos porque aí eu vou para escola, termino o EJA, vou para São Carlos fazer o cursinho pré-vestibular, entro no curso de Pedagogia e aí volto para Itu em 2016. Já estava morando em São Carlos cursando Pedagogia, mas tendo ainda uma relação com o PSOL em Itu, construindo a luta dos movimentos “estudantil” em São Carlos, sem nenhuma relação partidária com São Carlos. Em 2016 eu saio candidata a vereadora com a Mônica Seixas como prefeita que é a nossa cabeça de chapa na Bancada Ativista, numa candidatura meio... afronte, meio denúncia, sou a primeira mulher trans negra a ser candidato ao legislativo em Itu, nunca antes havia uma mulher trans que se elegeisse, que se candidatasse, não fui eleita, [...] e aí eu entro de fato para política quando eu saio candidata em 2016 à vereadora, eu começo uma luta e um ativismo partidário institucional porque até então eu fazia parte do movimento estudantil da UFSCar. Eu fiz UFSCar, não me formei no curso de pedagogia, depois fui cursar gerontologia, surtei, achei que ser professora, lhe dar com as minhas questões, com pais e alunos e querer levar o debate que eu queria para dentro da escola mesmo que ainda num governo não tão reacionário, um governo de... um governo de esquerda que era o governo Dilma, mas aí já era o momento do golpe e todas essas coisas e eu entendi que não era pra mim ganhar pouco e passar todo o estresse que eu teria que lhe dar e mudei de curso, fui fazer gerontologia. Saio candidata com folhetinho, com santinho, com o peito para

⁴¹ Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010 dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

fazer realmente uma denúncia, para afrontar a cidade e isso gera uma repercussão muito grande na cidade né, uma campanha com pouquíssimo recurso, mas que teve uma repercussão imensa. E aí sofro um golpe eleitoral, que aí acho que faz parte de uma outra conversa, porque explicar esse processo junto com o Palácio da Justiça e Tribunal Eleitoral é uma outra história, mas eu sofro um golpe, meu nome aparece em algumas urnas e em outras não, assim... uma coisa bem golpe porque uma campanha que não tinha nada, um nome que nem existia, era uma militantzinha que ninguém dava nada, de repente, explode midiaticamente, explode numa campanha a vereadora numa cidade que não quer esses corpos sendo... ocupando espaço no legislativo. A partir disso volto, faço campanha, volto para São Carlos, curso gerontologia e no ano passado recebo convite da Bancada Ativista para ser uma das nove integrantes deste mandato coletivo e aqui estou. (ERIKA HILTON, 2019).

O decreto nº 55.588 de 17 de março de 2010, dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. Em âmbito federal é o decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social. Segundo o Decreto nº 8.727/2016, o nome social se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. Já a Identidade de Gênero é a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Entretanto, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou, por unanimidade, as pessoas trans podem retificar em cartório o nome e a identidade de gênero e nos registros civis apenas com a autodeclaração (FÁBIO, 2017; POMPEU; JESUS; 2018). Essa decisão representou importante conquista para o movimento LGBTI+ brasileiro.

3.2.3 A baixa participação das mulheres na política na opinião de Erika Hilton

A desigualdade entre homens e mulheres está presente na maioria das sociedades e na maior parte da história tal desigualdade foi assumida como reflexo natural da diferenciação entre os sexos além de necessária para a sobrevivência da espécie humana. Esta naturalização que inferioriza um dos sexos também é utilizada por teorias racistas, assim mulheres e negros são excluídos da participação política, econômica e social (ALVES; PITANGUY, 2017; MIGUEL, 2018).

Para Erika Hilton a baixa participação das mulheres na política formal pode ser atribuída a questões estruturais da nossa sociedade como, por exemplo, a misoginia e o machismo. Envolvendo um processo histórico de ódio direcionado às mulheres, sejam elas, cisgêneras ou transvestigêneras.

A todas questões estruturais que nós temos na sociedade, a misoginia, o machismo, o querer colocar a mulher como aquela que cuida do lar, dos filhos, do afeto, do sentimento e jamais a construtora da política, do pensamento, da formulação da ideia e você aí no mestrado [...] sabe muito bem disso, deve haver muito isso com seus orientadores, professores, etc., que este não é o seu lugar, que este lugar da mulher não é o lugar de construir o pensamento, de elaborar a ciência, é o lugar de ficar ali, ela é cuidadosa, ela é carinhosa, ela é amorosa, ela cuida bem das coisas artesanais, ela cuida bem dos filhos, mas pensar a política, estar em lugar de destaque, ocupar espaço de poderes, este é um papel do homem, é o homem quem deve ocupar esse lugar. E política reflete exatamente isso porque inclusive a política, junto com academia e a ciência, são as responsáveis por fomentar essa ideia no imaginário popular né, de que a mulher não é capaz ou não deve estar nesses espaços, porque até então esses espaços, durante muito tempo foram espaços restritos por homem, nós tivemos que meter o pé na porta, invadir, ocupar e dizer, nós não só estaremos como teremos muito mais capacidade de estar aqui. As nossas formulações e as nossas construções serão anos-luz melhores do que a de vocês porque nós temos a sensibilidade e nós temos a dor e a violência e o ódio histórico que nos foi imputado. E aí quando eu digo dessas mulheres eu tô falando tanto as mulheres cisgeneras quanto das mulheres transvestigeneras porque passam por processo muitos parecidos de ódio e misoginia. Por mais... a sociedade é muito doente [...], mas na psicologia a gente vai descobrir o quão doente é a sociedade, por tratar as mulheres trans/travestis como se não fossem mulheres, mas na hora de destilar o ódio, destila o mesmo ódio destilado as mulheres cisgeneras, a misoginia e o machismo é idêntico, eles não conseguem fazer de uma forma diferente. Por mais que eles neguem e destruam a nossa mulheridade o tempo inteiro, eles nos tratam e nos violentam da mesma forma, então quando eu digo isso sobre as mulheres eu estou dizendo de todas nós mulheres. E esses espaços sempre nos negaram o direito de estarmos aqui. Pensando que as mulheres só começaram a votar somente em 32 (1932) né, [...] então esse processo se dá por conta das estruturas misógina e machista que querem aprisionar e que agora nesse governo voltam com muito mais força. As mulheres dentro dos lares, as mulheres não pensando, as mulheres submissas, a cultura do estupro, a violência doméstica, a necessidade financeira e econômica dos homens né, é isso que fazem com que as mulheres não cheguem aqui. E nós temos visto algumas mulheres que infelizmente não nos representam nada, mas que representam as mulheres dos espaços da política, mesmo que defendendo as narrativas conservadoras e machistas e misóginas, são mulheres, estão aqui, mas nós também temos um número muito expressivo nesta legislatura de mulheres negras, pobres, periféricas, que chegaram ao parlamento e que estão demonstrando que agora não nos cabe mais o lugar da domesticada, não cabe mais um lugar da silenciada, da oprimida, da coitada. Nós vamos ocupar todos os espaços, nós vamos ser economistas sim, porque nós queremos falar sobre a economia, nós podemos ser pensadoras, nós podemos calcular, isso não é... a intelectualidade... Descartes está ultrapassado, o pensamento moderno, a construção do pensamento moderno do século XVI... sou homem logo penso... qual é a frase? Penso logo existo, mas na figura do homem né? Eu homem branco penso, logo existo. Logo tudo que foge a isso não pensa,

não existe. Isso reflete até hoje né, aí o rompimento da igreja com a ciência, aí onde se começa a pensar ciência, isso é muito forte e nós estamos dizendo não. Não é só o homem universal, que se nomeou inclusive como ser universal que pode formular, nós mulheres também formularemos e nós formularemos muito melhor porque nós o tempo inteiro tivemos que cantar, assobiar, chupar cana, cuidar do filho, fazer a comida, apanhar, levantar, dormir, ser sexualmente pronta para os desejos desses homens, estar submissa a violência e sempre tivemos ali na frente. Se a gente pegar as histórias das comunidades, das famílias, são as mulheres que são os pilares da sociedade, são as mulheres que sustentam isto em pé por mais que não tenham o seu reconhecimento e o seu devido valor, se não fossemos nós isso já havia desmoronado porque o homem se coloca no lugar de tão superior, tão pronto, de tão capaz que ele esquece que as coisas são construídas e que elas precisam ser cuidadas, elas precisam ser preservadas e que nada pronto, nada orgânico nem mesmo a natureza. É preciso regar, é preciso semear, é preciso adubar pra que a coisa dê fruto, pra que a coisa flua e se criou o imaginário de uma masculinidade extremamente tóxica e violenta de que eram universais e super poderosos e foram negligenciando e desestimulando e destruindo a imagem da mulher a ponto delas acharem que não, mas nós vemos que são as mulheres os pilares da sociedade e essas mulheres tem começado a enxergar isto e, isto é muito benéfico e dizendo nós vamos estar em qualquer lugar, porque nós podemos estar aonde nós quisermos, nós não fomos feitas e criadas pra sermos mães, pra cuidar de criança, pra lavar roupa e cuidar de casa enquanto nossos maridos vão fazer o dinheiro, nós podemos ser as nossas próprias donas do nosso dinheiro, nós podemos comprar a bolsa que a gente quiser, o sapato que a gente quiser, como dinheiro que gente quiser, transar com quem a gente quiser, com quantos homens a gente quiser e não sermos putas, biscate, por isso. A nossa liberdade sexual que foi castrada durante muito tempo e é castrada até agora, porque a mulher é emancipada, a mulher é livre [...] isso nos foi negado e agora nós estamos conseguindo calcar esse lugar e dizer nós vamos comprar tudo, porque a revolução, ela é negra, ela é feminista, ela é LGBT e não tem volta. A consciência não retrocede nossos passos, daqui para frente podem se levantar a onda conservadora e retrógrada que for, nós não voltaremos pra senzala, nós não voltaremos pra cozinha, nós não voltaremos pro o armário. Nós voltaremos pros lugares que nos foram negados, nós ocuparemos todos eles e é assim que eu enxergo a ocupação da mulher. Mesmo que haja muitas mulheres fazendo desserviço na política e em outros espaços, nós estamos chegando lá. (ERIKA HILTON, 2019).

Historicamente as mulheres lutam por igualdade e participação política. Durante muito tempo ficaram restringidas ao espaço privado (doméstico) e aos poucos estão superando esse paradigma cultural e promovendo sua inserção nos espaços públicos. Entretanto, segundo Miranda (2019), a política brasileira continua sendo orientada por uma visão machista e a presença da mulher no espaço político é uma das menores do mundo. Dessa forma, ainda há muito a avançar para que a mulher tenha uma representação política análoga dos homens.

3.2.4 Principais propostas e pautas

A Bancada Ativista ao disputar as eleições de 2018 lançou candidatura coletiva pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade composta por nove ativistas de diferentes pautas e partidos: Anne Rammi (Rede) ativista das maternidades e das infâncias; Chirley Pankará (PSOL) militante do movimento indígena, com ênfase nas lutas territoriais e da educação; Claudia Visoni (Rede) que defende a agroecologia e manejo sustentável dos recursos hídricos; Fernando Ferrari (PSOL) militante do movimento cultural das periferias e atua nas pautas dos direitos humanos, orçamento e cultura; Jesus dos Santos (PDT) militante da cultura e comunicação popular nas periferias; Monica Seixas (PSOL) feminista, ativista socioambiental e que liderou mobilizações pelo direito à água; Paula Aparecida (PSOL) professora da rede pública estadual e que defende os direitos animais e humanos; Raquel Marques (Rede) ativista, feminista, defende os direitos humanos e qualidade para todas as parturientes, além de atuar no empreendedorismo feminino e Erika Hilton (PSOL) transvestigênera negra, feminista e defensora dos direitos humanos e que “Luta pelo direito à vida e à dignidade de todas as marginalizadas e excluídas pelo CISTema”.⁴²

Segundo Erika, foi possível que cada codeputado defendesse suas pautas, sendo uma das principais foi a ampliação do Projeto Transcidadania⁴³ - que é um programa da Prefeitura de São Paulo - para todo o Estado de São Paulo.

A gente conseguiu fazer com que cada codeputado levasse e defendesse suas próprias pautas né. Uma das minhas principais bandeiras [...] foi a ampliação do Projeto Transcidadania a âmbito Estadual visto que no município de São Paulo ele conseguiu, mesmo que de uma forma muito pequena, em poucas pessoas, dar um mínimo de dignidade e oportunidade para as pessoas transvestigêneras, [...] As cotas, aí nós conseguimos isso pela UFABC, foi uma das bandeiras e que está sendo trabalhada aqui agora na UNESP e nas outras universidades, que é a ampliação de cotas para travestis e transexuais, para pessoas transvestigêneras, entendendo a vulnerabilidade social né, tudo aquilo que a gente já conhece, a gente não precisa se repetir nisso. Esses foram os pontos: ampliação do Projeto Transcidadania, cotas nas universidades, a reformulação da lei 10948 que eu acho que precisa ser revisto urgentemente porque tem alguns incisos e parágrafos que não deixam muito nítidos quais são os direitos e quais são as punições.

⁴² Disponível em: <https://www.bancadaativista.org/mandata-ativista.html>. Acesso em: 04 de out 2020.

⁴³ Projeto Reinserção Social Transcidadania tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430. Acesso em: 25 de out 2020.

Cobrar do Governo do Estado que durante todos esses anos recolheu o dinheiro dessas empresas a partir da lei 10948, mas a gente não sabe até agora, e mesmo aqui, com o pouco tempo de atuação na Assembleia Legislativa, a gente ainda não conseguiu descobrir para onde vai o dinheiro que o governo recolhe da Lei 10948, porque se é um dinheiro que é recolhido a partir de discriminações e atos discriminatórios contras pessoas LGBTQIA+ o certo seria que esse dinheiro fosse destinado para a políticas públicas para essa população, e o que nós temos assistido, tanto no estado quanto no município, é que as políticas públicas e os espaços de acolhimento para as comunidades LGBTQIA+ têm sido destruídos, perseguidos, desmontados. As pessoas LGBTQIA+ têm sido caçadas e uma das bandeiras é fazer com que nós pudéssemos construir políticas públicas que “desse” um mínimo de dignidade humana a essas pessoas. Essas foram um pouco das bandeiras. [...] era trazer a voz das pessoas transvestigêneres pra dentro desses espaços, era de fato ser uma representante, era de fato ser a construtora... a construtora de políticas públicas e não mais a destinatária, isso foi uma das bandeiras da campanha, dizer nós precisamos e é urgente que nós tenhamos representantes dentro desses espaços e que não sejam representantes que falem por nós né [...], governos anteriores, governos bons como foi o governo Lula e até mesmo o próprio governo Dilma, que no primeiro momento foi um governo razoavelmente bom, disse muito tempo pela gente e chegou o momento de nós mesmas estivéssemos lá e falássemos por nós, que nós fossemos nossas representantes [...].(ERIKA HILTON, 2019).

Hilton também destaca a importância da representatividade com conquista do espaço na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, quando deixa de ser a destinatária das políticas públicas e passa a ser construtora dessas políticas.

3.2.5 O preconceito durante a campanha eleitoral em 2018

Durante a campanha eleitoral de 2018, Erika Hilton sofreu mais ataques racistas do que transfóbicos nas suas redes sociais – o que chamou de racismo virtual. Segundo Erika o seu “cabelo” era constantemente mencionado nos ataques, o fato de ser negra incomodava tanto que muitas pessoas nem perceberam que ela era uma mulher trans.

Nesse sentido, Carneiro (2003) afirma que o combate ao racismo deve ser uma prioridade política para as mulheres negras e que Lélia Gonzalez já enfatizava que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (BAIRROS, 2000 *apud* CARNEIRO, 2003, p. 274). Ainda a segundo Carneiro (2003, p. 274), diante a dupla subvalorização da mulher negra existe a necessidade de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres uma vez que o racismo historicamente “produziu gêneros subalternizados”: identidades femininas e masculinas estigmatizadas (mulheres e homens negros) inferiorizadas frente ao “gênero feminino

do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas)”. E isso se confirma também no relato de Hilton ao ser questionada sobre o preconceito sofrido durante a campanha eleitoral de 2018, quando o racismo estrutural falou mais alto:

A internet, foi no Twitter né, quem tem Twitter e acompanha o Twitter sabe o quanto aquilo ali é um show de horrores. Eu sofri muito racismo durante a campanha. Falaram muito do meu cabelo, me acusaram, falavam que eu fumava o cabelo, que eu fumava maconha, o PSOL traz esse lugar né, por defender a legalização da maconha, por entender que a política de guerra às drogas é uma política ligada literalmente ao extermínio da população negra e ao encarceramento de jovens e mulheres negras, então a gente tem que discutir essa perspectiva a partir de uma outra ótica, e aí além de ser travesti. A internet não catou que eu era travesti, na internet eu acho que rolou passabilidade um pouco quando cisgênera porque eu não sofri tantos ataques transfóbicos, mas eu sofri muitos ataques racistas. Então vai lavar esse cabelo, sua negra acéfala, macaca, suja, fuma esse cabelo, escova esse cabelo. Então teve esse lugar muito gritante do racismo virtual. Nas ruas enquanto eu fiz campanha não teve por que eu sempre estava cercada de muitas pessoas, o que me blindava, mas a violência racista na internet durante a campanha foi algo muito gritante [...]. (ERIKA HILTON, 2019).

Embora os ataques em suas redes sociais tenham sido predominantemente racistas, os ataques transfóbicos – mesmo que em menor número - também ocorreram. Erika acredita que tal situação aconteceu devido a uma passibilidade que fez com que os agressores não a identificasse como uma mulher trans. Assim temos o

[...] conceito de passabilidade que consiste na ideia de que uma pessoa trans pode adquirir características corporais e expressar gestos que não a identificam/classificam como tal, permitindo assim que ela “se passe” por uma pessoa conhecida como “cisgênero” (termo cuja aplicabilidade vem sendo discutido na literatura), reiterando o caráter performativo do gênero (SERRANO et al., 2019).

Nesse sentido, em muitas situações com intenção de obter acolhimento e evitar violência e preconceito, algumas pessoas trans e outros grupos estigmatizados podem se utilizar da passabilidade e incorporar signos e técnicas atribuídas a um ou outro gênero (SERRANO et al., 2019). Entretanto, isso não ocorre somente em relação a identidade de gênero, acontece também em casos de identidade sexual, religião, classe social e outras situações funcionando como uma espécie e autopreservação.

Retornando ao que aconteceu durante a campanha eleitoral de 2018, embora em menor número comparado com o racismo, os ataques transfóbicos ocorreram como relata Erika Hilton: “[...] houve episódios de transfobia também, essa travesti

puta, aidética, doente, não vai saber de nada, como que isso vai fazer política... Aconteceu. Mas o que eu sinto mais, o meu termômetro mede que a internet demonstrou muito racismo”.

Entretanto o preconceito racial foi tão forte, que Erika Hilton apontou a questão ao ataque do seu cabelo. Erika denuncia que o fato de ser negra era motivo até mesmo para que sua capacidade intelectual fosse questionada.

Eles falaram muito, muito, do meu cabelo. O meu cabelo foi um ponto muito forte para os haters da internet né aí o tom da minha pele aliado ao meu cabelo foi um dos fatores para deslegitimar a minha capacidade intelectual de formular política, então me chamaram de burra, de ignorante, de acéfala, de incapaz, de idiota, em defesa também ao presidente Bolsonaro que eu fui oposição nítida é obvio, a este governo né, então seguidores de Bolsonaro e seguidores João Dória fizeram questão de me deslegitimar a partir do racismo e um pouco da transfobia. Mas no período de campanha foi mais racismo do que transfobia, até porque nos insultos e na violência racista eu sentia que estavam sendo racistas como se faz com a mulher cisgenera, porque se muitos deles tivessem entendido que eu era uma mulher transvestigênere a violência seria racista e transfóbica porque eles não perderiam a oportunidade de ser transfóbicos. Então passabilidade me deu um certo conforto digamos assim nesse momento, mas ouve muito ódio, muita violência racista como há ainda hoje né, mas numa escala muito menor. Eu confesso que na internet eu tenho conseguido postar fotos com namorado, com cachorro, o que não estava sendo possível, porque tudo eles iam matar, tudo eles iam destruir, então eu parei... não colocar as minhas irmãs que continuam morando lá na periferia, continuam tendo que ir trabalhar todos os dias em exposição porque eu tô em outro lugar e eu não consigo garantir a mesma coisa para elas, então eu tirei elas desse lugar de visibilidade porque a gente não consegue saber quem que é só um babaca idiota da internet e quem está disposto a ir pra... pra.. afronte mesmo, vendo aí Marielle⁴⁴ e tantas outras coisas que aconteceram, Preta Ferreira⁴⁵ que tá presa, enfim, uma série de coisas, de perseguição esses grupos, mas eu sofri muita violência racista, mas agora tem diminuído essa escala mas ainda continua o ódio e a transfobia e agora estado estando aqui junto com a Erica Malunguinho, demonstrando e defendendo as pautas para a comunidade trans, dizendo que nós somos trans e as pessoas que acharam que era cisgenera descobrindo agora que eu sou uma mulher transvestigênere tipo a Beyonce lançando Formation, de repente tipo... não é cis, é trans, meu Deus! é pior do que nós pensávamos, não é só uma negra, é uma negra transvestigênere, é pior! Então a gente tem que combater ela três, quatro vezes mais, mas neste momento a coisa abaixou virtualmente, virtualmente. Mas aqui na Assembleia Legislativa o tempo inteiro a gente é demarcada como as deputadas trans, como deputada trans, deputada trans, deputada trans e ninguém é deputada cis, ninguém é deputada branca, ninguém é deputada negra, mas a gente é as deputadas trans. Isso aconteceu bastante. (ERIKA HILTON, 2019).

⁴⁴ Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco, foi eleita vereadora em 2017 pelo PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, assassinada em 14 de março de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/>

⁴⁵ Janice Ferreira da Silva, mais conhecida como Preta Ferreira é ativista do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/preta-ferreira/>.

Segundo Hilton o ódio racial era tão grande que a transfobia foi abrandada, devido a passabilidade, caso contrário, teria sofrido racismo e transfobia por ser uma mulher transvestigênera negra.

3.2.6 Candidatura Individual x Candidatura Coletiva

Embora tenha recebido convite para lançar uma candidatura individual no pleito de 2018, inclusive para cargo eletivo no âmbito federal num primeiro momento, Erika Hilton optou pela candidatura coletiva. Segundo Erica, um dos motivos para não aceitar a candidatura individual foram as ameaças e perseguições sofridas:

[...] partido quis que eu estivesse sozinha, inclusive para âmbito federal em primeiro momento, e aí eu fiquei um pouco diante do cenário... Bolsonaro... eu sofri muitas ameaças no período de campanha, eu fui perseguida né neste período, então eu fiquei muito receosa. Eu senti medo de encarar uma candidatura sozinha mesmo vendo que tinha grandes possibilidades de eu alavancar uma candidatura só minha, e quando veio... primeiro eu recebi um convite para ir sozinha e aí eu pensei que ali... eu confesso que eu não queria estar na política, eu queria continuar na universidade, eu queria continuar sendo pesquisadora, meu sonho era ser professora mesmo que não mais na pedagogia, eu pensei... eu saio daqui da gerontologia e vou para o mestrado, vou pro doutorado, vou dar aula nesta área, mas eu vou ser professora, eu sempre quis ser professora, eu gosto muito de lecionar, eu gosto muito de ensinar e eu realmente... O que todo mundo dizia antes mesmo de começar a pensar em política: - Não, eu acho que você tem que sair candidata, acho que você precisa vir, eu acho que é necessário. Eu falava: gente não quero, não é para mim, não tô a fim, não quero comprar essa briga, tô fora, não vou, não vou, não vou. E aí recebi sim, convites para sair sozinha, fiquei muito tentada no primeiro momento e, quando veio o convite para sair coletivamente eu falei: é isso, já que pedem pra que eu vá, já que pedem pra que eu esteja num projeto político e eu tô diante desse cenário que é realmente assustador, que realmente não está nada favorável, eu vou topa ir com mais pessoas porque aí eu me sinto mais segura, é mais fácil conduzir os trabalhos, é mais fácil conduzir os processos. E aí foi quando eu topei não sair sozinha e sair com a Bancada Ativista. (ERIKA HILTON, 2019).

O receio de Erika encontra amparo nas denúncias referente ao aumento da violência contra a população LGBTI, segundo Benevides e Nogueira (2020):

[...] durante o período eleitoral, houve diversas pesquisas, matérias e denúncias do aumento da violência contra a população LGBTI. Tivemos casos de pessoas trans agredidas e até mesmo assassinadas por motivações políticas. O horror se instalou no Brasil após a eleição do atual presidente, conhecido por incitar o ódio contra a nossa população de forma pública. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2020, p. 8).

Numa sociedade em que o Estado demora em garantir proteção para a população LGBTI+ e para outros grupos também vítimas de diversos tipos de violência, se colocar diante do processo político-eleitoral exige coragem. Os grupos minoritários, ainda, possuem muitos desafios a serem enfrentados apesar dos avanços e conquistas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020; MACHADO, ALMEIRA, 2018). Nesse cenário paradoxal de conquistas e aumento da violência contra a população LGBTI+, a participação na política formal/institucional, seja por meio do mandato individual ou do mandato coletivo, é uma forma de resistência.

3.2.6 Principais desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018

Segundo Erika Hilton, durante a campanha eleitoral de 2018, por ter participado de uma candidatura coletiva, algumas dificuldades foram abrandadas, e de certa forma, diluídas entre os integrantes do coletivo.

Olha, eu vou ser bem sincera, nessa campanha em 2018 eu já era, eu já estava num lugar muito mais consolidado né. Eu já era uma referência do movimento LGBTQIA+, eu já era uma referência do movimento negro, eu já tinha muitas pessoas aliadas [...]. Eu acho que os obstáculos foram conseguir vir para São Paulo porque eu ainda estava no final do curso de gerontologia na UFSCar, então conseguir fazer essa ponte aérea digamos assim, entre São Paulo/São Carlos e ser um corpo preto e transvestigenero no espaço de poder. Então conseguir fazer com que a minha voz fosse ouvida, consegui ter a mesma legitimidade dos meus colegas, conseguir mostrar que eu tenho a mesma capacidade intelectual e política para ocupar esse espaço e formular a política, eu acho que foram uns desses maiores desafios. Por ser um mandato coletivo, os desafios, as dificuldades, o preconceito, ele vai sendo meio que barrado né, ele vai sendo meio que segurado porque tem outras pessoas que estão fazendo parte desse contexto, então eu não tenho muitas coisas a dizer com relação as dificuldades. Eu acho que dificuldade foi realmente a questão econômica, de poder a mobilidade de poder estar nesse espaço que é São Paulo, estudando em São Carlos e poder me afirmar enquanto sujeita política capaz de fazer política junto com meus colegas da mesma forma que os meus colegas sendo que eu sou. Enfrentar o ódio e a discriminação que é sistêmica, que está em todos os lugares que na política e na construção dela e no caminho até chegar aqui não seria diferente e fazer com que as pessoas entendesse que existe uma subjetividade a parte, que a vivência de um corpo transvestigênero, negro no Brasil e no mundo, mas eu acho que no Brasil ainda um pouco pior quando a gente pega relato, quando a gente pega estudo, quando a gente pega dados é muito difícil e que isso precisa ser levado em consideração e eu acho que ele foi um dos grandes desafios, fazer entender que eu sou uma pessoa igual a todas as demais, mas que parto de um lugar com especificidades muito específicas, especificidades mesmo, e que essas especificidades precisam ser levadas em consideração e serem um ponto em precisam ser um ponto nevrálgico da construção política, da

construção da coletividade, da construção das políticas que nós vamos defender, dos projetos que nós queremos levar pra frente. Eu acho que esses foram os maiores desafios que eu senti. (ERIKA HILTON, 2019).

Embora a candidatura coletiva possa ter abrandado algumas dificuldades, Hilton acredita que os desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018 envolveram questões de ordem econômica e de mobilidade e mesmo que o preconceito tenha sido parcialmente “barrado” pelo fato de outras pessoas estarem ao seu lado, construindo a candidatura coletiva da Bancada Ativista, Erika não deixou de sofrer ataques racistas pelas redes sociais.

3.2.7 Funcionamento do mandato compartilhado na prática

É uma experiência nova e nós também estamos descobrindo. Nós temos pouquíssimo tempo aqui ainda aqui nesta Casa né, nós tomamos posse em 15 de março (2019), é a última Assembleia do país a tomar posse né, todas as outras tomam posse no começo de fevereiro, São Paulo é a última a tomar posse então a gente tem pouco tempo [...]. De forma muito genérica e em linhas gerais, nós temos reuniões semanais para organizar a ordem... as pautas da semana né. Às terças-feiras acontecem aqui o colégio de líderes, que é onde se reúnem os líderes de cada partido, pra gente saber o que vai para as comissões, o que vai para a ordem do dia no plenário. Então a gente se organiza nas segundas-feiras para saber quais serão as prioridades que o mandato vai dar, então qual é a pauta? O que está em alta? O que está em quente? O que tem mais probabilidade de passar? O que não tem? É assim que a gente tem se organizado, de forma consensual, colocando mesmo na mesa, dizendo olha, como é que vai ser esse jogo? Com relação as emendas, nós dividimos um valor para cada codeputado poder distribuir para suas bases né, existe um valor já prescrito pela LDO que precisa ser destinado para a saúde, então esse valor não pode ser mexido, então todos concordam que ele vai para a saúde porque ele tem que ir pra saúde, e todos demais nós dividimos para que cada codeputado tivesse um número X dessas emendas para mandar para suas respectivas bases e seus respectivos coletivos. Na prática é assim, nos organizando semanalmente, vemos quais são as pautas mais quentes, quais são as pautas que nós daremos prioridades, quais são os PLs que a gente vai protocolar, que a gente vai defender porque tem coisas que a gente só vai demarcar como narrativa política porque a gente sabe que essa Casa não está preparada para aprovar, essa Casa não está preparada para passar e tem coisas que a gente vai se articular e ser estratégicas pra conseguir defender e fazer com que passe, que seja aprovado, porque você não tá aqui só de passagem, nós estamos aqui realmente para fazer política, para transformar e para ficar. Então o mandato coletivo tem acontecido, tem se organizado assim, encontros semanais para alinhar a semana, como a gente vai atuar na semana, como que a comunicação vai conseguir cobrir as atividades de cada um dos codeputados, como que a gente vai conseguir se representar nas comissões, cada codeputado conseguir acompanhar a comissão do seu interesse, acompanhar seu próprio projeto nas comissões. Cada codeputado tem seus próprios assessores pra conseguir fazer a política e é assim que a gente tem se organizado em forma e linhas gerais. (ERIKA HILTON, 2019).

Em novembro de 2017 a deputada Renata Abreu (Pode-SP) propôs a PEC 379/2017 que pede inserção de parágrafo no artigo 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo (DEARO, 2018). Atualmente não há amparo legal para o funcionamento dos mandatos compartilhados.

Para Lima (2018) os pilares que sustentam a ideia do mandato coletivo são a gestão compartilhada, pautada pela ética, sustentabilidade e pela democracia, tornando a política um lutar mais representativo.

3.3 ROBEYONCE LIMA

Nas eleições de 2018, Robeyoncé Lima integrou o coletivo Juntas, que construiu uma candidatura coletiva para disputar o cargo de Deputado Estadual do Estado de Pernambuco, pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

O Juntas construiu uma candidatura coletiva, formada por cinco mulheres: Jô Cavalcanti, militante feminista, ambulante e coordenadora nacional do MTST; Joelma Carla, estudante de Letras e Biblioteconomia; Katia Cunha, professora da rede estadual; Robeyoncé Lima, advogada; e Carol Vergolino, jornalista e realizadora audiovisual.

Figura 7: Robeyoncé Lima codeputada Estadual de Pernambuco pelo Coletivo Juntas (PSOL).



Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br> (2018).

O coletivo Juntas, hoje Mandata Juntas Codeputas Estaduais⁴⁶ é a primeira mandata coletiva feminista, antirracista, antilgbtfóbica e popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco. A Mandata defende o princípio da coletividade, afirmando que o fazer coletivo na participação política é ao mesmo tempo princípio, valor e práticas transformadoras.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.juntascodeputadas.com.br/manifesta>. Acesso em: 30 nov. 2020

Figura 8: Coletivo Juntas.



Fonte: <https://www.facebook.com> (2018).

3.3.1 Trajetória de vida e o início da militância

Robeyoncé Lima nasceu na comunidade do Alto Santa Terezinha, Zona Norte do Recife. Bacharela em direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE se tornou a primeira advogada trans do Estado de Pernambuco. É militante nas pautas LGBTI+ e feminista. Sobre sua trajetória de vida Robeyoncé relatou:

Eu sou formada em direito né, pela Universidade Federal daqui de Pernambuco, me formei em 2016 [...] e sou advogada também né. Ganhei notoriedade pública, digamos assim, quando eu passei na OAB, aqui em Pernambuco eu fui a primeira pessoa trans a ter a carteira da OAB, a ter o direito a usar o nome social na carteira da OAB entendeu? E aí a partir deste momento eu comecei a ter uma notoriedade pública, deixei de ser uma pessoa desconhecida digamos assim, pra ser uma notoriedade pelo menos a termo de estado né, não uma notoriedade a nível Projac (risos) mas, as pessoas desde esta época, as pessoas então me conhecem aqui no estado como referência. Fui a primeira advogada trans no Estado de

Pernambuco. Isso foi em 2016, quando eu ainda estava na faculdade né, que antes de você se formar você já pode fazer a prova e aí depois que eu divulguei o resultado que eu tinha passado aí o pessoal começou a compartilhar né, começou a me entrevistar e tudo mais [...] E aí, já tem essa militância dentro da faculdade né, já tem essa militância dentro do ambiente acadêmico e quando eu saio da faculdade né, eu levo... eu trago o nome da cidade pra fora né, e aí eu começo a advogar e na questão das causas LGBTQs, a questão do nome social, a situação do nome das meninas, [...] as meninas agredidas no meio da rua, [...] advocacia das causas LGBTQs pro bono e aí no meio desta história eu recebi o convite pra completar o mandato coletivo das Juntas, junto com as outras codeputadas Carol Vergolino, Jô Cavalcanti, Joelma Carla e Kátia Cunha. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019)

Robeyoncé é técnica administrativa na Universidade Federal de Pernambuco e Membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, e da Comissão de Direito de Família, ambas da OAB-PE.⁴⁷

3.3.2 O interesse pela política institucional/partidária

Quando questionada sobre o que despertou seu interesse pela política institucional, Robeyoncé destaca a sua insatisfação com o sistema político e uma vontade em contribuir para além da militância que já realizava, ocupando os espaços de tomada de decisões.

Olha, primeiro a insatisfação né, com o sistema político, a vontade de mudar, a vontade de contribuir de outra forma né, para além apenas da militância de rua, que também é importante né. Mas é importante e a luta continua. Mas é importante também que a gente ocupe os espaços parlamentares né, de tomada de decisão, porque só lá que decidem nossas vidas. É lá que decidem sobre a nossa vida, sobre a nossa morte também sabe? Então é importante a gente ocupar esses espaços pra reescrever né esta história de alguma maneira porque enquanto a gente não tiver lá jamais a nossa história será reescrita. Enquanto a gente não estiver lá o machismo vai continuar [...] e aí é um meio da gente ocupar o espaço de tomada de decisão. Se a gente não for lá, não mudar, ninguém vai mudar por nós sabe? Se a gente não for lá, e não, não fazer essa alternância de poder, como Malunguinho fez, a gente... a gente, enquanto não fizer essa retomada, a gente não consegue trazer pra nossa realidade, perspectiva de mundo, generalidade. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019)

Para Érica Malunguinho alternar o poder é ter raça e gênero como fundamentos, não se trata de direita ou esquerda (BRITO, 2020). Mulheres trans e negras como Robeyoncé, Érica Malunguinho e Erika Hilton, carregam suas lutas em

⁴⁷ Disponível em <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/robeyonce-uma-voz-lgbt-no-legislativo-de-pernambuco/9311/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

seus próprios corpos (ANTUNES, 2018) e ao ocuparem os legislativos estaduais estão realizando uma alternância do poder e marcando seus nomes na história.

3.3.3 Trajetória política

Olha, o meu primeiro contato com a política institucional, na verdade com a política partidária foi quando eu comecei a trabalhar no gabinete do vereador Ivan Moraes daqui do Recife, vereador pelo PSOL também, vereador Ivan Moraes. Ele me chamou para compor a equipe de gabinete dele né, e aí foi meio que o momento que eu tive o primeiro contato digamos assim, com o direito partidário digamos assim, meu primeiro contato com questões políticas institucionais né, não mais políticas de rua, não mais militância de rua entendeu? E aí eu fiquei no gabinete do vereador Ivan Moraes aqui no Recife. Eu fiquei na equipe dele por seis meses né, serviu como uma experiência né, pra minha experiência parlamentar digamos assim, pra minha experiência de política institucional, mas também foi bem enriquecedor nesse sentido né. Agora, claro que não tenho como comparar esse meu trabalho com o vereador com o meu trabalho enquanto Juntas né, porque enquanto eu estava lá nos bastidores, digamos assim, enquanto o protagonismo na câmara municipal era do vereador né, eu venho neste segundo momento em vez de estar nos bastidores, eu venho como protagonista junto com mais outras quatro codeputadas entendeu? Então é outro ângulo sabe? É outro ponto de vista. É outra forma de agir nesses ambientes institucionais sabe? Porque você fazer parte de uma equipe de uma deputada é uma coisa, de um vereador né, você ser a parlamentar é outro contexto né. Então você tem que fazer essa adaptação né. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Robeyoncé Lima foi eleita codeputada estadual em Pernambuco com o coletivo Juntas que obteve 39.175 votos (TSE, 2018). Esta foi a primeira vez que Robeyoncé se candidatou a um cargo eletivo.

3.3.4 A participação das mulheres na política

Ainda temos muito a andar na verdade né. A gente, pelo próprio Congresso Nacional como se configura hoje né, que somente 15% das cadeiras são de mulheres, a gente pra atingir esse número de igualdade cinquenta/cinquenta, a gente tem muito ainda pra fazer né, mas a gente está tendo sim avanços né, a gente subiu se não me engano de cinquenta e uma parlamentares pra setenta e sete né, o que já é bastante representativo. Aqui na Assembleia Estadual de Pernambuco a gente subiu de seis cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres para dez cadeiras parlamentares das quarenta e nove né, o que mesmo assim, ainda é um número pequeno, mas de certa forma é um avanço importante digamos assim, no sentido de que positivamente já está começando a ocupar esses espaços sabe? A gente tá começando a perceber que lugar da mulher também é na política e não só como primeira-dama entendeu? Por que no imaginário social mulher na política é somente como primeira-dama, mas a gente pode ocupar outros espaços também para além de primeiras-damas, espaço de tomada de decisão realmente para que a gente possa fazer esse partilhamento

de tomada de decisões sem nenhum privilégio ao gênero masculino que na realidade ainda está ocorrendo né, mas a gente tem que fortalecer essa ideia de que mulher tem que tá na política sim, de que mulher tem que tá onde quiser na verdade, porque não pode haver essa diferenciação histórica né. A gente há centro e cinquenta anos atrás, por exemplo, a gente sequer poderia entrar uma universidade né, a gente só conseguiu o direito a votar, nós mulheres só conseguimos votar a partir de 1932 sabe? Então aos poucos a gente vai caminhando por esse caminho, mas ainda tem muito a ser feito né. A gente precisa debater essa questão dos 30% de candidaturas, por exemplo, porque não 30% de cadeiras em vez de candidaturas sabe? Muita coisa pra gente ainda levar a discussão, mas eu acredito que a gente tenha um avanço simbólico né, o próprio fato da gente estar na Assembleia Legislativa de Pernambuco, por exemplo, já mostra em carne viva digamos assim, o quanto de avanço a gente tá tendo, a gente tá presenciando né? (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Robeyoncé acredita que embora as mulheres estejam conquistando espaço na política, a participação feminina ainda é muito pequena e existe a necessidade de avançar na discussão sobre as cotas de gênero para que os espaços de tomada de decisão não continuem sendo privilégio do gênero masculino.

3.3.5 Preconceito durante a campanha eleitoral de 2018

Robeyoncé Lima afirmou ter sofrido preconceito durante a campanha eleitoral do Juntas em 2018. Durante a campanha onde ocorreram falas transfóbicas que faziam referência a formação do coletivo Juntas, que é composto por cinco mulheres. Por fim, Robeyoncé Lima relata que era comum ouvir que o Juntas representava quatro mulheres e meio.

[...] nessa questão política tem impregnado o machismo né, tem impregnado muito o machismo na sociedade brasileira, não é novidade pra ninguém né. Eu acho que um dos papéis fundamental né, enquanto pessoa no Juntas né, na própria sociedade, que a gente não é desse mundo apenas genitália entendeu? na própria sociedade existem mulheres trans, existem mulheres cis, mas também mulheres trans, não é porque a gente não tá transviada que a gente não é uma mulher entendeu, só que na nossa sociedade a genitália não é um, não é porque eu estou no Juntas que o Juntas vai ser quatro mulheres e meia sabe? o Juntas são cinco mulheres e não quatro e meia, eu acho que o meu lugar dentro da construção, dentro da Juntas é muito disso de justificar esta questão do gênero né, que às vezes é muito confuso inclusive dentro da própria esquerda sabe? então muitas vezes não se aprofunda esse debate dentro do nosso próprio grupo político entendeu? é fundamental dentro da mandata coletiva da Juntas né, mesmo sendo a única trans, fundamental é isso sabe? demarcar esse espaço e mostrar mesmo para as pessoas que o Juntas são cinco mulheres e não quatro e meia como já ouvimos falar e não quatro e meia entendeu? (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Para a codeputada as falas transfóbicas da qual foi vítima durante a campanha eleitoral de 2018 é reflexo do machismo incorporado na sociedade brasileira.

3.3.6 Recepção do material de campanha pelo eleitorado

Embora tenha ocorrido um certo estranhamento do eleitorado sobre a candidatura coletiva, segundo Robeyoncé Lima, o material de campanha do Juntas foi bem recebido pelo público, não sendo necessária qualquer adaptação. A mesma pondera que

Em via de regra teve um pouco de estranhamento né, de ver cinco pessoas numa mesma... numa mesma... num mesmo material de divulgação né, e aí então cinco deputadas em tese, tem que parar né, pra explicar, dizer que é mandato coletivo, candidatura trans, que teve sempre um personalismo na política, que a gente sabe que não é nenhuma exigência, que se trata de política, e aí a gente na maioria do Estado tinha essa receptividade boa né com as pessoas. Havia um estranhamento inicial, mas depois das explicações a gente conseguiu cativar as pessoas nessa nova ideia sabe? É claro que em alguns lugares havia rejeições... as coisas mudaram, como assim? Mas a gente sempre dava um jeito de contornar a situação né. Essa questão de serem todas mulheres, era outra visão, geralmente eram dos homens né, aí já pareceu um pouco de machismo também, então a gente do Juntas nunca ficava quieta entendeu? a gente chegava e dizia: então, se ninguém votar nas mulheres quem vai defender as mulheres? a gente briga pra defender as mulheres [...] (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Para Robeyoncé Lima o contato direto com o eleitor durante a distribuição do material de divulgação foi um diferencial na campanha do Juntas, permitindo que os eleitores conhecessem e se identificassem com as integrantes do coletivo.

[...] é muito interessante essa proposta de você sair na rua por exemplo, e você escutar o que as pessoas pensam da mandata coletiva sabe? É muito importante, muito interessante, você sair pra rua e ver a cara de surpresa das pessoas ao ver que a cara que está no papel é a mesma pessoa que tá entregando o papel entendeu? Porque em via de regra não é o candidato que vai pra rua né, a gente teve uma experiência muito boa com isso, quando a pessoa olhava no papel e olhava pra gente que tava entregando o papel e via que era a mesma pessoa, ficava impressionada com isso e às vezes ficava feliz e contente, porque nunca tinha visto cara a cara uma pessoa candidata porque geralmente ficava para outras pessoas pra trabalharem na rua né. A gente não fazia isso, a gente ia na rua, nessa aproximação, com nosso amor, com nosso carinho, mostrando nossas ideias, nossos projetos políticos e a gente conseguia cativar muita gente com isso né, com essa aproximação né, com esse jeito de fazer política e aí eu achei que foi um diferencial na minha opinião, foi jeito de conseguir um resultado maior né. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Na opinião de Robeyoncé, essa aproximação com os eleitores foi fator importante no resultado das urnas. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2018) o coletivo Juntas foi eleito com 39.175 votos.

3.3.7 Principais propostas e pautas defendidas nas eleições de 2018

Segundo Robeyoncé Lima a principal proposta da Juntas é o feminismo destacando a necessidade da participação da mulher na política, reivindicando um lugar de fala e um espaço político que foi negado as mulheres.

Para ela as mulheres e a população LGBTI+ nunca tiveram vez no espaço político. O coletivo Juntas defendeu suas pautas abordando os fundamentos do feminismo e entendendo que as questões que envolvem opressões das mulheres e as pautas do movimento LGBTI+ não podem ser analisadas e tratadas isoladamente sendo necessário interseccionalizar as pautas.

Olha, a principal proposta da Juntas é o feminismo né, a participação da mulher na política né, a própria formação da gente né, de cinco mulheres na política, num espaço de tomada de decisão já traz essa ideia impregnada né, já traz explicitamente essa ideia, mas aí a gente também pode se restringir também dessa ideia de que tem que usar né dessa pauta da mulher na política e como é que a gente pode dizer? Ramificando sabe? a gente usa essa questão da mulher, essa questão do feminismo né, da participação da mulher na política, mas abordando a nossa realidade né, feminismo... feminismo decolonial, feminismo negro, feminismo trans, feminismo lésbico, por exemplo, feminismo antirracista sabe? então a gente vai nessa perspectiva da... da mulher né, nessa perspectiva feminista como... como eixo fundamental digamos assim e a partir daí a gente ramifica para a questão de moradia, questão da violência física sabe? Questão de... a questão do mercado de trabalho, a questão da diversidade, por exemplo, a questão das trabalhadoras urbanas e rurais né, a questão das mulheres do campo sabe? Então a gente tá nessas, são muitas pautas na verdade. Às vezes a gente até brinca no sentido de que a gente tem mais pautas do que codeputadas sabe? Então se for dividir pra cada uma das codeputadas as pautas eu tenho certeza de que cada uma vai ficar com três ou quatro mais ou menos sabe? Aí a gente fica sempre batendo nessas interconexões né, porque não dá pra gente fazer avaliações isoladas desses estudos né, por exemplo, não dá pra gente estudar... não dá pra gente estudar a questão da violência obstétrica sem estudar a questão racial entendeu? Não dá pra gente estudar questão de gênero sem estudar a questão do feminismo entendeu? então assim, a gente tenta ao máximo interseccionar essas pautas né, tanto pra formação da gente mesmo né, pra empoderamento da gente mesmo na hora de defender nossos ideais dentro daquele parlamento, como também na verdade não fazer uma análise equivocada quando a gente, bravamente acostumadas a fazer, a gente procura garantir salário digno, direitos femininos, corre o risco de fazer uma avaliação errônea e até fazer escolhas equivocadas né nesse sentido, a gente procura sempre fiscalizar e

interseccionalizar o máximo possível para quando se tem emendas... enfim, um sistema político desse tipo. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Robeyoncé argumenta que não há representatividade na política institucional dos grupos que são sistematicamente excluídos na sociedade (ANTUNES, 2018). Em razão disso, acredita que se não houver articulações entre as pautas feministas e LGBTI+, a política continuará sem fazer nada pelos grupos excluídos.

3.3.8 Candidatura Coletiva x Candidatura Individual

Questionada sobre o processo de escolha entre lançar candidatura coletiva ou candidatura individual para disputar as eleições de 2018, Robeyoncé diz ter apostado na candidatura coletiva por acreditar que unindo forças com as outras cocandidatas, a possibilidade de inserção no espaço político seria maior e que a candidatura individual seria insistir em um sistema político que não dá espaço a quem não tem padrinho ou sobrenome tradicional na política.

Olha, eu achei que a candidatura individual seria obedecer a um sistema que nunca ir dar espaço pra gente entendeu? Na candidatura individual você está obedecendo a um sistema que não dá oportunidade, que não dá chance sabe? e aí a possibilidade de você não conseguir se infiltrar no sistema político ia ser bem maior, a possibilidade de perda ia ser bem maior, por que a gente não tem apadrinhamento político entendeu? Nenhuma das cinco tem apadrinhamento político. Se a gente fosse se candidatar individualmente cada uma das cinco, muito provavelmente nenhuma das cinco iria ganhar entendeu? É como se a gente unisse força, como se a gente unisse força pra ficar mais forte e conseguir concorrer de igual pra igual digamos assim com outras pessoas candidatas que tem apadrinhamento político né, que tem... está em família parlamentar né, passa pra pai, passa pra filha... a gente não tinha esse perfil, então o que faria a gente ganhar esse sistema que era tradicional, era a gente ter sabe? Então a gente decidiu se juntar para ter essa possibilidade né. A gente começou e se, e se, se juntassem... cinco mulheres... cinco meninas do litoral... pra gente ganhar mais espaço, e se juntassem cinco mulheres brancas e negras pra ter possibilidade maior de ganhar e ter uma mandata coletiva sabe? E se, e se, e se... A gente saiu da militância e tá aí ocupando esse espaço parlamentar exercendo a mandata né. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Embora ainda não exista uma legislação que trate das candidaturas coletivas, elas continuam se multiplicando e nas eleições de 2020 foram identificadas 257 candidaturas desse tipo, aponta estudo da Cepesp/FGV.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <http://www.cepesp.io/candidaturas-coletivas/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

3.3.9 Desafios enfrentados durante a campanha eleitoral de 2018

Tem muito aquela estigmatização né, por ser algo novo né, porque as pessoas nunca tinham ouvido falar nessa história de mandato coletivo né. A regra geral né, em regra as pessoas estranham e tem aversão a tudo que é novo né, desconfiam logo de primeira e quando a gente fala de política, o novo na política parece ter aversão maior ainda, mais do que o normal, sabe? Tinha muito esse estranhamento inicial, porque as pessoas estavam acostumadas a uma candidatura personalíssima, de apenas uma pessoa sendo a foto a urna, mas aí a gente aos poucos foi começando a explicar melhor essa proposta né, foi começando a falar dessa questão da participação né, dessa questão de ocupar esses espaços com maior diversidade e aos poucos a galera foi sendo receptiva com a gente sabe?, porque chegavam pra gente e diziam: e pode? A gente chegava e dizia: Pode. Pode sim! A gente pode sim ocupar esses espaços de referência, a gente pode sim criar esse sistema, porque o que a gente fez foi isso né, a gente rackeou um sistema político que nunca deu voz a gente e nunca vai dar sabe? a gente procurou uma maneira de se infiltrar, se enfiar, morar dentro desse sistema de política, que no meio das brechas a gente foi conseguindo espaço né, porque se a gente for esperar uma abertura do próprio sistema a gente vai ficar aguardando né por muito tempo sabe? Então o comodismo não faz com que as pessoas evoluam em nada, não provoca nenhuma reação, nenhuma mudança pra tentar mudar os privilégios né, então essa questão do rackeamento tem que partir da gente na verdade né, porque pra eles tá tudo certo. Então a gente trouxe essa proposta de coletividade que foi bem aceita no meio eleitoral daqui de Pernambuco e a gente conseguiu né uma cadeira parlamentar né [...] a gente conseguiu uma cadeira parlamentar com mais de 39.000 votos aqui no Estado. Então a gente tá né, vivendo essa experiência de construção que foi apresentado pra gente e também pra Casa porque pela primeira vez né, que na Assembleia de Pernambuco há essa experiência de mandato coletivo e a gente faz isso um fato político né. É um fato político a gente tá lá dentro... o próprio... o próprio... estar apresentar dentro da Assembleia Legislativa digamos assim, é uma reparação histórica né, eu como mulher negra, por exemplo, estar lá dentro num lugar onde minha ancestralidade estiveram, mas elas estiveram lá apenas para construir paredes, quando as paredes ficaram prontas né, mais de 180 anos daqui da Assembleia de Pernambuco, quando as paredes ficaram prontas minha ancestralidade foi convidada a se retirar e eu volto pra esse mesmo prédio não pra construir paredes sabe, mas pra participar efetivamente da construção de uma política né, participar efetivamente, democraticamente da construção de um Estado dentro de um projeto bem lindo sabe? então é isso, é isso. A gente ocupar esses espaços tem toda uma reparação histórica no sentido de a gente conseguir né, a alternância do poder sabe? Conseguir esse protagonismo nosso né, da gente conseguir estar nesse local que nunca foi da gente, que sempre devia ter sido desde o começo. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Robeyoncé faz um desabafo sobre a estigmatização sofrida, sobre a reparação histórica que o processo eleitoral precisa promover e que a eleição da Juntas representa.

3.3.10 Tratamento dispensado às mulheres trans na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Sobre a existência de diferenças entre o tratamento dispensado às mulheres trans e mulheres cis dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Robeyoncé Lima traçou um comparativo entre as casas legislativas que possuem parlamentares trans, reconhecendo estar em melhor situação em relação às parlamentares trans da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ela lembrou o ataque transfóbico do qual Erica Malunguinho foi vítima e que diferentemente do que acontece com ela na ALEPE, Malunguinho e Hilton precisam conviver com parlamentares do Partido Social Liberal (PSL) que era o mesmo partido do presidente Jair Bolsonaro, hoje sem partido.

Segundo Benevides e Nogueira (2020) diversas pesquisas e matérias denunciaram o aumento a violência contra a população LBGTI+ durante o período eleitoral de 2018 e

o horror se instalou no Brasil após a eleição do atual presidente, conhecido por incitar o ódio contra a nossa população de forma pública. Os resultados das eleições deixaram o brasileiro, cidadão comum, perdido, magoado, reativo, desesperançado e, logo, facilmente atraído por soluções mágicas. Há uma ação coordenada de bombardeamento de ficções, criadas com o intuito de manipular a realidade e que passou a se fazer presente nos locais comuns, nos grupos de família que se dissolveram e, especialmente, nas redes sociais. Este não é um fenômeno tipicamente brasileiro, mas aqui tirou do armário a sombra maligna e perversa do desejo de outrora. Sob a tutela de uma família de “bens” política e não politizada, estamos diante da validação da barbárie. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020, p. 8).

Ainda fazendo referência a fala transfóbica de Douglas Garcia, deputado estadual de São Paulo, após um discurso de Erica Malunguinho durante sessão que debatia o Projeto de Lei nº 346/2019, Robeyoncé garantiu não ter sofrido nenhum tipo de ataque transfóbico e acredita não haver espaço para o que ela chamou de “ideais da direita” em Pernambuco.

Olha, teve aquele incidente né com a Érica Malunguinho, um ataque de transfobia em que o deputado Douglas Garcia disse que se visse uma mulher trans entrando num banheiro feminino em que a filha ou a mulher estivesse, ele sairia arrancando a tapa né, então assim, esse é o cenário que a gente tem, essa é a realidade de LGBTfobia que a gente tem, que é em decorrência da misoginia, do machismo que está impregnado na sociedade da gente né. [...] se eu for fazer esse comparativo entre as duas Assembleias onde têm parlamentares trans, eu posso

até dizer pra você que eu estaria no céu, digamos assim né, porque com certeza, sem sombra de dúvidas, o grau de opressão que as meninas né, Érica Hilton e a Érica Malunguinho sofrem lá São Paulo é bem maior do que eu sofro aqui. Não é que eu esteja vivendo num mundo perfeito, mas assim, a gente não tem aqui, por exemplo, nenhum parlamentar do PSL, por exemplo, nenhum parlamentar do partido do presidente Bolsonaro sabe? Então imagina a quantidade de parlamentar do PSL com que a Érica Malunguinho e a Érica Hilton estão convivendo lá na ALESP né. Então assim, via de regra né, no Nordeste, em geral, de maneira bem, bem geral mesmo, no Nordeste especificamente Pernambuco por ser terra de harmonia parece não haver tanto espaço para esses ideais de direita entendeu? Parece não ter tanto cabimento aqui sabe? Com relação a discriminação e preconceito em relação a identidade trans, esse... essa falta de espaço de discurso de ampla direita né, essa falta de espaço desse discurso assim, parece trazer algo mais velado né, parece trazer algo mais intrínseco pelo menos. Ninguém chegou no plenário aqui da Assembleia Legislativa de Pernambuco pra dizer que se um dia eu entrar num banheiro em que a mulher ou a filha estivesse iria me arrancar a tapa, ninguém disse isso sabe? e parece não haver cenário pra isso nesse... nessa esfera parlamentar aqui, pelo menos até o momento né, mas é muito isso sabe? é muito isso. A gente tem aqui uma Assembleia Legislativa que ainda não, está aberta né a estas novas propostas muito mais que a Assembleia Legislativa de São Paulo e a gente, por exemplo, conseguiu recentemente o cadastro da biometria para entrar nos locais exclusivos para parlamentares porque antes era só uma, que conseguia entrar que é a deputada formal digamos assim né, que é a Jô Cavalcanti, mas na Assembleia de Pernambuco agora já começou né, digamos, a reconhecer a legitimidade do projeto político e começou a incluir a gente no cadastro dos sistemas e agora não só a Jô Cavalcanti mas todas as cinco podem usar vagas privativas né, todas as cinco podem estar nas salas reservadas para aos parlamentares então assim... todas as cinco podem estar trabalhando né, lutamos muito para estar essa situação né, por mais acesso e aos poucos a gente tá galgando espaços né, locais de tomada de poder. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Lima, acredita não ter espaço na Assembleia Legislativa de Pernambuco para ataques transfóbicos como ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo com a deputada Érica Malunguinho. Segundo a codeputada, tal situação se deve-se, em parte, ao fato de não haver deputados do partido PSL – Partido Socialismo e Liberdade na ALEPE.

3.3.11 O mandato compartilhado na prática

Quanto ao Mandato da Juntas, Robeyoncé Lima, apresenta algumas particularidades Regimentares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALESPE) e como ela e as outras codeputadas estão trabalhando para que possam transitar livremente pela ALESPE.

Veja, tem espaços... tem espaços totalmente adaptados, formal, digamos assim, adaptados a Jô Cavalcanti que... pode entrar por exemplo, no Plenário onde têm as nossas coisas não podem entrar as cinco, somente a Jô Cavalcanti pode entrar, mas a gente pode subir pra galeria e ficar assistindo. De certa forma é um ato político porque os deputados da ala direita têm que entrar lá, por dentro né. Não pode entrar no Plenário, mas a gente pode estar assistindo e vendo tudo sabe? Então assim, a injustiça não é justamente essa questão do Plenário. Mas a gente consegue participar, por exemplo, das audiências públicas, a gente pode ir nas reuniões das Comissões sabe? a gente pode fazer visitas a órgãos públicos sabe? Então é muito de questão regimental digamos assim né, então enquanto a gente não tem a discussão e a aprovação da PEC 196 né, a gente tem que procurar meios né, a gente tem que procurar brechas pra se infiltrar né, nesses sistemas políticos, até porque na questão da Assembleia né, a pedido da gente, a questão mesmo da biometria foi uma brecha política que a gente encontrou e solicitou à Mesa Diretora da Casa né, que as nossas codeputadas fossem liberadas sabe? Então assim, é muito do... de... a gente articular o que a gente já tem em forma de lei, digamos assim né, porque também não adianta a gente esperar muito pela lei sabe [...] a lei... ela segue aqueles avanços sociais, que estão a anos-luz da legislação e essas mudanças, elas são a emancipação da legislação né, a emancipação legislativa ela vem muito a reboque né, depois de vários anos, depois de várias décadas de avanços sociais aí vem pra tentar né, cobrir essas modificações [...] porque essa questão de mudanças né, de mudanças sociais, o protagonismo tá sempre nosso, nunca do Legislativo entendeu? Então assim, a gente espera né, que essa experiência da Juntas e essa experiência da Bancada Ativista em São Paulo force um pouco mais essa necessidade de modificação da legislação eleitoral né, force um pouco mais esse debate, esse... não necessariamente precise ser somente uma pessoa pra ocupar o espaço parlamentar entendeu? A gente em pleno século XXI precise ter uma única pessoa pra representar essa diversidade de Brasil que a gente tem, essa diversidade de Pernambuco que a gente tem, essa diversidade de pessoas. A gente tá forçando mesmo a barra né, nesse sentido de obrigar a discutir isso, que pelo menos seja conversado sobre isso dentro do Congresso Nacional que teoricamente representa a gente né. (ROBEYONCÉ LIMA, 2019).

Como as candidaturas coletivas não são oficiais, os mandatos decorrentes de tais candidaturas acabaram esbarrando em problemas regimentares das Casas Legislativas. Segundo Dearo (2018), para o especialista em Direito Eleitoral Diego Rais, o mandato coletivo é algo novo. Embora tenha surgido pela primeira vez nas eleições de 2016, apenas no dia a dia é que as Assembleias e eleitos poderão estabelecer o seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão social da população LGBTI+ começa, frequentemente, no espaço familiar e segue no espaço escolar, no mercado de trabalho e em todas as esferas da vida pública. Assim como acontece com a maioria da população LGBTI+, especialmente com as pessoas trans, a situação de vulnerabilidade que inicia-se com a expulsão familiar e frequentemente termina na prostituição praticamente compulsória.

Por conhecerem em seus corpos, tais violências e opressões históricas, diversas mulheres trans participaram do processo político eleitoral em 2018 quando Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima saíram vitoriosas. Três mulheres trans e negras que com luta conseguiram romper barreiras e acessar ao espaço político institucional/partidário.

Embora reconheçam suas presenças no espaço político institucional/partidário como uma alternância no poder, também reconhecem a necessidade de desenvolverem estratégias para se manterem nesses espaços. Sem dúvida é preciso comemorar a vitória nas urnas, mas ainda há muito a ser feito e avançar para que deixem de ser as beneficiárias das políticas públicas e continuem sendo as responsáveis pelas suas formulações.

Especificamente, durante a campanha eleitoral de 2018, os desafios enfrentados pelas candidatas trans, hoje deputadas e codeputadas, foram a falta de recursos financeiros e o preconceito nas suas mais variadas formas. Tais dificuldades continuam sendo os maiores desafios a serem superados pelas mulheres trans para se manterem no mundo da política.

Os ataques machistas, racistas e transfóbicos foram desferidos contra Érica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima, alguns aconteceram durante a campanha eleitoral de 2018, outros durante a execução dos mandatos, sem contar tantos outros que ocorreram durante suas trajetórias. Ataques também sofridos por tantas pessoas trans e outros grupos que possuem seus corpos marcados pela opressão, mas que são símbolos de resistência.

Destacamos os ataques raciais recebidos por Erika Hilton nas redes sociais, esses ataques de ódio eram inspirados a questões relacionadas ao cabelo e pela cor da pele de Erika. Denunciando que o racismo estrutural e velado continua presente e forte na sociedade brasileira, corroborando com Carneiro (2003) que defende que o

combate ao racismo deve ser prioridade para as mulheres negras, pois a opressão ocorre primeiro pela questão racial e depois pelo gênero.

É importante ressaltar que ao questionarem a cultura conservadora da sociedade sobre gênero, sexualidade e racismo, os movimentos sociais iniciaram um processo que possibilitou o acesso das mulheres e da comunidade LGBTI+ aos espaços institucionais. Contudo, ainda há muito para ser desmistificado e discutido para que a sociedade, primeiramente, reconheça a existência de processos violentos e estruturais como misoginia, transfobia, homofobia, racismo, que na maioria das vezes ocorrem de forma velada.

Entretanto, temos também a violência explícita, como física da qual esses corpos são vítimas e constam em relatórios e mapeamentos divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, no Dossiê: assassinatos e violência contra pessoas trans e travestis em 2019 e no Boletim nº 05/2020 – Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras, sendo os dois últimos documentos divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Participar do processo eleitoral por meio de candidaturas coletivas foi uma das estratégias adotadas pelas mulheres trans para adentrarem na política formal e assim construir e formularem as políticas públicas e não serem apenas as destinatárias delas. As candidaturas coletivas podem representar uma nova forma de fazer política e possibilitar a superação da dificuldade que a falta de “apadrinhamento” e sobrenome político tradicional que ainda hoje dominam a política eleitoral brasileira

As candidaturas coletivas também foram responsáveis por amenizarem dificuldades enfrentadas por Erica Hilton e Robeyoncé Lima durante a campanha eleitoral de 2018, funcionaram como uma espécie de escudo dos ataques transfóbicos durante a campanha eleitoral presencial, uma vez que os algozes não se sentiam à vontade para atacar quando as candidatas trans estavam na companhia de outros participantes dos coletivos.

Mas, da mesma forma que as candidaturas coletivas possibilitaram maior acesso das mulheres trans aos legislativos estaduais em 2018, sendo uma das estratégias adotadas para a inserção nesses espaços, a falta de legislação sobre o tema e conseqüentemente, de atualização dos regimentos das casas legislativas, por vez são dificuldades a serem superadas. Na ALESPE, por exemplo, como o acesso a determinados espaços por meio da biometria, apenas a representante “oficial” da

Mandata Juntas tinha acesso. De acordo com Robeyoncé Lima, esse caso isolado foi resolvido através de solicitação à Mesa Diretora da ALESPE, mas ainda existem outras situações ordem regimental que precisam ser resolvidas.

Entendemos, assim como Melo e Thomé (2018) que a participação das mulheres no processo eleitoral e seu acesso aos cargos políticos não lhes libertem da relação de dominação masculina estruturada em nossa sociedade, são nas eleições e no parlamento que a representação feminina vai avançar em suas pautas. Assim, a sub-representação das mulheres na política brasileira é uma injustiça histórica que precisa ser reparada.

Na projeção da população realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2018 a população brasileira era distribuída da seguinte forma: 48,91% homens e 51,09% mulheres (IBGE, 2018). Inversamente a distribuição da população brasileira, nas eleições de 2018 o TSE divulgou a seguinte distribuição das candidaturas: 69% homens (masculino) e 31% mulheres (feminino). Tais percentuais já demonstram a sub-representação feminina ainda no início do processo eleitoral.

No entanto, a realidade ainda pode ser pior se considerarmos que o percentual de candidaturas femininas (31%) pode não apresentar a verdadeira participação feminina na política brasileira, uma vez que, segundo Machado (2018), alguns partidos indicam nomes de candidaturas femininas apenas para viabilizar o registro das candidaturas masculinas e com isso fraudam a política da cota de gênero com o que ficou conhecido como “candidaturas laranjas”.

Ações afirmativas como as cotas de gênero que buscam dar maior representatividade a grupos minoritários (que atualmente na política formal é composto pelas mulheres), visam atenuar as desigualdades entre homens e mulheres no político-partidário e permitir que as mulheres aderissem ao processo político-eleitoral, mas como sabemos não é suficiente.

Robeyoncé Lima levanta a questão dos 30% das cotas de gênero e propõe a substituição por 30% das cadeiras parlamentares. É uma proposta válida, embora saibamos que no contexto atual, com o espaço político partidário/institucional formado predominantemente por homens, aprovar uma legislação que lhes tirem da posição privilegiada não seria tarefa fácil. Mas avançar nessa discussão e avançar em pautas

sobre ações afirmativas para o aumento da participação feminina na política é de extrema importância.

Outras estratégias a serem adotadas pelas mulheres trans é a busca por segurança política e a auto-organização. As mulheres trans precisam se organizarem politicamente para ganharem força dentro dos partidos e terem suas candidaturas como prioritárias e, assim, estarem mais bem estruturadas para o processo político-eleitoral. A ANTRA contribui com esse processo através da formação política que é um dos seus pontos de atuação da ANTRA, em conjunto com metas para fortalecer o interesse da população trans.

No entanto, o movimento LGBTI+ já conseguiu colher alguns frutos a partir das eleições de 2018: a) registro das candidaturas de pessoas trans o nome social apenas com a autodeclaração e b) as mulheres trans passaram a concorrer na cota de gênero e ter direito ao fundo partidário da mesma forma que as mulheres cisgênero.

Como reflexo da formação política e das conquistas dos movimentos sociais, nas eleições de 2020 foram identificadas 294 candidaturas trans espalhadas pelo Brasil, sendo, 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com outras identidades trans. Também é importante destacar que, das 294 candidaturas trans, 30 foram candidaturas coletivas, corroborando com a percepção das eleitas em 2018 de que esta forma de candidatura contribui para a inserção da população trans e outros grupos estigmatizados no universo da política. Entre as candidaturas eleitas encontra-se a de Erika Hilton, agora eleita vereadora da cidade de São Paulo.

O preconceito nas suas mais variadas formas continua sendo o maior desafio a ser superado pelas mulheres trans para se manterem no mundo da política. No entanto, o resultado das eleições de 2018 e 2020 demonstram que, embora o caminho seja tortuoso é possível acreditar num cenário diferente da prostituição – quase que compulsória – e de menor vulnerabilidade para a população LGBTI+, principalmente para as mulheres trans e para as travestis brasileiras. Estamos longe, mas estamos no caminho.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Coleção Feminismos Plurais). Coord. Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo** (Coleção Primeiros Passos). 1. ed. eBook. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. Edição do Kindle.

ANTUNES, Leda. Erica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima: As mulheres trans eleitas em 2018. **HuffPost Brasil** [S.l.]. São Paulo, 17 de nov. de 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/11/17/erica-malunguinho-erika-hilton-e-robeyonce-lima-as-mulheres-trans-eleitas-em-2018_a_23590733/. Acesso em: 31 dez. 2018.

ASSEMBLEIA de SP adverte deputado do PSL por ataque transfóbico a Erica Malunguinho. **Revista Fórum** [S.l.], São Paulo, 03 out. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/assembleia-de-sp-adverte-deputado-do-psl-por-ataque-transfobico-a-erica-malunguinho/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica**. Cartilha de orientações à população LGBTI no combate à LGBTIfobia. Rio de Janeiro: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad - Adenauer - Stiftung; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2004 (p. 223–235).

AZEVEDO, Alessandra. Justiça Eleitoral permite o registro de 9 candidaturas coletivas; entenda. **Correio Braziliense** [S.l.], Brasília, 27 de set. 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/27/interna_politica,708519/justica-eleitoral-permite-o-registro-de-9-candidaturas-coletivas-ente.shtml. Acesso em: 28 mar. 2019.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News** [S.l.], São Paulo, 13 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

BEZERRA, Alana Rodrigues et al. Movimento LGBT: breve contexto histórico na região do Cariri. **Anais do IV Seminário CETROS**. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. 29 a 31 de maio de 2013, Fortaleza/CE, UECE. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17121-08072013-173342.pdf. Acesso em: 17 mai. 2020.

BOCCHINI, Bruno. Candidatura coletiva é eleita pela primeira vez em São Paulo. **Agência Brasil** [S.l.]. São Paulo, 11 de out. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/candidatura-coletiva-e-eleita-pela-primeira-vez-em-sao-paulo>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério Público Eleitoral. Procuradoria Pública Eleitoral. PGE nº 119.272. Consulta nº 0604054-58.2017.6.00.0000. **Ministério Público Federal**, Assinado Digitalmente em 29/01/2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/parecer-pge-trans>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 2013a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 12 de 13 de jun. 2013b. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível

em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Proposta de Emenda à Constituição – 379/2017**. Insere parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder, Brasília, Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: [Legislativo.https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162014](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162014). Acesso em: 18 mai. 2020.

BRITO, Débora. Erica Malunguinho: alternar o poder é ter raça e gênero como fundamento. **Marco Zero**, 17 de jan. de 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/erica-malunguinho-alternar-o-poder-e-ter-raca-e-genero-como-fundamento/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: GREEN, James Naylor., QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio, FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p. 193-209).

CÂMARA, Cristina. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 9, Rio de Janeiro, 2015, p.373-396. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e09_a22.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

CAMPOS, Ana Cristina. Candidatas trans se elegem para mandatos individual e coletivo. **Agência Brasil**, [S.l]. Brasília, 21 de out. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/candidatas-trans-se-elegem-para-mandatos-individual-e-coletivo>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**. Rio Grande do Sul, 2013 (p. 1-15). Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>. Acesso em: 20 Fev 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, pág. 117-133, dezembro de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: ARRUDA, Angela; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018 (p. 271-289).

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Análise da constitucionalidade do art. 9º da Lei 13.165/2015**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/eab9c5e9815adc4c40a6557495eed6d3>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: nVersons Editora, 2015.

DEARO, Guilherme. Mandatos coletivos conquistam vagas em assembleias: entenda como funcional. **Revista Exame**, 14 de out. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mandatos-coletivos-conquistam-vagas-em-assembleias-entenda-como-funcionam/>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: ARRUDA, Angela; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 (p. 25-47).

FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. In.: **Jornal Nexo** [S.l]. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajetoria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em: 18 Mai 2020.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta LGBT no Brasil. In.: **Conselho Regional de Psicologia/SP** [S.l]. São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acesso em: 08 fev 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018 (p. 384-388).

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James Naylor., QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio, FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p. 91-120).

FERREIRA. Daniel Rogers de Souza. **Ousar Dizer O Nome Movimento Homossexual e o Surgimento Do Grab No Ceará**. Universidade Estadual Do Ceará. Fortaleza – Ceará, 2003. Disponível em: http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/daniel_rogers.pdf. Acesso em: 25 de mai. 2020.

FRANCESCHET, S. Promueven las cuotas de género los intereses de las mujeres? El impacto de las cuotas en la representacion substantiva de las mujeres. In: TOBAR, M. (Ed.). **Mujer y política**. El impacto de las cuotas de genero em America Latina. Santiago, Catalonia. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

GONZALES, Mariana. Érica Malunguinho pede cassação de deputado do PSL após fala transfóbica. **Universa**. São Paulo, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/04/erica-malunguinho-transfobia-na-alesp.htm>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GRUPO Gay da Bahia. Relatório parcial por ocasião do dia internacional contra a homofobia. In.: **Homofobia Mata** [S.l.], 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/05/relatc3b3rio-ggb-parcial-2019.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

GUARANHA, Camila; LOMANDO, Eduardo. “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. (Orgs). **Diversidade sexual, relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 49-61.

GUZZO, Morgani. Por que ser “vadia” em 2017? Diálogos com organizadoras de marchas das vadias no Brasil. In.: **Anais do III Seminário Internacional. História do tempo presente**. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis/SC. 2017. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPIII/IIISHTP/paper/viewFile/720/457>. Acesso em: 25 fev. 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (p. 241-251).

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. PELLEGRINO, Antonia. Política representativa. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (p. 61-73)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população Brasileira (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. Movimentos e lutas LGBT no Brasil contemporâneo: dialogando gênero, sexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo. In.: **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas** – “Neoliberalismo e lutas

sociais: perspectivas para as Políticas Públicas”. Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/movimentos-e-lutas-lgbt-no-brasilcontemporaneo.pdf. Acesso em: 05 Fev. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012a. Disponível em: https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans. Acesso em: 25 jun. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **ANAIS Congresso Internacional De Estudos Sobre A Diversidade Sexual E De Gênero**, Salvador: ABEH, 2012b.

JESUS, Jaqueline Gomes. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James Naylor., QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio, FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p. 379-392).

JESUS, Jaqueline Gomes.; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 28 mar. 2019.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em: <https://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LIMA, Juliana Macedo. Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático. **I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/10_DE-LIMA_Democracia-no-Brasil-e-participac%C2%A6%C2%BAa%C2%A6%C3%A2o-das-mulheres-na-poli%C2%A6%C3%BCtica.pdf. Acesso em: 08 Ago. 2019.

LIMA, Juliana. O que são e como funcionam os mandatos coletivos na prática. **Modifica** [S.l.], São Paulo, 21 de ago. 2018. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/o-que-sao-como-funcionam-mandatos-coletivos/#XJ0IY5hKjIU>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: EdUNICAMP, 1994.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Mulher, A Participação das Pessoas Trans na Política: Identidade de Gênero, Cotas de Candidatura e Processo Eleitoral. **GENJURIDICO**, São Paulo, 08 mar. 2018. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2018/03/08/participacao-das-pessoas-trans-na-politica-identidade-de-genero-cotas-de-candidatura-e-processo-eleitoral/>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Mulher, Democracia e Inclusão: Em Defesa das Cotas de Candidatura e a Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.256/2019.

GENJURIDICO, São Paulo, 08 set. 2019. Disponível em <https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/683233407/mulher-democracia-e-inclusao-em-defesa-das-cotas-de-candidatura-e-a-inconstitucionalidade-do-projeto-de-lei-n-1256-2019>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MACHADO, Raquel et al. **A participação da Mulher Brasileira na Política**. Série: Educação para a cidadania. Observatório Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE: e-Book Kindle, 2019.

MACHADO, Raquel Ramos.; ALMEIDA, Jéssica Teles de. O Tribunal Superior Eleitoral na vanguarda da concretização do direito à participação das pessoas “trans” no processo eleitoral. **Revista Populus**. Salvador, n. 4, junho, 2018 (p. 333-347). Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5531>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARASCIULO, Marília. O que significam as letras da sigla LGBTQI+?. **Revista Galileu**, São Paulo, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/o-que-significam-letras-da-sigla-lgbtqi.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARTINS, Pedro Adroir Magalhães.; ANGELIN, Rosângela. O uso do nome social no ambiente escolar como forma de inclusão e devido reconhecimento das pessoas trans. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: disponível em: http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499482039_ARQUIV_O_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 02 jun. 2018.

MELO, Hildete Pereira de, THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

MIRANDA, Mariana Araújo Miranda. Participação Das Mulheres na Política: À Busca Pela Concretização da Igualdade de Gêneros Como Instrumento da Efetivação da Democracia. In.: **Revista Âmbito Jurídico**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-eleitoral/participacao-das-mulheres-na-politica-a-busca-pela-concretizacao-da-igualdade-de-gener>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MONTESANTI, Beatriz. Mulheres são 15 % do novo Congresso, mas índice ainda é baixo. **UOL** [S.l.], São Paulo, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/mulheres-sao-15-do-novo-congresso-mas-indice-ainda-e-baixo.htm>. Acesso em: 21 jun 2020

MORAES, Iyá Fernanda. FONATRANS-Forum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros. **Facebook**. Em 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/FONATRANS/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N., QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio, FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p. 212-225).

NETO, Renato Drummond Tapioca. A mulher no espaço público: sua militância política e suas lutas pela equidade de direitos. In.: **Rainhas Trágicas** [S.l.], Iaçua/BA, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2014/05/31/a-mulher-no-espaco-publico/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de.; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbt>. Acesso em: 30 mar. 2020.

OTTO, Isabella. Você sabe o que significa a sigla LGBTQI+?. **Revista Capricho**, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/voce-sabe-o-que-significa-a-sigla-lgbtqi/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

POMPEU, Ana. STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. **Revista Consultor Jurídico**. São Paulo, 01 mar. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>. Acesso em: 07 Mar 2020.

População Trans reage a Transfobia de candidatando em 2018. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/candidaturas2018/>. Acesso em: 31 dez. 2018.

REIS, Toni (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antônia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SERRANO, Jéssica Leite et al. Mulheres trans e atividade física: fabricando o corpo feminino. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 23, e180624, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100280&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo e Identidade de Gênero**: Considerações com base no pensamento de Judith Butler. Recife: Independentlypublished, 2018. Edição do Kindle.

SUDRÉ, Lu. Associação move ação contra deputado do PSL por declarações transfóbicas. **Brasil de Fato**. São Paulo, 31 jul. 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/31/associacao-move-acao-contra-deputado-d-psl-por-declaracoes-transfobicas>. Acesso em: 14 set. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF. In.: **Supremo Tribunal Federal** [S.I.], Brasília, 09 mai. 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>. Acesso em: 27 set. 2020.

TABOAS, Ísis Dantas Menezes Zarnoff. “Diga-me que te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo?": a afirmação histórica dos direitos das mulheres. **O Direito Alternativo**, v. 1, n. 1, p. 258-280, agosto 2011. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/article/view/318/370>. Acesso em: 18 mar. 2020.

TOSI, Marcela. A conquista do direito ao voto feminino. In.: **Politize** [S.I.], Florianópolis, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James Naylor.; QUINALHA, Renan.; CAETANO, Marcio Rodrigo do Valle.; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018 (p. 137-155).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE abre prazo para eleitores transexuais e travestis registrarem nome social**. Brasília, 02 abr. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-abre-prazo-para-eleitores-transexuais-e-travestis-registrarem-nome-social>. Acesso em: 31 dez. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas Eleitorais**. Brasília, TSE, 2018 - Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VARIKAS, ELENI. Pária: Uma Metáfora da Exclusão da Mulheres. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). A Mulher no Espaço Público. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 9, n. 18, agosto de 1989/setembro de 1989.

WINKLER, Silvana. Igualdade e Cidadania em Hannah Arendt. **Revista Direito em Debate**, Ano XII, nº 22, jul./dez. 2004 (p.7-22). Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/711>. Acesso em: 28 jun. 2020

APÊNDICES

APENDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DEPUTADA ERICA MALUNGUINHO

Questões orientadoras:

- a) Você pode falar sobre sua trajetória de vida?
- b) O que despertou o seu interesse pela política?
- c) como se deu a sua aproximação com a política?
- d) Como você percebe a inserção das mulheres na política?
- e) Como você percebe a inserção das mulheres trans no mundo da política? A questão da representatividade?
- f) Quais foram os desafios enfrentados por você para a inserção na política?
- g) Quais foram as estratégias adotadas para superar tais desafios?
- h) Como foi a experiência de participar do pleito de 2018?
- i) Já havia disputado outro cargo eletivo? Se sim, como você compara os dois momentos?
- j) Quais foram suas propostas eleitorais no pleito de 2018? Quais as principais pautas defendidas?
- k) Você sofreu alguma forma de preconceito e/ou discriminação durante a campanha?
- l) Como foi a recepção do seu material de campanha pelo público?
- m) Você sofreu alguma forma de preconceito e/ou discriminação na execução do mandato?
- n) Para você, as mulheres trans são tratadas de forma diferente das demais mulheres no dia a dia da execução dos seus mandatos?
- o) A sua candidatura foi individual. O que levou você a optar pela candidatura individual e não pela candidatura coletiva?
- p) Como você percebe o mandato compartilhado?

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS CODEPUTADAS ERIKA HILTON E ROBEYONCÉ LIMA

Questões orientadoras:

- a) Você pode falar sobre sua trajetória de vida?
- b) O que despertou o seu interesse pela política?
- c) como se deu a sua aproximação com a política?
- d) Como você percebe a inserção das mulheres na política?
- e) Como você percebe a inserção das mulheres trans no mundo da política? A questão da representatividade?
- f) Quais foram os desafios enfrentados por você para a inserção na política?
- g) Quais foram as estratégias adotadas para superar tais desafios?
- h) Como foi a experiência de participar do pleito de 2018?
- i) Já havia disputado outro cargo eletivo? Se sim, como você compara os dois momentos?
- j) Quais foram suas propostas eleitorais no pleito de 2018? Quais as principais pautas defendidas?
- k) Você sofreu alguma forma de preconceito e/ou discriminação durante a campanha?
- l) Como foi a recepção do seu material de campanha pelo público?
- m) Você sofreu alguma forma de preconceito e/ou discriminação na execução do mandato?
- n) Para você, as mulheres trans são tratadas de forma diferente das demais mulheres no dia a dia da execução dos seus mandatos?
- o) O que levou você a optar pela candidatura coletiva e não pela candidatura individual?
- p) Como se deu a escolha do representante “oficial” da candidatura?
- q) Como você percebe o mandato compartilhado?
- r) Como o mandato compartilhado está funcionando na prática?

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MEMBRO DA ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Questões orientadoras:

- a) Como a ANTRA percebe o interesse da comunidade LGBT pela política?
- b) Como a ANTRA percebe a inserção das mulheres trans no mundo da política?
- c) Qual a importância desta representatividade?
- d) Quais foram os desafios enfrentados pelas mulheres trans para a inserção na política, do ponto de vista da ANTRA?
- e) Quais foram as estratégias adotadas para superar tais desafios?
- f) Como a ANTRA participou e/ou apoiou as candidaturas trans nas eleições de 2018?
- g) A ANTRA teve envolvimento efetivo com as campanhas das três mulheres trans eleitas no pleito de 2018? Como?
- h) Para a ANTRA, fez diferença as candidaturas serem individuais ou coletivas?
- i) A ANTRA acompanha as pautas e propostas defendidas pelas três mulheres trans eleitas no pleito de 2018? Como?
- j) O que a eleição de Erica Malunguinho, Erika Hilton e Robeyoncé Lima representou para a ANTRA?

APÊNDICE D

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MEMBRO DO PSOL - PARTIDO SOCIALISMO DE LIBERDADE

Questões orientadoras:

- a) Você pode falar sobre sua trajetória de vida?
- b) O que despertou seu interesse pela política?
- c) Como se deu a sua aproximação com a política partidária?
- d) O que você pensa sobre os mandatos coletivos?
- e) Como foi a experiência com as candidaturas coletivas nas eleições de 2018?
- f) O que levou o partido a apostar nas candidaturas trans?
- g) Como o partido vê a luta das mulheres trans? As pautas são mais direcionadas ao movimento LGBT ou ao movimento feminista?
- h) Qual o papel do partido na campanha eleitoral das três deputadas trans eleitas em 2018?
- i) Qual a participação do partido no exercício dos mandatos das três deputadas trans eleitas no pleito de 2018?
- j) O partido considera que a eleição de três deputas trans nas eleições de 2018 tem implicações positivas para a questão da representatividade?
- k) Do ponto de vista do partido, quais são desafios enfrentados pelas mulheres trans para a inserção no mundo da política?
- l) Quais os desafios enfrentados especificamente pelas deputadas trans eleitas no pleito de 2018?
- m) Quais estratégias as deputadas trans eleitas em 2018 adotaram para superar as dificuldades?
- n) Do ponto de vista do partido, quais estratégias a serem desenvolvidas para que as mulheres trans possam se manter no mundo da política?

APÊNDICE E

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação e o consentimento em pesquisa que tem como objetivo principal analisar os desafios e as estratégias de inserção na política partidária das três mulheres trans eleitas no pleito de 2018. A pesquisa está sendo desenvolvida por ROSANA DA SILVA CHAGAS, aluna regular do mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

Os dados serão coletados mediante entrevista individual e semiestruturada, que será previamente agendada de acordo com a sua disponibilidade, podendo haver a necessidade de ser realizado mais de um encontro.

Durante a realização da entrevista será utilizado um gravador de voz, para que, posteriormente as respostas sejam transcritas e os dados obtidos sejam analisados e tratados.

Os resultados deste estudo serão utilizados exclusivamente para fins científicos e os obtidos poderão ser divulgados em eventos acadêmicos e/ou em revistas e outros meios de divulgação de estudos desta natureza.

Por meio deste termo você, como participante, tem garantido os seguintes direitos:

- solicitar, a qualquer momento, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões;
- deixar de participar da pesquisa, a qualquer tempo.

Caso sinta-se desconfortável e/ou passe a ter sentimentos negativos decorrentes desta pesquisa ao relatar as experiências negativas vivenciadas, recomenda-se a procura por atendimento psicológico. Recomenda-se que os serviços de saúde mental sejam procurados, caso sinta-se mobilizado(a).

Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entender que poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa, deixar de dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a Pesquisadora do Mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome do participante

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora: Rosana da Silva Chagas

E-mail: rosanasul@bol.com.br

Telefone: (53) 984467668

Orientador: Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva

E-mail: tiago.silva@ucpel.edu.br